



MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO - MDA
INSTITUTO NACIONAL DE COLONIZAÇÃO E REFORMA AGRÁRIA INCRA
SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DO ESPÍRITO SANTO

RELATÓRIO DE GESTÃO DO EXERCÍCIO DE 2014

VILA VELHA / ES
MARÇO, 2015

RELATÓRIO DE GESTÃO DO EXERCÍCIO DE 2014

Relatório de Gestão do exercício de 2014 apresentado aos órgãos de controle interno e externo como prestação de contas anual a que esta Unidade está obrigada nos termos do art. 70 da Constituição Federal, elaborado de acordo com as disposições da **IN TCU nº 63/2010**, da **DN TCU nº 134/2013**, **Portaria TCU Nº 03/2015** (Manual do Tribunal de Contas da União para confecção do Relatório de Gestão – *Layout* - SecexAmbiental – 2DT, 01/2015) e das orientações do órgão de controle interno.



Superintendente Regional
JOSE CANDIDO COSTA RESENDE

Chefe da Procuradoria Regional
TIBÉRIO VIANNA XAVIER

Chefe da Divisão de Administração
EDUARDO DEZAN GARCIA

Chefe da Divisão de Desenvolvimento
RICARDO DE CASTRO DA ROSA

Chefe da Divisão de Obtenção de Terras
GEZUALDO NUNES GALVÃO

Chefe da Divisão de Ordenamento Fundiário
OSCAR OSÉIAS DE OLIVEIRA

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	7
1. Identificação e Atributos da Unidade Jurisdicionada	9
1.1 Identificação da Unidade Jurisdicionada	9
2. Planejamento e Resultados Alcançados	10
2.1 Demonstração sucinta do alinhamento da atuação da superintendência com o Plano Estratégico do INCRA Sede	10
2.2 Programação orçamentária e financeira e resultados alcançados	19
2.3 Informações sobre outros resultados gerados pela gestão	19
3. Acompanhamento dos Principais Macroprocessos Finalísticos da Gestão.....	20
3.1 Ordenamento da Estrutura Fundiária	21
3.1.1 Demonstração dos resultados da execução física e financeira das ações da Lei Orçamentária Anual	21
3.1.2 Demonstração do grau de conhecimento da malha fundiária na jurisdição da superintendência em base cartográfica.....	24
3.1.3 Demonstração dos resultados das atividades de reconhecimento, identificação, delimitação, demarcação e titulação dos territórios Quilombolas empreendidas pela superintendência.....	24
3.1.4 Principais atividades de controle do Gestor.....	24
3.1.5 Indicadores	25
3.1.6 Para Superintendências localizadas em área de fronteira internacional e região Nordeste.....	26
3.1.7 Para Superintendências Nacional de Regularização Fundiária na Amazônia Legal	26
3.2 Obtenção de Recursos Fundiários e Implantação de Projetos de Assentamento.....	27
3.2.1 Demonstração da execução física e financeira	27
3.2.2 Demonstração da estratégia local para a prospecção de terras públicas e privadas para utilização no Programa Nacional de Reforma Agrária (PNRA)	29
3.2.3 Demonstração da atuação da SR na gestão dos valores descontados no exercício referentes a áreas de reserva legal e preservação permanente desmatadas.....	33
3.2.4 Estratégia para licenciamento ambiental dos projetos de assentamento	33
3.2.5 Estratégia do Programa de Prevenção, Combate e Alternativas ao Desmatamento Ilegal em Assentamentos da Amazônia	34
3.2.6 Demonstração do cronograma de levantamento das informações sobre os imóveis desapropriados	34
3.2.7 Estratégia de atendimento do público alvo da reforma agrária.....	34
3.2.8 Principais atividades de controle do gestor	35
3.2.9 Demonstração dos resultados dos indicadores	35
3.2.10 Para Superintendências com Jurisdição na Amazônia Legal (Exceto Superintendência Nacional de Regularização Fundiária na Amazônia Legal).....	37
3.3 Desenvolvimento de Projetos de Assentamento	38
3.3.1 Demonstração da execução física e financeira	38
3.3.2 Diagnóstico do déficit de infraestrutura.....	41
3.3.3 Demonstração das estratégias e resultados da Supervisão de Projetos de Assentamento.....	43
3.3.4 Demonstração das estratégias e resultados voltados para o desenvolvimento dos projetos de assentamento	44
3.3.5 Principais atividades de controle do gestor	45

3.3.6 Demonstração dos resultados dos indicadores de desempenho	46
3.3.7 Para as Superintendências localizadas na Região Norte e Nordeste	51
3.3.8 Para as Superintendências da Região Sudeste e Sul	51
3.3.9 Para as superintendências com Jurisdição na Amazônia Legal (Exceto Superintendência Nacional de Regularização Fundiária na Amazônia Legal)	53
4. Prestação Direta de Serviços ao Público	54
4.1 Demonstração dos registros feitos por intermédio da Ouvidoria do INCRA Sede que se referem à atuação da Superintendência	54
4.2 Demonstração dos resultados obtidos no atendimento ao público externo	54
5. Gestão de Pessoas	56
5.1 Quantitativo de servidores	56
5.2 Análise da distribuição	57
5.3 Análise da estratégia das ações de disseminação de conhecimento e aprendizagem	57
5.4 Indicadores relacionados	57
6. Tópicos Especiais da Execução Orçamentária e Financeira	59
6.1 Informações sobre as transferências	59
6.2 Demonstração da situação do registro dos imóveis desapropriados	59
6.3 Demonstração da gestão dos créditos a receber registrados nas contas contábeis 1.2.2.4.9.10.00 – Créditos a Receber de Parceiros e 1.1.2.3.1.00.00 – Empréstimos Concedidos	60
6.4 Principais atividades de controle instituídas pela área contábil e financeira da SR para assegurar fidedignidade.	61
6.5 Principais Receitas e Despesas	62
7. Controles Internos	64
7.1 Principais controles instituídos para garantir o cumprimento dos objetivos	64
7.2 Principais controles instituídos pela superintendência para assegurar a fidedignidade das informações sobre sua atuação nos registros informatizados do INCRA e sistemas corporativos da administração pública federal	65
7.3 Principais trabalhos realizados pela auditoria interna da autarquia na superintendência, com a síntese dos resultados, das recomendações e das providências adotadas.	65
7.4 Avaliação, pelos próprios dirigentes da superintendência, dos controles internos administrativos instituídos da superintendência, de acordo com critérios descritos no Anexo IV.	65
7.5 Principais controles instituídos pela superintendência para assegurar a boa e regular gestão dos créditos a receber de parceiros e dos empréstimos concedidos, registrados nas contas contábeis 1.2.2.4.9.10.00 e 1.1.2.3.1.00.00, respectivamente.	67
7.6 Consolidação das informações sobre as Tomadas de Contas Especiais (TCE) instauradas pela superintendência. ...	67
7.7 Demonstração de adoção de medidas administrativas para apurar responsabilidade por ocorrência de dano ao Erário	67
8. Conformidades e tratamento de disposições legais e normativas	68
8.1 De acordo com Anexo V, síntese geral das determinações/recomendações do TCU.	68
8.2 De acordo com Anexo VI, síntese geral das recomendações do CGU.	68
8.3 Em relação à desoneração da folha de pagamento propiciada pelo art. 7º da lei 12.546/2011 e pelo art.2º do decreto 7.828/2012	68
8.4 Medidas adotadas pelos órgãos ou entidades com vistas ao cumprimento das normas relativas à acessibilidade, em especial a Lei 10.098/2000, o decreto 5.296/2004 e as normas técnicas da ABNT aplicáveis	69
ANEXOS	70

Lista de Quadros

Quadro 1 – Identificação da UJ	9
Quadro 2 – Plano Estratégico do Incra – Objetivo 1	10
Quadro 3 – Plano Estratégico do Incra – Objetivo 2	11
Quadro 4 – Plano Estratégico do Incra – Objetivo 3	12
Quadro 5 – Plano Estratégico do Incra – Objetivo 4	13
Quadro 6 – Plano Estratégico do Incra – Objetivo 5	14
Quadro 7 – Plano Estratégico do Incra – Objetivo 6	15
Quadro 8 – Ações Orçamentárias – Programação e Execução Orçamentária e Financeira	16
Quadro 9 – Ações do macroprocesso Ordenamento da Estrutura Fundiária - Execução física e orçamentária	17
Quadro 10 – Ações do macroprocesso Ordenamento da Estrutura Fundiária - Execução de Restos a Pagar	18
Quadro 11: Ações do macroprocesso Obtenção de Recursos Fundiários e Implantação de Projetos de Assentamento - Execução física e orçamentária	22
Quadro 12: Ações do macroprocesso Obtenção de Recursos Fundiários e Implantação de Projetos de Assentamento - Execução de Restos a Pagar	23
Quadro 13: Ações do macroprocesso Desenvolvimento de Projetos de Assentamento - Execução física e orçamentária	27
Quadro 14: Ações do macroprocesso Desenvolvimento de Projetos de Assentamento – Execução de Restos a Pagar	28
Quadro 15: Avaliação do Sistema de Controles Internos da UJ – SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL.	42

LISTA DE ABREVIações E SIGLAS

APP - Área de Preservação Permanente
ATER - Assistência Técnica e Extensão Rural na Agricultura Familiar
CADIN - Cadastro Informativo de Créditos não Quitados no Setor Público Federal
CAR – Cadastro Ambiental Rural
CATP - Contrato de Alienação de Terras Públicas
CCIR - Certificado de Cadastro de Imóvel Rural
CCU - Contrato de Concessão de Uso
CDB – Associação Crédito do Brasil
CDR – Comitê de Decisão Regional
CENSIPAM - Centro Gestor de Proteção da Amazônia
CGU - Controladoria Geral da União
CNAE - Classificação Nacional de Atividades Econômicas
CNIR - Cadastro Nacional de Imóveis Rurais
CNISS - Cadastro Nacional de Informação Social
CNPJ – Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica
CONAMA - Conselho Nacional do Meio Ambiente
CPL - Comissão Permanente de Licitação
CRC – Conselho Regional de Contabilidade
DAC - Coordenação-Geral de Contabilidade
DAP - Declaração de Aptidão ao PRONAF
DE - Diretoria de Gestão Estratégica
DET - Coordenação-Geral de Tecnologia e Gestão da Informação
DF – Diretoria de Ordenamento da Estrutura Fundiária
DFDA - Delegacia Federal do Desenvolvimento Agrário
DFR - Coordenação-Geral de Regularização Fundiária
DFQ – Diretoria Fundiária de Quilombola
DN - Decisão Normativa
DOU - Diário Oficial da União
FGTS - Fundo de Garantia do Tempo de Serviço e à Seguridade Social
FUNASA - Fundação Nacional de Saúde
GAP - Gestão e Administração do Programa
GECC – Gratificação por Encargo de Curso ou Concurso
GEE - Grau de Eficiência na Exploração
GPS - Global Positioning System (Sistema de Posicionamento Global)
GT – Grupo de Trabalho
GUT - Grau de Utilização da Terra
IBAMA - Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis
IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
ICMBio – Instituto Chico Mendes de Biodiversidade Biológica
IN - Instrução Normativa
INCRA - Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária
LDO - Lei de Diretrizes Orçamentárias
LIO - Licença de Instalação e Operação
LOA - Lei Orçamentária Anual
LP - Licença Prévia
LTDA - Limitada
MAB – Movimento dos Atingidos por Barragem
MAS – Microssistema de Abastecimento de Água
MDA - Ministério do Desenvolvimento Agrário

MDS – Ministério do Desenvolvimento Social
 MMA – Ministério do Meio Ambiente
 MP - Medida Provisória
 MPF – Ministério Público Federal
 MTE – Ministério do Trabalho e Emprego
 NE - Norma de Execução
 NTGARFAL - Norma Técnica para Georreferenciamento em Ações de Regularização Fundiária Aplicada à Amazônia Legal
 OCI – Órgão de Controle Interno
 PA - Projeto de Assentamento
 PAA - Programa de Aquisição de Alimentos
 PAF - Projeto de Assentamento Florestal
 PB – Projeto Básico
 PDA - Plano de Desenvolvimento do Assentamento
 PDTI – Plano Diretor de Tecnologia da Informação
 PGE - Plano Geral de Estatísticas
 PNDTR - Programa Nacional de Documentação da Trabalhadora Rural
 PNATER - Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural para a Agricultura Familiar e Reforma Agrária
 PNRA - Plano Nacional de Reforma Agrária
 PC – Plano de Compromisso
 PPA - Plano Plurianual
 PRA - Plano de Recuperação de Assentamento
 PRAD - Plano de Recuperação de Área Degradada
 PRONAF - Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar
 PRONATER - Programa Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural
 PRONERA - Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária
 PU - Planos de Utilização
 RB – Relação de Beneficiários
 RBMC - Rede Brasileira de Monitoramento Contínuo
 RG - Relatório de Gestão
 RIBAC - Rede INCRA de Bases Comunitárias do GPS
 RL - Reserva Legal
 RTID - Relatório Técnico de Identificação e Delimitação
 SEDAM - Secretaria de Estado do Desenvolvimento Ambiental
 SEMA - Secretária Estadual de Meio Ambiente
 SGBD - Sistema de Gerenciamento de Banco de Dados Geográficos
 SIAFI - Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal
 SIASG - Sistema Integrado de Administração de Serviços Gerais
 SICONV - Sistema de Gestão de Convênios e Contratos de Repasse
 SIG - Sistema de Informações Geográficas
 SIORG - Sistema de Informações Organizacionais do Governo Federal
 SIPAM - Sistema de Proteção da Amazônia
 SIPRA - Sistema de Informações de Projetos de Reforma Agrária
 SIR - Sistema de Informações Rurais
 SISDOC – Sistema de Documento
 SISPAD - Sistema de Controle de Processo Administrativo Disciplinar
 SISPROT – Sistema de protocolo
 SNCR - Sistema Nacional de Cadastro Rural
 SPIUnet – Sistema de Gerenciamento dos Imóveis de Uso Especial da União
 SPU - Secretaria de Patrimônio Público da União

SRFB - Secretaria da Receita Federal do Brasil
TCE - Tomada de Contas Especiais
TCT – Termo de Cooperação Técnica
TCU - Tribunal de Contas da União
TD - Título Definitivo
TDA - Título da Dívida Agrária
TI - Tecnologia da Informação
UA - Unidade Avançada
UG - Unidade Gestora
UGR - Unidade Gestora Responsável
UJ - Unidade Jurisdicionada
UMC - Unidade Municipal de Cadastramento
UO - Unidade Orçamentária

INTRODUÇÃO

A Superintendência Regional do Incra no Estado do Espírito Santo (SR20-ES), como Unidade Gestora descentralizada, executa as ações orientada pelas principais missões delegadas à Autarquia em nível nacional, a saber: implementar a política de reforma agrária e realizar o ordenamento da malha fundiária nacional.

Assim, as metas apresentadas no presente Relatório de Gestão Individual (doravante RG), elaborado conforme normativas do Tribunal de Contas da União (TCU) visando à prestação de contas à sociedade e ao cumprimento da legislação vigente, representam o resultado do conjunto de atividades desempenhadas pelo Incra no âmbito estadual ao longo do ano de 2014.

Além de cumprir a função de dar transparência às ações do Estado, este documento, em termos formais, é parte integrante do processo de prestação de contas desta Unidade Gestora, nos termos dispostos na Instrução Normativa nº 63/2010, da DN TCU nº 134/2013, Portaria TCU nº 03/2015 e decisão Normativa TCU 143/2015, e demais instruções pertinentes. Nesse sentido, os dados a seguir apresentados foram organizados e consolidados a fim de atender aos interesses analíticos dos órgãos de controle, abordando, especialmente, aspectos relacionados à natureza orçamentária, financeira contábil, patrimonial, entre outros.

A elaboração deste RGI referente ao exercício de 2014 o qual demonstra a execução física e orçamentária prevista na Programação Operacional de 2014 da SR20ES, com fulcro no Programa Plurianual de Ações (PPA 2012/2015), foi coordenada pela Assessoria de Planejamento e Controle e contou com a colaboração das chefias de Divisão desta superintendência e demais servidores constantes da Ordem de Serviço nº 51, 05 de dezembro de 2014, publicada para esse fim específico.

Em termos de estruturação, o RG segue o modelo previsto no Anexo II, “Parte B – Conteúdo Específico Por Unidade Jurisdicionada (UJ) Ou Grupo De Unidades Afins”, de acordo com o Anexo Portaria TCU nº 134/2013, e apresenta as informações detalhadas em cada item, com a ressalva aos itens que não se aplicam a esta UJ, quais sejam:

- 3.1.6;
- 3.1.7;
- 3.2.5;
- 3.2.10;
- 3.3.7; e
- 3.3.9

Embora alguns entraves tenham prejudicado consideravelmente a execução das ações no decorrer deste exercício, especialmente a escassez de recursos de custeio e a impossibilidade de contratação de Assistência Técnica aos assentamentos devido ao não interesse de empresas em prestar tal serviço, esta Regional alcançou resultados interessantes no âmbito da sua área de atuação.

Um dos pontos fortes no exercício de 2014 foi a realização de parcerias, especialmente com prefeituras municipais, para realização de algumas intervenções importantes nas áreas de reforma agrária. Em ações de implantação e recuperação de infraestrutura básica, por exemplo, 113 famílias foram beneficiadas graças ao esforço de articulação institucional da SR20ES.

O aproveitamento do potencial técnico da equipe da SR20ES também trouxe ganhos aos assentados. Trabalho de campo realizado por equipe do Incra/ES concedeu a 104 famílias o benefício da demarcação

topográfica, economizando montante considerável aos cofres públicos. A supervisão e continuidade da destinação do crédito para construção e reformas de moradias foi outra ação empreendida pela equipe do Incra que beneficiou 241 famílias assentadas no Espírito Santo.

No âmbito do gerenciamento da malha fundiária pode-se destacar a superação da meta estabelecida para atualizações cadastrais: foram 9.286 imóveis gerenciados no âmbito do Sistema Nacional de Cadastro Rural (SNCR), além da realização de atividades de acompanhamento de aquisição de imóveis rurais por estrangeiros e desmembramentos relativos à zona rural/urbana.

Apesar dos esforços empreendidos regionalmente, outras ações foram da governabilidade desta Unidade Gestora precisam ser tomadas, como a contratação de novos servidores e a ampliação de recursos para a execução de atividades de campo nos assentamentos, pois o Incra é um órgão cujas demandas só podem ser atendidas no meio rural brasileiro.

A seguir serão apresentados dados completos e detalhados dessas e das demais ações executadas pela Superintendência Regional do Incra no Estado do Espírito Santo.

1. IDENTIFICAÇÃO E ATRIBUTOS DA UNIDADE JURISDICIONADA

1.1 Identificação da Unidade Jurisdicionada

Quadro 1 - Identificação da UJ

Poder e Órgão de vinculação		
Poder: Executivo		
Órgão de Vinculação: Ministério do Desenvolvimento Agrário		Código SIORG: 17125
Identificação da Unidade Jurisdicionada		
Denominação completa: Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária - Superintendência Regional do Espírito Santo		
Denominação abreviada: INCRA – SR20/ES		
Código SIORG: 4.142	Código LOA: 49.201	Código SIAFI: 373057
Situação: Ativa		
Natureza Jurídica: Autarquia Federal do Poder Executivo		
Principal Atividade: Administração pública em geral		Código CNAE: 84.44.6.00
Telefones/Fax de contato:	27-3185.9050	
Endereço eletrônico: www.incra.gov.br		
Endereço Posta: Av. Senador Robert Kennedy 601, S. Torquato. V. Velha /ES CEP: 29.114.300		
Normas relacionadas à Unidade Jurisdicionada		
Normas de criação e alteração da Unidade Jurisdicionada		
- Decreto nº 1.110, de 09 de junho de 1970 – Dispõe sobre a criação do INCRA - Decreto-Lei nº 2.363, de 21 de outubro de 1987 – Dispõe sobre a extinção do INCRA - Decreto Legislativo nº 02, de 29 de março de 1989 – Dispõe sobre o restabelecimento do INCRA		
Outras normas infralegais relacionadas à gestão e estrutura da Unidade Jurisdicionada		
- Portaria nº 20, de 08/04/2009 – Regimento Interno do INCRA - Decreto nº 6.812, de 03/04/2009 – Estrutura Regimental do INCRA		
Manuais e publicações relacionadas às atividades da Unidade Jurisdicionada		
- Manual Operacional de ATES 2008 – Aprovado pela Norma de Execução INCRA/DD/Nº 78, de 31/10/2008 - Manual para Elaboração e Implantação de Projetos de Recuperação e Conservação de Recursos Naturais em Assentamentos da Reforma Agrária – junho/2006 - Manual de Obtenção de Terras e Perícia Judicial - Aprovado pela Norma de Execução INCRA / DT no 52, de 25 de outubro de 2006 - Manual de Operações do PRONERA – Edição Revista e Atualizada de acordo com o Decreto nº 7.352/2010 e Acórdão TCU nº 3.269/2010. Aprovado pela Portaria/INCRA/P/Nº 238, de 31 de maio de 2011 - Norma Técnica para Georreferenciamento de Imóveis Rurais – 2ª Edição/Revisada – agosto/2010 - Manual de Orientação – Declaração para Cadastro de Imóveis Rurais – abril/2002 - Manual de Cadastro Rural - Manual de Fiscalização Cadastral		

2. PLANEJAMENTO E RESULTADOS ALCANÇADOS

2.1 Demonstração sucinta do alinhamento da atuação da superintendência com o Plano Estratégico do INCRA Sede

Quadro 2 – Plano Estratégico do Incra – Objetivo 1

Objetivo Estratégico 01: Promover o desenvolvimento socioeconômico e ambiental dos diferentes segmentos da agricultura familiar, contribuindo para a organização da oferta de alimentos, produtos e serviços à sociedade.			
a) Descrição			
	Atividade	Meta	Realizado
	Número de famílias com crédito instalação ou equivalente concedido	699	241*
	Número de famílias atendidas com assistência técnica	3672	0
	Número de famílias atendidas com projetos de agroindustrialização, comercialização e atividades pluriativas (Terra Sol)	0	60**
	Número de famílias beneficiadas com implantação e/ou recuperação de infraestrutura básica em projetos de assentamento	66	0
	Número de créditos instalação supervisionados	123	579***
	Número de assentamentos monitorados com ações de gestão ambiental	3	10
	Número de assentamentos com licença ambiental protocolada	0	0
	Número de assentamentos com regularização ambiental requerida pelo Cadastro Ambiental Rural – CAR	0	2
	Número de profissionais com bolsa de capacitação e formação profissional em assistência técnica	0	0
	Número de profissionais com capacitação técnica e formação profissional de Nível Médio e Superior para a Reforma Agrária	0	0
	Número de trabalhadores rurais atendidos pelo PRONERA, nas ações de Educação de Jovens e Adultos – EJA	0	0
b) Análise dos seus principais aspectos, com discussão do atual estágio de implantação			
Um dos principais entraves para a execução de diversas políticas públicas nos projetos de assentamento foi o fato da dificuldade na contratação de serviços de ATER, pois em que pese os esforços, tendo sido lançadas 2 chamadas públicas no ano de 2014, em ambas o resultado foi deserto. Este fato impede diretamente a aplicação de diversas modalidades de crédito, como Fomentos I e II, Fomento Mulher, Microcréditos, tendo em vista a necessidade de elaboração de projetos e acompanhamento. Além deste fato, a Sede do Incra teve problemas operacionais com o Sistema Nacional de Cobrança de Créditos de Infraestrutura, o que inviabilizou a aplicação de recursos em modalidades que nem era exigido a elaboração de projeto, como o Apoio Inicial I, em que as famílias do PA Novo Sonho assinaram contratos em outubro/2014 e até o presente momento não tiveram acesso a estes recursos.			
(*) Todos os créditos aplicados em 2014 são referentes as modalidades construção e reforma e já estavam em andamento em anos anteriores, havendo então a continuidade da aplicação, apenas conclusão e acompanhamento em 2014. (**) Compreende o número de famílias que expuseram seus produtos na X Feira da Agricultura Familiar e Reforma Agrária, realizada em Vitória-ES. (***) O número 579 compreende ao número de supervisões na sua totalidade, incluindo as repetições, pois em alguns casos uma mesma construção foi vistoriada 3 vezes em 2014, porém é o mesmo crédito, por isso a divergência entre idas a campo (579 vistorias) e crédito supervisionados (241).			
Nos casos de capacitação de assentados (Pronera e EJA) devido ao fato do tamanho do estado e da boa disponibilidade de escolas, Institutos Federais - IFES e Universidade, faz com que as famílias tenham acesso ao sistema de educação já existente, não tendo sido apresentado demanda neste sentido.			
O Número de famílias beneficiadas com implantação e/ou recuperação de infraestrutura básica em projetos de assentamento executado refere-se a melhoria de acesso aos PAs Cachoeira das Garças , município de Mimoso do Sul , e PA Lírio dos Vales, município de Ecoporanga, onde as prefeituras locais, à pedido da Superintendência Regional, implementaram melhorias nas estradas de acesso a estes assentamentos.			
c) Resultados Estratégicos Previstos			
	Curto prazo -2014	Médio prazo – 2015 (PPA)	Longo Prazo – 2016 em diante
	Uma das principais metas trabalhada foi em relação ao encerramento de processos de concessão de créditos de Infraestrutura, da antiga modalidade Aquisição de material de construção, fato este que teve um grande avanço.	Encerramento dos processos de crédito que não foi possível concluir em 2014, e assim, encerramento do passivo existente.	Aperfeiçoar a aplicação e acompanhamento das novas modalidades de crédito de infraestrutura, o que ainda depende de orientação da Sede do Incra, pois não existe indicação orçamentária concreta.

Quadro 3 – Plano Estratégico do Incra – Objetivo 2

Objetivo Estratégico 02: Efetivar uma política de governança fundiária, com articulação interinstitucional e federativa, por meio de instrumentos de conhecimento e gestão da estrutura fundiária, do regime de propriedade, do uso de terra e dos recursos naturais.		
a) Descrição		
Atividade	Meta	Realizado
Número de atualizações cadastrais realizadas no SNCR	9.000	9.286
Número de Imóveis Rurais com fiscalização cadastral realizada	0	0
Número de Sistemas cadastrais e cartográficos mantidos	-----	-----
Número de hectares de terras devolutas da União diagnosticados	Não há.	Não há.
Número de hectares diagnosticados para concessão do direito real de uso de terras públicas federais ao ICMBIO	Não há.	Não há.
Número de imóveis rurais georreferenciados	0	0
Famílias atendidas com demarcação topográfica em projetos de assentamento	61	134
Número de documentos expedidos para titulação, concessão e destinação de imóveis rurais em projetos de assentamento	284	239
Número de imóveis rurais regularizados, via direta, incluindo legitimação de Posses até 100 ha nos estados RS, SC, PR, SP e MS	Não há.	Não há.
Número de imóveis rurais regularizados, via indireta	Não há.	Não há.
b) Análise dos seus principais aspectos, com discussão do atual estágio de implantação		
O SNCR passa por um momento de grandes mudanças e evolução. Atualmente esta sendo implantado o novo SNCR que visa dar uma maior agilidade às atualizações cadastrais.		
As fiscalizações cadastrais se concentram em casos relacionados aos trabalhos escravos. 02 processo estão em análise.		
Foram georreferenciados os lotes e perímetros de 02 PA's		
c) Resultados Estratégicos Previstos		
Curto prazo -2014	Médio prazo – 2015 (PPA)	Longo Prazo – 2016 em diante
Desenvolvimento de sistemas eletrônicos digitais relacionadas à gestão fundiária.	Efetiva implantação e utilização dos novos sistemas relacionados ao cadastro e certificação de imóvel rural.	Ainda não discutido

Referente a governança Fundiária, ressaltamos ainda que foram realizadas análises e conclusões de 144 pedidos de Processo Descaracterização de Imóvel Rural para urbano, 30 Processos referentes ao Cancelamento de Cadastro Rural e 02 Processo de Audiência para Parcelamento do solo.

Ainda, foram analisados 67 processos de requerimento de desmembramento com áreas inferiores à fração mínima de parcelamento conforme decreto 62.504/68, dos quais 38 foram deferidos, 06 indeferidos e 23 encontram em fase de cumprimento de pendências e/ou análise jurídica.

Com relação as demarcações topográficas, a SR-20 tem 100% dos assentamentos novos parcelados e demarcados.

Certidão para Comprovação de Atividade Rural em Determinado Período: 1202 Certidões emitidas

Quadro 4 – Plano Estratégico do Incra – Objetivo 3

Objetivo Estratégico 03: Promover a democratização do acesso a terra, com ações de reforma agrária e fundiária, observando as especificidades de cada território e bioma e a função social da propriedade, contribuindo para o desenvolvimento rural sustentável, a superação da pobreza e a paz no campo.

a) Descrição

Atividade	Meta	Realizado
Área total de imóveis vistoriados	8.500,00	10.622,5100
Número de imóveis com estudo de cadeia dominial elaborado	07	03
Número de famílias assentadas	310	73
Número de hectares indenizados nos pagamentos de Indenização Inicial em aquisições de imóveis rurais para a reforma agrária	377,2733	299,7400
Número de hectares indenizados nos pagamentos de Indenização Complementar em aquisições de imóveis rurais para a reforma agrária	0	0
Número de parcelas ou unidades familiares dos projetos de assentamentos da Reforma Agrária supervisionadas (laudo entregue)	126	107

b) Análise dos seus principais aspectos, com discussão do atual estágio de implantação

1- Área total de imóveis vistoriados: Diz respeito ao total de áreas novas submetidas a Vistoriadas de Fiscalização Agrônômicas e Função Social foi de 10.622,5100, mais as Vistorias de Avaliação de áreas de processos antigos de 3.727,95 ha. Do total de 10.622,5100ha, apenas 2.457,15 ha, deram improdutivos, e os processos correspondentes estão em estágio de instrução para decreto. Sendo que um deles esta Sub-judice

2- Número de Imóveis com estudo de Cadeia Dominial: O estudo de cadeia dominial até as origens só é realizada nos imóveis improdutivos, ou naqueles indicados para compra pelo DC 433. Requer a obtenção de certidões com registros retroativos até o destaque do Patrimônio Público, o que muito das vezes leva a vários cartórios. Dos 03 indicados, falta a conclusão de um deles.

3- Numero de Famílias Assentadas: Depende do numero de imóvel desapropriados e com imissão na posse, do numero de reassentamento. No ano 2014 só tivemos o reassentamento de 73 famílias. As famílias assentadas encontram-se no estagio de receber os créditos iniciais.

4- Numero de hectares indenizados nos pagamentos de indenização inicial: Depende totalmente dos processos desapropriatórios liberados, com recursos disponíveis para ajuizamento da Ação Desapropriatória. Sendo que no ano de 2014 não tivemos nenhum ajuizamento de Ação Desapropriatória. Liquidando apenas despesas remanescentes.

5- Numero de hectares indenizados nos pagamentos de Indenização complementares: Sem metas estipulada, aspectos orçamentários centralizados em Brasília.

c) Resultados Estratégicos Previstos

Curto prazo -2014	Médio prazo – 2015 (PPA)	Longo Prazo – 2016 em diante
1- 8.500,00 ha	9.580,00 ha	
2- 07	06	
3- 310	310	
4- 377,2733 ha	4.076,50 ha	
5- 00	00	
6- 00	00	

Quadro 5 – Plano Estratégico do Incra – Objetivo 4

Objetivo Estratégico 04: Promover autonomia das mulheres no meio rural, com garantia de direitos à cidadania, terra, recursos naturais, produção e a participação social.		
a) Descrição		
Atividade	Meta	Realizado
Número de mulheres atendidas pelo Crédito Fomento Mulher	309	0
Número de mulheres beneficiárias com ATER	-	-
b) Análise dos seus principais aspectos, com discussão do atual estágio de implantação		
Para a aplicação dos recursos do crédito Fomento Mulher era necessário ter Assistência Técnica e Extensão Rural - ATER para elaboração dos projetos produtivos, assim, como seu acompanhamento e lançamento das informações no SIATER, e a SR-20 não conseguiu contratar empresa prestadora destes serviços no ano de 2014, conforme explicação no item correspondente deste relatório.		
Esta meta de atendimento com a modalidade Fomento Mulher será repassada para o ano de 2015 e continuará sendo prevista em uma futura Chamada Pública de ATER.		
c) Resultados Estratégicos Previstos		
Curto prazo -2014	Médio prazo – 2015 (PPA)	Longo Prazo – 2016 em diante
Não foi possível executar devido a falta de ATER.	309 (Viabilizar o atendimento das famílias não contempladas em 2014)	Avaliar os resultados da melhoria na qualidade de vida das famílias que venham acessar esta modalidade, caso seja realizada a aplicação do crédito fomento mulher em 2015

Quadro 6 – Plano Estratégico do Incra – Objetivo 5

Objetivo Estratégico 05: Promover o acesso dos Povos e Comunidades tradicionais às políticas produtivas, de garantia de direitos e à regularização fundiária dos territórios, contribuindo para o seu etnodesenvolvimento.

a) Descrição

Atividade	Meta	Realizado
Área total de imóveis vistoriados ¹	----	----
Número de hectares reconhecidos em portarias de reconhecimento de territórios quilombolas	1095,7494 ha	00*
Número de relatórios antropológicos de comunidades remanescentes de quilombos concluídos	01	01
Número de Relatórios Técnicos de Identificação e Delimitação (RTID) de territórios quilombolas publicados	01	00 *
Número de Contratos de Concessão de Direito Real de Uso (CCDRU) de comunidades quilombolas emitidos	10	00
Número de títulos definitivos de comunidades quilombolas emitidos	----	----
Número de hectares indenizados aos ocupantes de imóveis em áreas reconhecidas para as comunidades quilombolas	314,0707	00*

b) Análise dos seus principais aspectos, com discussão do atual estágio de implantação

Para o exercício de 2014 as atividades do Serviço de Regularização de Territórios Quilombolas da Superintendência Regional do INCRA no Estado do Espírito Santo – SR(20)F4 – pactuadas no plano de Metas 2014 e 2015 ficaram estabelecidas da seguinte maneira:

	Atividade	▪ Meta Física 2014
1	Indenizar o imóvel de áreas decretadas	▪ 314,0707 ha do Território Quilombola de São Pedro (Aracruz / ES)
2	Elaborar Relatório Antropológico e Publicar Relatório Técnico de Identificação e Delimitação de Território Quilombola - RTID	▪ Concluir Relatório Antropológico do Território Quilombola de Linharinho (Conceição da Barra / ES); ▪ Publicar Relatórios Técnicos de Identificação e Reconhecimento dos Territórios Quilombolas de Linharinho (Conceição da Barra / ES) e São Domingos (Conceição da Barra / ES e São Mateus / ES).
3	Publicar Portaria de Reconhecimento de Território Quilombola	▪ 1095,7494 ha do Território Quilombola de Monte Alegre (Cachoeiro de Itapemirim / ES).
4	Decretar Territórios Quilombolas	1 conjunto decreto encaminhado para o INCRA/SEDE do Território Quilombola de Monte Alegre (Cachoeiro de Itapemirim / ES).
5	Titular Terras Publicas e Particulares	▪ 10 Contrato de Concessão de Direito Real de Uso – CCDRU – Território Quilombola de São Pedro (Aracruz / ES).

• Indenizar o imóvel de áreas decretadas

Em 19/11/2013 foi protocolado por esta Autarquia Federal perante o Instituto de Defesa Agropecuária e Florestal do ES – IDAF – o processo administrativo 64550087 objetivando a identificação, arrecadação e doação das seguintes áreas devolutas:

Detentores de posse	Área (há)
Maria Izabel Vicente	5,9223
Herdeiros de Manoel Vicente	28,1761
Gustavo dos Santos	11,6584
Manoel Augusto do Nascimento	47,2330
Amália Cecília Tótola	4,6465

Essas estão inseridas dentro do Território Quilombola de São Pedro (Aracruz / ES) e tinha-se a expectativa de conclusão dos trabalhos dessa Autarquia Estadual naquele ano, contudo assim não ocorreu, não permitindo portanto ao INCRA/ES indenizar as benfeitorias implantadas nessas áreas.

Para as demais terras registradas que compõem esse território, a Procuradoria Federal Especializada junto ao INCRA/ES ajuizou quatro ações de desapropriação de imóvel por interesse social em outubro deste ano:

N.º Processo	Impetrado
0111948-84.2014.4.02.5004	Humberto de Campos Pereira
0111960-98.2014.4.02.5004	Valdecir Antônio Fávoro
0111311-36.2614.4.02.5004	Flávia Siqueira Lino Pinto Hermógenes
0111953-03.2014.4.02.5006	Elpidio Casimiro dos Reis (espólio)

Dessas ações, para os três primeiros a Justiça Federal proferiu liminarmente decisão favorável ao INCRA, faltando contudo a expedição do mandado de imissão do INCRA na posse do bem, para que a SR(20) indenize o proprietário.

Para o espólio do sr Elpidio Casimiro dos Reis ainda não houve decisão que permita a emissão de posse em favor dessa Superintendência Regional e consequentemente a indenização de áreas e benfeitorias.

- Elaborar Relatório Antropológico e Publicar Relatório Técnico de Identificação e Delimitação de Território Quilombola – RTID

Território Quilombola de Linharinho

No início de abril de 2014 foi concluída uma primeira versão do Relatório Antropológico da Comunidade Quilombola de Linharinho (Conceição da Barra / ES), que foi encaminhada em 10/04/2014 para a Coordenação Geral de Regularização de Territórios Quilombolas – DFQ – para análise e possíveis adequações. Essa, em 09/05/2014, através da Informação Técnica n.º 8/DFQ/2014, encaminhou “sugestões de aperfeiçoamento”. Então, concluímos essas adequações em 19 de agosto daquele exercício e encaminhamos o processo administrativo à AGU/PFE/INCRA-ES, conforme normatizado, para manifestação dessa, que em 20/10/2014 emitiu parecer favorável ao envio desse RTID para aprovação do Conselho de Decisão Regional – CDR – e posterior encaminhamento para publicação.

Contudo, em atendimento ao Memo.Circular/nº05/DF/Incra, datado de 28 de fevereiro de 2013, em 20/08/2014 também encaminhamos, através do MEMO/INCRA/SR(20)ES/F/Nº 152/2014, uma avaliação prévia desse relatório para o crivo da Diretoria de Ordenamento da Estrutura Fundiária – DF –, porém ainda não obtivemos retorno por parte dessa. Portanto temos todo o trabalho técnico e parecer jurídico que permitiriam a aprovação desse RTID no CDR e sua publicação ainda naquele ano, contudo não obtivemos a liberação da DF para isso.

Território Quilombola de São Domingos

Em 12 de abril de 2011 os autos foram encaminhados para análise de recursos, em nível de 2ª Instância por parte do INCRA/SEDE (já finalizados o RTID, aprovação de CDR, publicações no DOU e DOE, notificação dos proprietários, notificação de

órgãos/entidades e análise de recursos em 1ª Instância), contudo, por interesse da Comunidade de Coxi e recomendação da DF, foi posto como meta para o ano de 2014 a divisão desse território em dois, formando além do TQ de São Domingos, também o de Coxi.

Houve um aguardo inicial por uma decisão de Brasília sobre a necessidade, ou não, de julgamento desse recurso, bem como pela indicação de Técnicos do INCRA/SEDE para composição da Equipe Técnica que fariam os estudos necessários para essa divisão.

Contudo, quando os trabalhos iriam ser iniciados a SR(20) foi comunicada da sentença proferida no processo judicial nº 0000484-97.2010.4.02.5003, anulando o processo administrativo 54340.000581/200-71, que trata da identificação e regularização do Território Quilombola de São Domingos / Coxi.

A AGU/PFE/INCRA-ES recorreu junto à justiça federal, porém ainda não houve julgamento por parte dessa.

Territórios Quilombolas de Roda D'Água / Morro da Onça, Porto Grande e Córrego do Alexandre

Os trabalhos nessas Comunidades estavam pactuados como metas apenas para o exercício de 2015, porém com a anulação do processo administrativo do TQ de São Domingos e com isso a impossibilidade de serem realizados trabalhos de campo nesse território, optou-se por iniciar os trabalhos nos territórios Quilombolas de Roda D'Água / Morro da Onça, Porto Grande e Córrego do Alexandre, visando a confecção das demais peças que comporão os RTIDs, visto que o Relatório Antropológico para essas comunidades está pronto.

Portanto, entre os meses de outubro a dezembro realizamos nesses TQs o cadastramento das famílias e a coleta de dados que permitirão a confecção de plantas, memórias, levantamento fundiário, especificação das áreas e parecer técnico.

No TQ de Córrego do Alexandre foi realizado apenas o cadastramento e reuniões de esclarecimentos devido a existência de muitas dúvidas nessa comunidade sobre o processo de reconhecimento e titulação de territórios quilombolas.

- Publicar Portaria de Reconhecimento de Território Quilombola

Estava estabelecida nas metas de 2014 a publicação da Portaria de Reconhecimento do Território Quilombola de Monte Alegre (Cachoeiro de Itapemirim / ES). Os contestantes foram notificados nos meses de março a maio sobre o indeferimento dos recursos em 1ª instância e obrigatoriamente tivemos que aguardar o prazo de 30 dias para que apresentassem recursos em 2ª instância, que devem ser julgados pelo Conselho Diretor do INCRA, por isso encaminhamos esse processo em 27/06/2014 a Brasília.

Precisamos portanto dessa definição do INCRA/SEDE e, no caso de indeferimento dos recursos, notificar novamente os contestantes sobre essa decisão e preparar o "Kit Portaria" para envio a Brasília visando a publicação da Portaria de Reconhecimento desse TQ.

- Decretar Territórios Quilombolas

Também tínhamos a expectativa de que os recursos em 2ª instância seriam julgados durante o ano de 2014, o que permitira a Publicação da Portaria reconhecendo e declarando os limites do Território Quilombola de Monte Alegre (Cachoeiro de Itapemirim / ES) e a posterior publicação do decreto declaratório de interesse social e para desinstituição desse território.

Contudo, conforme explicitado no Item 3 (Publicar Portaria de Reconhecimento de Território Quilombola), esses ainda não foram julgados, o que impossibilita a concretização desses atos.

- Titular Terras Publicas e Particulares

Considerava-se inicialmente a possibilidade de emissão de dez Contratos de Concessão de Direito Real de Uso – CCDRU – para o Território Quilombola de São Pedro (Aracruz / ES). Contudo, conforme explicitado no Item 1 (Indenizar o imóvel de áreas decretadas), dependemos de decisão do Estado do Espírito Santo sobre a identificação, arrecadação e doação das áreas devolutas que compõem esse território.

Também falta decisão por parte da justiça federal para as áreas registradas, pois precisamos desses documentos, visto que o auto de emissão de posse averbada na matrícula do imóvel é um dos itens que compõem o "Kit CCDRU", a ser encaminhado para Brasília.

- Demandas Eventuais com exigência de deslocamento e/ou gastos significativos de custeio

Além das atividades elencadas acima, as seguintes demandas ocasionaram deslocamentos de servidores com gastos de

custeio: • Participação em reuniões agendadas pelo Ministério Público Federal – MPF – em comunidades quilombolas para tratar sobre o andamento de processos em andamento no INCRA; • Realização de reuniões em comunidades quilombolas para explicar o processo de reconhecimento e regularização de territórios quilombolas; • Vistorias no Território Quilombola de São Pedro para verificar possíveis benfeitorias retiradas de áreas já avaliadas pelo INCRA; • Participação nos cinco “Seminários sobre os Direitos e Deveres Tributários das Comunidades Quilombolas”. • Demandas Eventuais sem gastos significativos de custeio Dentre essas demandas, encontram-se, por exemplo: • o atendimento de solicitações de informações acerca dos processos de titulação atualmente em andamento na Superintendência Regional por parte de órgãos públicos de diversas esferas (com destaque ao MPF), ONG's e entidades privadas a respeito do andamento desses processos e/ou da legislação que rege a titulação de territórios de comunidades remanescentes de quilombo; • atendimento direto ao público buscando também informações processuais; participação de Servidora no Comitê Estadual de Educação Escolar Quilombola.

c) Resultados Estratégicos Previstos		
Curto prazo -2014	Médio prazo – 2015 (PPA)	Longo Prazo – 2016 em diante
Indenizar 314,0707 ha de áreas decretadas do Território Quilombola de São Pedro (Aracruz / ES) e emitir 10 CDRU (obs.: conforme explanado esse resultado não foi alcançado em 2014 devido a necessidade de decisão por parte do Governo Estadual e da Justiça Federal)	Emitir o título Definitivo do TQ de São Pedro	Ainda não discutido no âmbito da SR(20) e nem com o INCRA/SEDE.
Concluir Relatório Antropológico do Território Quilombola de Linharinho (Conceição da Barra / ES) e Publicar o Relatório Técnicos de Identificação e Reconhecimento desse TQ (obs.: conforme explanado esse segundo item não foi alcançado em 2014 devido a falta de manifestação da Diretoria de Ordenamento da Estrutura Fundiária).	Notificar Terceiros que possuam área dentro desse TQ; Analisar possíveis contestações; Encaminhar possíveis recursos em segunda instância ao INCRA/SEDE.	Ainda não discutido no âmbito da SR(20) e nem com o INCRA/SEDE.
Publicar a Portaria de Reconhecimento, bem como o decreto declaratório de interesse social para desinstituição de 1095,7494 ha do Território Quilombola de Monte Alegre (obs.: conforme explanado esse resultado não foi alcançado em 2014, pois não houve resposta do INCRA/SEDE ao julgamento em segunda instância das contestações impetradas)	A princípio seria vistoriar e emitir o conjunto avaliação de 1095,7494 ha desse TQ, contudo, como não houve retorno do INCRA/SEDE a respeito do julgamento dos recursos, caso assim aconteça, em 2015 serão encaminhados os Kits para a publicação da Portaria e Decreto.	Ainda não discutido no âmbito da SR(20) e nem com o INCRA/SEDE.
Cadastramento das famílias e a coleta de dados nos territórios Quilombolas de Roda D'Água / Morro da Onça, Porto Grande e Córrego do Alexandre visando a confecção das demais peças que comporão os RTIDs.	Conclusão dos RTIDs desses Territórios e sua publicação.	Ainda não discutido no âmbito da SR(20) e nem com o INCRA/SEDE.
-----	RTIDs dos Territórios Quilombolas da Bacia do Angelim.	Ainda não discutido no âmbito da SR(20) e nem com o INCRA/SEDE.

¹ Vistoria e avaliação de imóveis de ocupantes não quilombolas. Ação 210Z-PO 04.

Quadro 7 – Plano Estratégico do Incra – Objetivo 6

Objetivo Estratégico 06: Promover autonomia e a emancipação da juventude rural, contribuindo para sua permanência no campo e para a sucessão rural.		
a) Descrição		
Atividade	Meta	Realizado
Número de jovens assentados (até 29 anos)	19	18
b) Análise dos seus principais aspectos, com discussão do atual estágio de implantação		
Apesar de não ter havido criação de novos projetos de assentamento, foram assentados 18 beneficiários em lotes retomados. Tal meta representa 5% da meta de famílias assentadas para PA's com 20 lotes ou mais.		
c) Resultados Estratégicos Previstos		
Curto prazo -2014	Médio prazo – 2015 (PPA)	Longo Prazo – 2016 em diante
19	10	

2.2 Programação orçamentária e financeira e resultados alcançados

Quadro 8 – Ações Orçamentárias – Programação e Execução Orçamentária e Financeira.

Ação Orçamentária	Meta Orçamentária	Provisão Recebida	Despesa Empenhada	Despesa Liquidada	Valores Pagos
210Z - Reconhecimento e indenização de territórios quilombolas	51.397,50	51.397,50	48.944,43	27.530,49	27.530,49
2105 - Gerenciamento e fiscalização do cadastro rural	55.046,54	55.046,54	50.485,49	44.185,14	44.185,14
0427 - Concessão de crédito instalação às famílias assentadas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
210S - Assistência técnica e extensão rural para a reforma agrária	22.913,14	22.913,14	22.913,14	22.913,14	22.913,14
210T - Promoção da educação no campo	2.978,00	2.978,00	2.889,32	2.889,32	2.889,32
210U - Organização da estrutura fundiária	30.602,63	30.602,63	30.602,63	30.602,63	30.602,63
211A - Desenvolvimento sustentável de assentamentos rurais	1.043.856,80	1.043.856,80	1.029.078,67	268.234,15	268.234,15
211B - Desapropriação de Imóveis Rurais para Reforma Agrária	55,31	55,31	55,31	55,31	55,31
2000 - Administração da unidade	2.102.959,78	2.102.959,78	2.090.658,96	1.628.512,71	1.628.512,71

2.3 Informações sobre outros resultados gerados pela gestão

Criado em 2004, o Programa Nacional de Documentação das Trabalhadoras Rurais (PNDTR) é uma ação fundamental para a inclusão social das trabalhadoras rurais, seja na reforma agrária ou na agricultura familiar, uma vez que possibilita a emissão gratuita de documentos civis, trabalhistas e de acesso aos direitos previdenciários, por meio de mutirões itinerantes de documentação.

A gestão do Programa é realizada pelo Comitê Gestor Nacional, constituído por órgãos do governo federal e movimentos sociais, com o objetivo de acompanhar a execução e definir as estratégias gerais do Programa, e pelos Comitês Gestores Estaduais, que, coordenados pelas Delegacias Federais do MDA e Superintendências Regionais do Incra, analisam as demandas, definem os municípios e discutem as ações de mobilização e execução dos mutirões.

Durante o ano de 2014 a Superintendência Regional do Incra no Espírito Santo, por meio do PNDTR, atendeu a mais 7 mil trabalhadoras rurais, emitindo 6.063 documentos civis, trabalhista e jurídicos.

Esse programa utilizou recursos de despesa corrente da ordem de R\$ 155 mil reais na execução de suas atividades.

3. ACOMPANHAMENTO DOS PRINCIPAIS MACROPROCESSOS FINALÍSTICOS DA GESTÃO

Cada um dos três principais macroprocessos finalísticos da gestão estão descritos e analisados a seguir:

3.1 Ordenamento da Estrutura Fundiária

3.1.1 Demonstração dos resultados da execução física e financeira das ações da Lei Orçamentária Anual

Demonstração dos resultados da execução física e financeira das ações da Lei Orçamentária Anual ligadas ao Ordenamento da Estrutura Fundiária de responsabilidade da superintendência.

Quadro 9: Ações do macroprocesso Ordenamento da Estrutura Fundiária - Execução física e orçamentária

Ação	Plano Orçamentário	Meta Física (Produto/Unidade)	Meta Física (Valores)	Execução Física	Meta Orçamentária	Provisão Recebida	Despesa Empenhada	Despesa Liquidada	Valores Pagos	Restos a Pagar
2105	Gerenciamento e Fiscalização do Cadastro Rural	Atualização Cadastral (und)	9.000	9.226	42.163,00	55.046,54	50.485,49	44.185,14	44.185,14	6.300,35
2114	Estruturação, Implantação e Manutenção dos Sistemas Cadastrais e Cartográficos	Sistema mantido (und)	-	-	-	-	-	-	-	-
210U	Regularização Fundiária de Imóveis Rurais	Imóvel/Posse Regularizado (und)	-	-	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
210U	Georreferenciamento de Malha Fundiária Nacional	Imóvel Georreferenciado (und)	122	0	31.268,00	30.602,63	30.602,63	30.602,63	0,00	0,00
210U	Gestão de Terras Públicas	Área Diagnosticada (ha)	-	-	-	-	-	-	-	-
210Z	Reconhecimento, Delimitação, Desintrusão e Titulação de Territórios Quilombolas	Portaria de Reconhecimento (ha)	1	0	37.129,00	51.397,50	48.944,43	36.140,90	36.140,90	1.468,96
210Z	Indenização de Benfeitorias e de Terras aos Ocupantes de Imóveis Demarcados e Titulados aos Remanescentes das Comunidades de Quilombos	Imóvel Indenizado (ha)	-	-	-	-	-	-	-	-

Quadro 10: Ações do macroprocesso Ordenamento da Estrutura Fundiária - Execução de Restos a Pagar*

Ação	Plano Orçamentário	Meta Física (Produto/Unidade)	Execução Física**	RAP Inscritos	RAP Cancelados	RAP Pagos	RAP a pagar
2105	Gerenciamento e Fiscalização do Cadastro Rural	Atualização Cadastral (und)	0	2.309,13	0,00	0,00	2.309,13
2114	Estruturação, Implantação e Manutenção dos Sistemas Cadastrais e Cartográficos	Sistema mantido (und)	-	-	-	-	-
210U	Regularização Fundiária de Imóveis Rurais	Imóvel/Posse Regularizado (und)	0	0,00	0,00	0,00	0,00
210U	Georreferenciamento de Malha Fundiária Nacional	Imóvel Georreferenciado (und)	0	0,00	0,00	0,00	0,00
210U	Gestão de Terras Públicas	Área Diagnosticada (ha)	-	-	-	-	-
210Z	Reconhecimento, Delimitação, Desintrusão e Titulação de Territórios Quilombolas	Portaria de Reconhecimento (ha)	0	1.532,09	120,00	9,36	1.402,73
210Z	Indenização de Benfeitorias e de Terras aos Ocupantes de Imóveis Demarcados e Titulados aos Remanescentes das Comunidades de Quilombos	Imóvel Indenizado (ha)	4	1.686.076,66	0,00	1.309.381,99	376.691,67

*Incluem RAP processado e não-processado.

**A execução física apresentada corresponde aos instrumentos iniciados em exercícios anteriores, com conclusão no exercício de referência, podendo onerar tanto os recursos de RAP quanto do orçamento do exercício.

A Divisão de Ordenamento da Estrutura Fundiária - SR20/F, conta com quatro setores de serviços, o Serviço de Cadastro Rural – SR20/F-1, o Serviço de Cartografia –SR20/F-2, o Serviço de Regularização Fundiária – SR20/F-3 e o Serviço de Regularização de Territórios Quilombolas –SR20/F4.

Todos os trabalhos foram desenvolvidos conforme planejado, alcançando assim as metas previstas para a divisão.

A divisão possui servidores que auxiliam constantemente a Diretoria de Ordenamento da Estrutura Fundiária em ações de cunho nacional. No ano de 2014 os servidores estiveram empenhados no SIGEF (Sistema de Gestão Fundiária) e na DP Eletrônica. Os valores utilizados na Ação de Georreferenciamento são referentes ao deslocamento desses servidores.

A execução do georreferenciamento dos imóveis em 2014 foram realizadas com recurso da Divisão de Desenvolvimento.

Foram realizados 07 (sete) visitas de treinamentos a Servidores Municipais que trabalham nas Unidades Municipais de Cadastramento – UMC – sobre Recepção de Documentação para atualização cadastral no SNCR. Ainda, 26 (vinte e seis) supervisões a outros servidores Municipais que trabalham nas referidas Unidades Municipais de Cadastramento – UMC – sobre Recepção, análise e digitação de Documentação para atualização cadastral

O Estado não possui áreas da união a serem regularizada, portanto a Regularização Fundiária de Imóveis Rurais são realizadas pelos órgãos estaduais, e que auxiliamos os mesmos com acompanhamento e orientações técnicas.

3.1.2 Demonstração do grau de conhecimento da malha fundiária na jurisdição da superintendência em base cartográfica

O passivo de processos físicos de certificação foi zerado no ano de 2014, e como previsto da NE 77/2013 as demais demandas serão atendidas pelo SIGEF.

As ações de georreferenciamento de imóveis rurais são voltadas para os assentamentos em ações de divisão e demarcação dos projetos de assentamento da Divisão de Desenvolvimento. Dos assentamentos criados no Espírito Santo todos já foram georreferenciado entretanto poucos são passíveis de certificação, com isso as ações futuras estão sendo tomadas no sentido de prepara estes georreferenciamentos para possível certificação.

A cartografia da SR-20 não está preparada para atendimento do § 3º do art. 225 da Lei nº 6.015, de 1973 que prevê a gratuidade da certificação de imóveis rurais a baixo de 4 módulos fiscais.

3.1.3 Demonstração dos resultados das atividades de reconhecimento, identificação, delimitação, demarcação e titulação dos territórios Quilombolas empreendidas pela superintendência.

Apesar das atividades que dependiam de posicionamentos do INCRA/SEDE, Governo do Estado do Espírito Santo e da própria Justiça Federal para que a SR(20) pudesse concretizar parte de suas metas e que por razões que fogem de nossa governabilidade não o foram (ver Objetivo Estratégico 05: “Promover o acesso dos Povos e Comunidades tradicionais às políticas produtivas, de garantia de direitos e à regularização fundiária dos territórios, contribuindo para o seu etnodesenvolvimento”, no item b - Análise dos seus principais aspectos, com discussão do atual estágio de implantação), consideramos como resultados positivos nas atividades de reconhecimento, identificação, delimitação, demarcação e titulação dos Territórios Quilombolas empreendidas dessa Superintendência Regional o Cadastramento de Famílias, o levantamento de documentos para os relatórios fundiários e os trabalhos de campo para a confecção das plantas, todos referentes aos Territórios Quilombolas de Roda D'Água, Morro da Onça e Porto Grande. Tínhamos a pretensão de chegar neste estágio no TQ de Córrego Alexandre também, porém como havia muitas dúvidas por parte de seus membros foi possível apenas fazer o cadastro de famílias no exercício de 2014. Juntos esses quatro territórios totalizam (segundo o Relatório Antropológico, então poderá ocorrerá diferenciação em relação às plantas dos RTIDs) 717,9000 ha. Isso, não ocorrendo entraves externos, poderá significar a publicação desses Relatórios Técnicos no exercício de 2015.

Também houve a entrega do Relatório Antropológico do TQ de Linharinho, que juntos com as demais peças formaram seu RTID, o qual passou pelo crivo da Procuradoria que deu parecer favorável à sua publicação – conforme já exposto, só não o foi devido à falta de manifestação do INCRA/SEDE autorizando tal ato.

Por fim destacamos o ajuizamento das ações de desapropriação de imóvel por interesse social perante a justiça federal de áreas registradas no Território Quilombola de São Pedro (Aracruz / ES), das quais conseguimos liminarmente decisão favorável ao INCRA para cinco áreas. Tão logo seja deferido o mandado de imissão do INCRA na posse do bem a SR(20) poderá emitir os Contratos de Concessão de Direito Real de Uso – CCDRU.

3.1.4 Principais atividades de controle do Gestor

Tem sido realizado o constante acompanhamento das demandas existentes na divisão e busca de alternativas juntamente com os servidores para atendimento das mesmas, evitando demanda reprimida, em

especial a atualização cadastral, tendo em vista a grande demanda e pouca mão de obra. Os resultados são sempre alcançados.

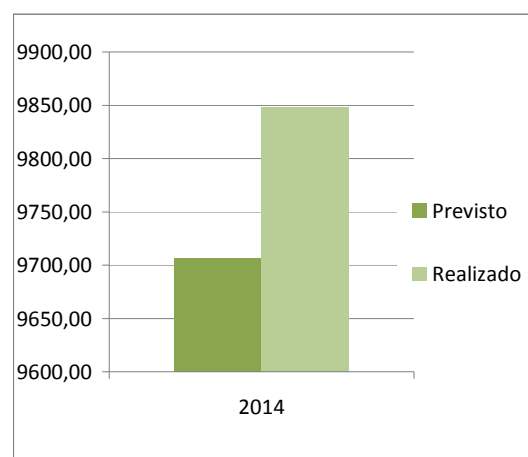
Ainda, são emitidos inúmeros ofícios de consulta de cartórios e outros interessados em sanear alguma dúvida relacionados aos seus procedimentos.

3.1.5 Indicadores

a) Índice de Cadastramento de imóveis rurais;

O cadastro de imóveis rurais tem sido realizado de acordo com a demanda apresentada, fato que superou a meta proposta.

Índice de Cadastramento de imóveis rurais (%)		
2014		2015
Previsto ¹	Realizado	Meta ²
9706,92	9848,03	9788,43
Memória de cálculo: 2014: Superfície ocupada por imóveis cadastrados (ha) (4.539.637,37 - Fonte: SNCR) dividido pela superfície total da área (ha) abrangida pela Jurisdição do INCRA, na jurisdição da SR (46.096,93 - Fonte: IBGE) multiplicado por 100.		



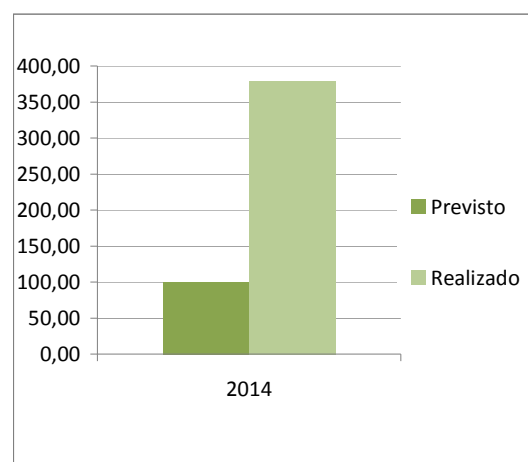
¹ Média dos últimos 3 anos

² Média dos últimos 3 anos. Valor definitivo será definido com a conclusão do Planejamento 2015

b) Índice de análise de processos de Certificação de Imóveis;

Os processos de certificação formalizado antes do SIGEF foram todos analisados e os requerimentos via SIGEF são atendidos dentro de poucos dias.

Índice de análise de processos de Certificação de Imóveis (%)		
2014		2015
Previsto ¹	Realizado	Meta ²
100,00	380,00	100,00
Memória de cálculo: 2014: Número de processos com análise de certificação finalizada no exercício (0 - Fonte: SIGEF) dividido pelo número de processos de certificação protocolados no exercício no nível de agregação (0 - Fonte: SIGEF) multiplicado por 100.		



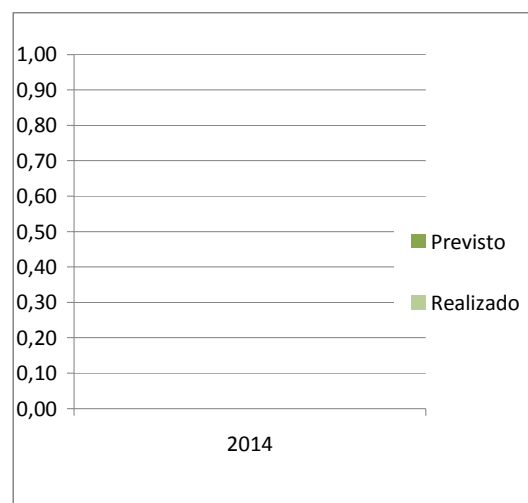
¹ Média dos últimos 3 anos

² Média dos últimos 3 anos. Valor definitivo será definido com a conclusão do Planejamento 2015

c)Índice de Regularização Fundiária.

Não temos no estado área da união para regularização fundiária.

Índice de Regularização Fundiária (%)		
2014		2015
Previsto ¹	Realizado	Meta ²
0,00	0,00	0,00
Memória de cálculo: 2014: Número de imóveis regularizados e titulados no exercício (0 - Fonte: SIR) dividido pelo número de imóveis com processos de regularização fundiária iniciados no exercício, na jurisdição da SR (0 - Fonte: SIR) multiplicado por 100.		



¹ Média dos últimos 3 anos

² Média dos últimos 3 anos. Valor definitivo será definido com a conclusão do Planejamento 2015

A descrição detalhada e fórmula de cálculo de cada indicador se encontra no Anexo VII

Análise:

Com relação ao índice de análise de processos de certificação de imóveis temos que todo o passivo dos processos de certificação foi atendido no ano de 2014, sendo 26 imóveis certificados e 12 processos arquivados, com isso esta ação não entra para meta de 2015 em diante.

3.1.6 Para Superintendências localizadas em área de fronteira internacional e região Nordeste

Não se aplica.

3.1.7 Para Superintendências Nacional de Regularização Fundiária na Amazônia Legal

Não se aplica.

3.2 Obtenção de Recursos Fundiários e Implantação de Projetos de Assentamento

3.2.1 Demonstração da execução física e financeira

Demonstração da execução física e financeira das ações da LOA ligadas à obtenção de recursos fundiários e implantação de projetos de assentamento de responsabilidade da superintendência, incluindo as estratégias a serem adotadas para correção de eventuais distorções nos resultados em relação às metas traçadas.

Quadro 11: Ações do macroprocesso Obtenção de Recursos Fundiários e Implantação de Projetos de Assentamento - Execução física e orçamentária

Ação	Plano Orçamentário	Meta Física (Produto/Unidade)	Meta Física (Valores)	Execução Física	Meta Orçamentária	Provisão Recebida	Despesa Empenhada	Despesa Liquidada	Valores Pagos	Restos a Pagar
211A	Vistoria e Avaliação para Obtenção de Imóveis Rurais	Vistoria Realizada (ha)	8.500,00	14.323,81	84.242,00	123.382,00	119.736,13	104.539,01	104.539,01	15.197,12
211A	Cadastro, Seleção e Homologação de Famílias Beneficiárias do Programa Nacional de Reforma Agrária	Família Assentada (und)	310	73	18.770,00	34.783,90	29.428,95	20.133,01	20.133,01	9.295,94
211B	Pagamento de Indenização Inicial nas Aquisições de Imóveis Rurais para Reforma Agrária	Emissão de TDA (ha)	1.488.821,96	00	55,31	55,31	55,31	55,31	55,31	0,00
211B	Pagamento de Indenizações Complementares nos Processos de Desapropriação de Imóveis Rurais para Reforma Agrária	Emissão de TDA (ha)	0	0	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
211A	Gestão Ambiental em Projetos de Assentamento de Reforma Agrária	Assentamento beneficiado/monitorado (und)	3	18	138.930,00	112.701,70	108.287,20	19.809,52	19.809,52	88.477,68
211A	Licenciamento Ambiental de Assentamentos da Reforma Agrária	Licença protocolada	0	0	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

Quadro 12: Ações do macroprocesso Obtenção de Recursos Fundiários e Implantação de Projetos de Assentamento - Execução de Restos a Pagar*

Ação	Plano Orçamentário	Meta Física (Produto/Unidade)	Execução Física**	RAP Inscritos	RAP Cancelados	RAP Pagos	RAP a pagar
211A	Vistoria e Avaliação para Obtenção de Imóveis Rurais	Vistoria Realizada (ha)	0	30.687,07	2.458,57	18.436,49	1.840,51
211A	Cadastro, Seleção e Homologação de Famílias Beneficiárias do Programa Nacional de Reforma Agrária	Família Assentada (und)	0	1.286,05	150,02	0,00	1.136,03
211B	Pagamento de Indenização Inicial nas Aquisições de Imóveis Rurais para Reforma Agrária	Emissão de TDA (ha)	0	361.381,51	0,00	339.778,51	21.603,00
211B	Pagamento de Indenizações Complementares nos Processos de Desapropriação de Imóveis Rurais para Reforma Agrária	Emissão de TDA (ha)	0	0,00	0,00	0,00	0,00
211A	Gestão Ambiental em Projetos de Assentamento de Reforma Agrária	Assentamento beneficiado/monitorado (und)	0	17.215,32	0,00	3.903,66	5.475,51
211A	Licenciamento Ambiental de Assentamentos da Reforma Agrária	Licença protocolada	0	2.948,00	0,00	0,00	2.948,00

*Incluem RAP processado e não-processado.

**A execução física apresentada corresponde aos instrumentos iniciados em exercícios anteriores, com conclusão no exercício de referência, podendo onerar tanto os recursos de RAP quanto do orçamento do exercício.

3.2.2 Demonstração da estratégia local para a prospecção de terras públicas e privadas para utilização no Programa Nacional de Reforma Agrária (PNRA)

Para execução dos trabalhos da SR(20)T voltados para a obtenção de terras para utilização no Programa Nacional de Reforma Agrária, foram usadas as seguintes estratégias:

1- Para prospecção de terras públicas o único instrumento que está sendo usado na SR(20)T diz respeito ao convênio com o Estado do Espírito Santo, cujo objeto seria a doação de terras devoluta incrustadas nos imóveis improdutivos e desapropriados.

2- Na obtenção de terras privadas o instrumento adotado é a Desapropriação por Interesse Social, via Fiscalização Agrônômica e Função Social dos imóveis rurais indicados pelos Movimentos Sociais, Levantamento Prévio (pré-qualificação) de imóvel (certidões de domínio, ficha do IDAF, informações junto a órgãos municipais, visita in-loco), Vistoria Preliminar em imóveis com fortes indícios de improdutividade, Notificação Pessoal dos Proprietários, Sensibilização do judiciário para julgamento dos processos desapropriatórios sub-judice, Monitoramento constante dos Processos de desapropriação e Diminuição no prazo de tramitação processual.

a) ANALISE CRITICA DO PLANEJAMENTO / RESULTADOS OBTIDOS E PLANEJAMENTO DE 2015

O planejamento de Obtenção de terras via Desapropriação, é feita considerando: a demanda emanada dos movimentos sociais, o resultado das vistorias de anos anteriores, a força de trabalho disponível, e a área prioritária indicada no Diagnóstico Regional.

Entendemos que o planejamento da maneira como vem sendo feita, está correto, o não atingimentos das metas, se deve a fatos e realidades fora dos nossos controles, como por exemplo: 1- Os índices de produção exigidos no GUT e GEE, estão totalmente defasados, daí a dificuldade em conseguir imóveis improdutivos. 2 – Quando se consegue um imóvel improdutivo, o processo de desapropriação fica em julgamento no judiciário por anos sem definição.

O atingimento das Metas Físicas e Financeiras estipulada para o setor de Obtenção no de 2014, ficou muito aquém das expectativas, considerando, principalmente as restrições normativas das portarias 05,06 e 07 do MDA, que restringiram por demais a nossa área de atuação dentro do Estado. E ainda a grande dificuldade em garimpar imóveis improdutivos, tendo em vistas os atuais índices de produtividade exigidos. Soma-se neste mister, a morosidade da Justiça Federal no julgamento dos processos de desapropriação sub-judice no Estado, num total de 25 processos, com área total de 15.226,16 ha, onde se pederia assentar aproximadamente 1.711 famílias, e neste ano não liberou nenhum processo para Imissão na Posse, nem de prosseguimento para Decreto.

Com todas restrições citadas, a SR(20)T efetuou o Levantamento Prévio (pré-qualificação) de 40 imóveis rurais, gerando os trabalhos de Vistorias de Fiscalização em 07 imóveis no total de 10.595,86ha de área. E ainda efetuou 02 Vistoria de Avaliação e Estudo de Capacidade e Geração de Renda -ECGR, numa área de 3.727,95 ha .

Dos imóveis vistoriados, obtivemos 02 considerados improdutivos com o total de 2.457,16ha, cujos processos seguirão o difícil rito desapropriatório, para inclusão no Plano Nacional de Reforma Agrária.

No tocante as Metas Financeiras, de acordo com o Plano de Metas de 2014/2015, estava programada a indenização da Fazenda São José, com 377,2733 ha, no valor de R\$ 1.724.100,00, no entanto devido a atraso na instrução processual, para o atendimento das Portarias 05,06 e 07 do MDA, não foi

possível a descentralização de recursos, e consequente ajuizamento da Ação de Desapropriação em 2014.

Sobre a meta de Criação e Implantação de Assentamento da SR(20)T2, estipulada para o Assentamento total de 310 famílias, sendo 200 famílias por via Desapropriação, 10 famílias via Terras Publicas e 100 famílias através de reassentamentos em P.As antigos, como já foi dito, via desapropriação não tivemos nenhuma Imissão de Posse, e via Terras Publicas também não tivemos nada, somente pelos Reassentamento que tivemos 73 famílias Assentadas.

▪ PLANEJAMENTO PARA 2015

Para 2015, se não houver mudanças nos índices de produtividade, que servem de parâmetro no Calculo do GUT e GEE usados na Desapropriação e alteração positiva na obtenção de terras por compra através do Decreto 433, o cenário será o mesmo de 2014. Sendo assim estamos projetando para 2015 no máximo a Vistoria de Fiscalização e Avaliação em cerca de 9.580,00ha, o que corresponde, (pela média de área de imóveis vistoriados nos últimos anos de 765,00 ha), a aproximadamente 12 imóveis rurais.

▪ METAS DA OBTENÇÃO- 2015

- Atualização de 01 Diagnostico Regional para Identificação de Área Prioritária de Atuação.
- Vistorias e Avaliação Para Obtenção de Imóveis Rurais - Realizar Vistorias, Avaliações e Elaboração de Estudo de Capacidade e Geração de Renda-ECGR numa área total de 9.580 ha, o que corresponde (de acordo com a média de anos anteriores) a 12 Imóveis Rurais.
- Elaborar Estudo de Cadeia Dominial: Efetuar a Conclusão de 06 Cadeias Dominiais , em imóveis liberados pela justiça, Imóveis Improdutivos do ano,e Compra pelo Decreto 433.
- Alimentar Banco de Dados da Planilha de Preço Referencial de Terras e Imóveis Rurais-PPR.
- Realizar o Pagamento de Indenização Inicial Imóveis Rurais

Imóvel	Código do Imóvel	Município	Área (ha)	Indenização		
				VB	VTN	Total
Boa Vista	501.018.252.115-2	Ecoporanga	3.699,2270	4.904.229,24	13.958.190,92	18.862.420,16
São José	503.045.254.231-0	Vila Valério	377,2733	1.451.118,81	1.488.821,96	2.939.940,77
Total	X	X	4.076,5003	6.355,348,05	15.447.012,88	21.802.460,93

No tocante as indenizações de imóveis rurais desapropriados, estamos prevendo para 02 imóveis, totalizando uma de 4.070,37 ha , com possibilidade de assentar 251 famílias, no valor total de R\$.21.802.460,93, com um custo de R\$ 86.862,00. por família assentada.

b) PLANEJAMENTO E RESULTADOS NA ELABORAÇÃO DE ESTUDO DE CAPACIDADE DE GERAÇÃO DE RENDA-ECGR.

O ECGR só é elaborado nos casos dos imóveis improdutivos, cujos processos seguem para decreto. No ano de 2014 foram vistoriados 07 imóveis rurais, destes somente 02 foram considerados improdutivos com 2.457,16ha, nestes foram concretizados a avaliação, e elaborado ECGR apenas em 01 deles.

c) RESULTADO DE OBTENÇÃO DE TERRAS

Atividade	Meta-2014	Resultado-2014	%
Vistoria de Fiscalização/ECGR	5.995,00 ha	10.622,51 ha	176,73
Vistoria de Avaliação/ECGR	2.505,00 ha	3.727,95	148,78
Criação /Implantação	310 famílias	73 famílias	23,54
Financeira/Indenização	R\$ 1.724.100,00	00	00
Atualização de Diagnostico Regional para Identificação de Área Prioritária de Atuação.	01	00	00
Elaborar Estudo de Cadeia Dominial	07	03	42
Alimentar Banco de Dados da Planilha de Preço Referencial de Terras e Imóveis Rurais-PPR.	05	03	60

O resultado obtido com as Vistorias de Fiscalização de áreas novas, atingindo mais de 100% da meta, se deve ao grande esforço e trabalho do número de imóveis indicados pelos Movimentos Sociais para pré-seleção, pronta liberação para formalização dos processos de Vistorias, Dedicção da equipe de vistorias e bem como não houve falta de recurso para tal. Entendemos que as estratégias e iniciativas usadas, estão corretas. Somente vistoriando os imóveis é que se tem o retrato do Cumprimento da Função Social.

A meta de Vistoria de Avaliação está diretamente ligada aos números de imóveis decretados no ano, da liberação de processos sub judice ou ainda a obtenção através da Compra pelo Decreto 433. No ano de 2014 só tivemos 01 imóvel decretado, sua avaliação foi concretizada no final do ano de 2013, que esta em processo final de KIT para descentralização de recursos. Fizemos avaliação de 02 imóveis: Fazenda Boa Vista, que depois de vistoriada, foi ofertada para compra, e Fazenda Guaraná SPU que foi ofertada pela Secretaria de Patrimonio da União -SPU, no total de 3.727,95 há atingindo mais de 100% da meta.

As iniciativas e estratégias usadas para liberação de processos na justiça, não funcionaram, mesmo porque não esta dentro de nossa governabilidade (não temos controle), dependendo de terceiros.

A exceção, está na condução e celeridade dos processos sem óbise judiciais, que deveriam andar mais rápido, o que neste caso era apenas um processo (fazenda são José), cujo atraso se deve a adaptação do novo fluxo processual e elaboração ECGR - Estudo da Capacidade e Geração de Renda. Tudo isso fez com que as analise para liberação de recursos e consequente ajuizamento da Ação Desapropriatória, ainda não fossem concluídas.

O Numero de famílias a serem assentadas também esta diretamente ligada na "Imissão de Posse" dos imóveis desapropriados, ao numero de assentados nos P.As antigos, e ainda na arrecadação de terras publicas. Como não houve imissão de posse não se cria Projetos de Assentamentos. As únicas 73 famílias assentadas foram em vagas nos Projetos de Assentamentos antigos.

No tocante a execução financeira das indenizações, aqui também depende do número de imóveis liberados, com recursos descentralizados para o Ajuizamento da Ação Desapropriatória. O que neste caso só tivemos o Ajuizamento de 01(hum) imóvel, cujos recursos são de 2013, Fazenda São Domingos, ainda sem Imissão de Posse.

A atualização do Diagnóstico Regional, item que estava na meta de 2014, não foi executado, pois não tivemos recursos específicos para a execução dos trabalhos, ficando para atendimento no ano de 2015.

Foram abertos 03 processos de Estudo e Análise de Cadeia Dominial, das Fazendas Montes Verdes e Santa Rita, ainda não conclusos, e Fazenda São José, processo concluído que foi apenso ao processo principal.

Considerando a modalidade da Desapropriação, a única usada no Estado do Espírito Santo em 2014, e tendo como parâmetro os imóveis indicados para indenização, o valor médio é de R\$ 5.564,78 por hectare, a um custo médio por família de R\$ 85.391,00.

As vistorias foram realizadas dentro das áreas indicadas no Diagnóstico Regional como prioritárias e com o objetivo de atender aos acampamentos de movimentos sociais da região (MST/FETAES). Foram feitas 07 Vistorias de Fiscalização Agronômica e Função Social, em que 02 imóveis foram considerados improdutivos, cujos processos, se não tiverem impedimentos judiciais, seguiram para decreto desapropriatórios.

Considerando a dificuldade na obtenção de terras via desapropriação no Estado do Espírito Santo, principalmente, tendo em vistas os índices de produção exigidos, totalmente defasados e, ainda, o número pequeno de grandes imóveis rurais, muitos já vistoriados em anos anteriores. Podemos considerar como "Bom desempenho" a garimpagem de 02 imóveis improdutivos, ou seja 28% os imóveis vistoriados.

Relação dos Imóveis Vistoriados para Desapropriação em 2014

DATA	Nome do Imóvel	N.ºdo Processo (54340)	Município	Cód . INCRA	Situação	Área Medida
10/03 a 14/03/14	Montes Verdes	0001724/2013-71	Ecoporanga	501.034.004.146-5	Improdutiva	1.264,0791
05 a 9/5/14 e 19 a 23/5/14	Boa Vista	000248/2014-52	Ecoporanga	501.018.252.115-2	Produtiva	3.699,2270
07 a 11/07/14	São Mateus	000751/2014-16	Ecoporanga	501.018.019.836-2	Produtiva	1.140,1482
11 a 15/8/14	Boa Esperança	000922/2014-07	Ecoporanga	501.018.011.223-9	Produtiva	1.696,9068
03 a 07/11/14	Estrela do Norte	001255/2014-71	Ecoporanga	501.018.002.780-0	Produtiva	1.044,3473
01 a 05/12/14	Maralina	001256/2014-16	Nova Venécia	501.018.006.920-1	Produtiva	584,7119
15 a 19/12/14	Santa Rita	001300/2014-98	Ecoporanga	501.018.009.652-7	Improdutiva	1.193,0899
Total						10.622,5102

Relação dos Imóveis Avaliados em 2014

DATA	Nome do Imóvel	N.ºdo Processo (54340)	Município	Cód.INCRA	Área ha
09 a 12/12/14	Guaraná SPU	000473/2014-99	Aracruz	X	28,7285
09 a 12/12/14	Faz. Boa Vista	000248/2014-52	Ecoporanga	X	3.699,2270
TOTAL	X	X	X	X	3.727,9555

d) ANÁLISE CRÍTICA E ORÇAMENTO PROJETADO PARA PROVIDÊNCIAS DE IMPLANTAÇÃO E MANUTENÇÃO DOS PA.s.

Sobre a implantação, no que diz respeito a Cadastro e Seleção de Famílias, atribuição da SR(20)T2, o orçamento projetado para 2014 foi de R\$.18.770,00 de diárias para o acompanhamento e execução dos trabalhos. Considerando os trabalhos de cadastro e seleção de assentamentos em novos projetos, o recurso foi suficiente, no entanto, quando contrastamos com outras atividades como: atualização de cadastros em acampamentos, batimentos com CADÚnico, cadastro e seleção de reassentamentos nos P.As antigos. Podemos afirmar que faltou recurso para o atendimento global das atividades do setor.

3.2.3 Demonstração da atuação da SR na gestão dos valores descontados no exercício referentes a áreas de reserva legal e preservação permanente desmatadas

Após avaliação do passivo ambiental para o desconto do mesmo, através da justiça federal, os valores descontados voltam ao tesouro nacional, não tendo um fundo único destinado para a recuperação do passivo ambiental das áreas desapropriadas pelo INCRA. Desta forma a atuação da SR têm se dado através da elaboração de projetos para a recuperação de áreas degradadas em assentamentos com licenças ambientais expedidas pelo OEMA, com intuito de cumprir algumas condicionantes imposta no termo de compromisso ambiental – TCA, assinado entre o INCRA e o órgão ambiental competente, sendo uma delas o cercamento da reserva legal e das áreas de preservação permanente. Nos últimos três anos, após encaminhar os projetos ambientais para a captação de recursos orçamentários e financeiros junto ao INCRA sede, a resposta era da não disponibilidade de recurso para tal atividade e quando era enviado algum recurso, só aparecia no final do ano, não tendo desta forma, tempo hábil para a consolidação do processo de licitação e por fim a contratação da pessoa jurídica, responsável pela execução dos serviços.

3.2.4 Estratégia para licenciamento ambiental dos projetos de assentamento

Em 16 de Julho de 2013, o Ministério de Meio Ambiente através do Conselho Nacional de Meio Ambiente, cria a resolução CONAMA nº458, que estabelece procedimentos para o licenciamento ambiental em assentamento de reforma agrária, e dá outras providências. Esta resolução estabelece procedimentos para o licenciamento ambiental de atividades agrossilvipastoris e de empreendimentos de infraestrutura, passíveis de licenciamento, realizados em assentamentos de reforma agrária.

No parágrafo segundo do Art.3º desta resolução, o procedimento de licenciamento simplificado, deverá ser requerido pelo próprio beneficiário do programa de reforma agrária responsável pelas atividades agrossilvipastoris, individual ou coletivamente, com apoio do poder público, onde também a licença deverá ser requerida pelo responsável do empreendimento de infraestrutura.

Com a resolução CONAMA nº 458/2013, que revogou a resolução CONAMA nº387 que estabelecia

procedimentos para o licenciamento ambiental em assentamentos da reforma agrária, não será necessário requerer licença prévia para a criação de assentamento ou a licença ambiental de regularização do assentamento, com isso pedimos através de ofício o arquivamento dos processos abertos a muito tempo pelo Incra ao OEMA e que não foram analisados pelos técnicos.

No caso dos assentamentos analisados pelos técnicos e que gerou um termo de compromisso ambiental – TCA assinado entre o Incra e OEMA, estamos buscando da melhor forma possível atender estas condicionantes ambientais, que geram um grande custo para o Incra. Os projetos que são encaminhados para a sede Brasília-DF visando captar recursos, não são atendidos, alegando sempre a falta de recurso orçamentário e financeiro, com isso estamos tendo grandes dificuldades para atender parte das condicionantes. Por isso maioria das vezes somos notificados pelo Ministério Público Federal, para informar as ações que estão sendo feitas para atender as condicionantes das licenças ambientais nestes casos.

A recuperação ambiental dos assentamentos se dará após o cadastro ambiental rural dos assentamentos e mediante adesão ao Plano de Regularização Ambiental-PRA, sendo o Incra o órgão competente para cumprir solidariamente com os assentados a recuperação do passível ambiental.

A proposta do setor meio ambiente da SR(20)ES é trabalhar mais com a educação ambiental nos assentamentos novos e críticos em nosso estado, visando fazer um ação preventiva através das palestras de “Educação Ambiental”. Também estamos desenvolvendo ações voltadas a notificação de famílias que vem descumprindo a legislação ambiental e com isso a cláusula do contrato de concessão de uso junto ao Incra.

3.2.5 Estratégia do Programa de Prevenção, Combate e Alternativas ao Desmatamento Ilegal em Assentamentos da Amazônia

Não se aplica

3.2.6 Demonstração do cronograma de levantamento das informações sobre os imóveis desapropriados

Temos hoje no Estado do Espírito Santo 71 Projetos de Assentamentos sob a responsabilidade do INCRA, destes , apenas 44 imóveis tiveram os processos concluídos com registros em nome do INCRA . E em atendimento ao Acórdão TCU nº 557/2004 já fizemos 19 Kits que foram enviados a SR(20)A para contabilização ao patrimônio do Órgão.

3.2.7 Estratégia de atendimento do público alvo da reforma agrária

Temos aproximadamente 2.450 famílias inscritas no PNRA ainda não atendidas nesta Superintendência, sendo destas, 717 acampadas e distribuídas em 19 acampamentos por todo o estado, considerando que houvesse um estoque de terras suficiente para assentá-los, precisaríamos de um montante no valor aproximado de R\$220.500.000,00 (duzentos e vinte milhões e quinhentos mil reais). Durante o ano de 2014 não foram criados novos assentamentos, como também, não houve obtenção por doação não onerosa do Governo do Estado do Espírito Santo. Foram realizados 73 reassentamentos em 27 projetos criados em anos anteriores, com retomadas de parcelas ocupadas indevidamente, principalmente através da IN71, como também, em casos de sucessividade. Nesta Superintendência não houve expedição de Títulos de Domínio (definitivo), portanto, não há arrecadação, quanto às Certidões de Concessão de Uso, continuam sendo expedidas conforme a demanda.

Para o próximo ano, temos o seguinte planejamento para assentamento de famílias de trabalhadores rurais sem terra:

ASSENTAMENTO DE FAMILIAS	META(fam)	META (ha)
Desapropriação	200	2.694,5812
Doação de terra Pública	10	140,00
PA's criados até 2013	100	500,00
TOTAL	310	3.334,5812

3.2.8 Principais atividades de controle do gestor

As principais ferramentas de controle e análise dos processos relacionados com a Obtenção e implantação são:

1- SISPROT- Consiste no cadastro e trâmites do processo em andamento no Órgão.

2- SIPRA- Sistema de Informações de Projetos da Reforma Agrária, com os módulos de Obtenção, Acampamento, Projetos e Beneficiários, ambiental. 3- SISOT- Consiste no controle dos processos de vistorias e obtenção de terras da Reforma Agrária. Atualmente este sistema encontra-se desatualizado devido a falta de informações das Srs.

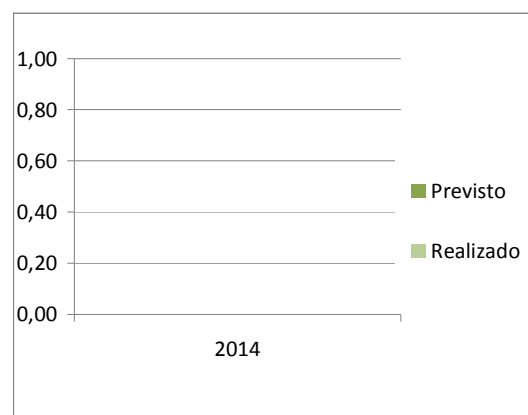
Além destes sistemas, temos o controle e informações através de planilhas que são solicitadas pelas autoridade superiores para análise e cobranças das fases processuais.

3.2.9 Demonstração dos resultados dos indicadores

Demonstração dos resultados dos indicadores de desempenho utilizados pela autarquia na área de obtenção de recursos fundiários e implantação de projetos de assentamento, incluindo metas do exercício e estratégia para cumprimento de metas do próximo exercício, abrangendo no mínimo os seguintes indicadores:

a) índice de gastos com obtenção de terras;

Índice de gastos com obtenção de terras (R\$/ha)		
2014		2015
Previsto ¹	Realizado	Meta ²
0,00	0,00	0,00
Memória de cálculo: 2014: valor total de indenizações (desapropriação) ou pagamento (aquisição) em R\$ no exercício (0,00 - Fonte: SIAFI) dividida pela respectiva área total dos imóveis indenizados ou pagos em hectares no exercício, na jurisdição da SR (0,00 - Fonte: SR20/ES - T)		

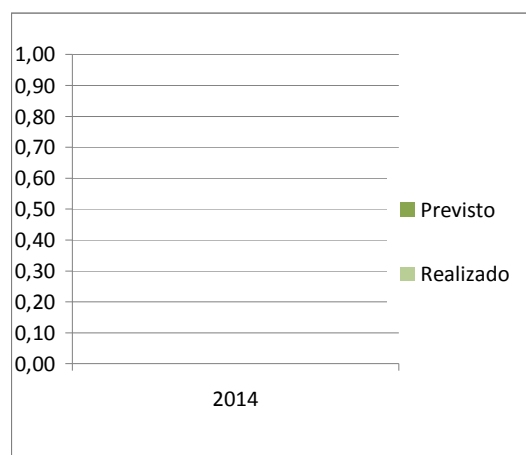


¹ Média dos últimos 3 anos

² Média dos últimos 3 anos. Valor definitivo será definido com a conclusão do Planejamento 2015

b) índice de protocolos de licença ambiental para os projetos de assentamento;

Índice de protocolos de licença ambiental para os projetos de assentamento (%)		
2014		2015
Previsto ¹	Realizado	Meta ²
0,00	0,00	0,00
Memória de cálculo: 2014: número de Licenças Ambientais Protocoladas no exercício (0 - Fonte: SIR) dividido pelo número de Licenças Ambientais Expedidas no exercício, no nível de agregação, (0 - Fonte: SIR) multiplicado por 100.		

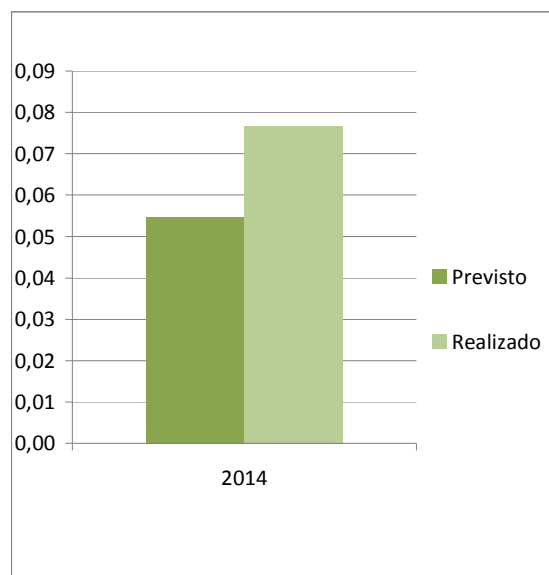


¹ Média dos últimos 3 anos

² Média dos últimos 3 anos. Número definitivo será definido com a conclusão do Planejamento 2015

c) índice de projetos de assentamento com licença ambiental em vigor.

Índice de projetos de assentamento com licença ambiental em vigor (%)		
2014		2015
Previsto ¹	Realizado	Meta ²
0,05	0,08	0,08
Memória de cálculo: 2014: número de assentamentos com Licença ambiental em vigor (ou CAR), (7 - Fonte: SIR) dividido pelo total de assentamentos Federais, no nível de agregação, (9128 - Fonte: Site INCRA) multiplicado por 100.		



¹ Média dos últimos 3 anos

² Média dos últimos 3 anos. Número definitivo poderá sofrer alteração com a conclusão do Planejamento 2015

A descrição detalhada e fórmula de cálculo de cada indicador se encontra no Anexo VII

Análise:

a) O resultado obtidos com as vistorias de Fiscalização e Avaliação foram satisfatória, considerando que atingimos mais de 100% da meta estabelecida. No entanto no tocante ao assentamento de famílias, ficamos a desejar, visto que não foram criados novos P.As, isto se deve ao fato de que muitos processos encontra-se sub-judice, e da dificuldade em conseguir áreas improdutivas, devido a defasagem dos índices exidos para GUT e GEE.

Quanto ao índice de gasto com obtenção de terra , tínhamos programados para 2014, a obtenção de

01 imóvel com 377,2733 ha, no valor total de R\$ 1.724.100,00, a um custo de R\$ 4.569,93 por hectare. Porém devido atraso na instrução processual para atendimento das portarias 05,06 e 07 do MDA, não foi possível a descentralização de recursos e consequente Ajuizamento da Ação de Desapropriação em 2014.

Para 2015 apesar de constar no Plano de Metas de 2014-2015 o valor de R\$25.000.000,00, estamos projetando a indenização de 02 imóveis rurais no total de 4.076,50ha, indenização de R\$ 21.802.460,93, a um custo de R\$ 5.348,98 por hectare .

Para o atingimento das metas de 2015, estaremos reforçando as estratégias usadas em 2014, que seria: 1- Otimizar as vistorias de novas áreas, 2- Incrementar ações junto ao judiciário para liberação dos processos Sub-judices, 3- Monitoramento constante dos processos em andamento sem óbice judiciais .

b) Não temos nenhum protocolo de licença ambiental para o ano 2014 no IEMA, isso ocorreu devido a resolução CONAMA nº458, criada em 16 de Julho de 2013 do Ministério de Meio Ambiente, através do Conselho Nacional de Meio Ambiente, que estabelece procedimentos para o licenciamento ambiental em assentamento de reforma agrária, e dá outras providências. Esta resolução estabelece procedimentos para o licenciamento ambiental de atividades agrossilvipastoris e de empreendimentos de infraestrutura, passíveis de licenciamento, realizados em assentamentos de reforma agrária.

No parágrafo segundo do Art.3º desta resolução, o procedimento de licenciamento simplificado, deverá ser requerido pelo próprio beneficiário do programa de reforma agrária responsável pelas atividades agrossilvipastoris, individual ou coletivamente, com apoio do poder público, onde também a licença deverá ser requerida pelo responsável do empreendimento de infraestrutura.

Com relação aos projetos de assentamento com licença ambiental em vigor no exercício de 2014 estávamos com 15 licenças. No exercício de 2015 estaremos com 07 licenças em vigor

3.2.10 Para Superintendências com Jurisdição na Amazônia Legal (Exceto Superintendência Nacional de Regularização Fundiária na Amazônia Legal)

Não se aplica.

3.3 Desenvolvimento de Projetos de Assentamento

3.3.1 Demonstração da execução física e financeira

Demonstração da execução física e financeira das ações da LOA relacionadas ao desenvolvimento de projetos de assentamento de responsabilidade da superintendência, incluindo as estratégias a serem adotadas para correção de eventuais distorções nos resultados em relação às metas traçadas.

Quadro 13: Ações do macroprocesso Desenvolvimento de Projetos de Assentamento - Execução física e orçamentária

Ação	Plano Orçamentário	Meta Física (Produto/Unidade)	Meta Física (Valores)	Execução Física	Meta Orçamentária	Provisão Recebida	Despesa Empenhada	Despesa Liquidada	Valores Pagos	Restos a Pagar
210S	Assistência Técnica e Extensão Rural para a Reforma Agrária	Atendimento com ATES (famílias)	3.672	0	5.543.198,00	22.913,14	22.913,14	22.913,14	22.913,14	0,00
210S	Formação e Capacitação de Agentes de Assistência Técnica e Extensão Rural	Agente formado (und)	0	0	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
0427	Concessão de Crédito Instalação às Famílias Assentadas	Crédito Disponibilizado (famílias)	699	241	2.141.880,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
211A	Implantação e Recuperação de Infraestrutura Básica em Projetos de Assentamento	Obra Iniciada (famílias)	66	113	642.850,00	654.650,00	25.211,96	25.211,96	25.211,96	629.294,25
211A	Fomento à Agroindustrialização e à Comercialização - Terra Sol	Projeto de Fomento à Agroindústria e à Comercialização (famílias)	0	30	4.400,00	5.474,20	5.474,20	4.226,51	4.226,51	1.247,69
211A	Supervisão e Fiscalização da Concessão do Crédito Instalação às Famílias Assentadas da Reforma Agrária	Crédito Supervisionado (famílias)	123	241	37.730,00	37.730,00	37.609,86	36.140,90	3.140,90	1.468,96
211A	Supervisão Ocupacional de Projetos de Assentamento	Lote ou Parcela Vistoriada/Supervisionada (und)	126	107	70.800,00	9.635,00	9.521,40	9.397,33	9.397,33	124,07
211A	Demarcação Topográfica em Projetos de Assentamento	Serviço de Topografia Realizado (famílias)	62	134	37.000,00	42.000,00	41.642,12	28.671,19	28.671,19	12.970,93
211A	Titulação, Concessão e Destinação de Imóveis Rurais em Projetos de Assentamento	Documento expedido (famílias)	284	122	16.700,00	16.700,00	16.161,34	13.393,46	13.393,46	2.767,88

210T	Educação de Jovens e Adultos no Campo (EJA)	Trabalhador Rural Escolarizado (und)	0	0	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
210T	Capacitação e Formação Profissional de Nível Médio e Superior para a Reforma Agrária	Profissional de Nível Médio ou Superior Formado (und)	0	0	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
210T	Concessão de Bolsas de Capacitação e Formação Profissional em Assistência Técnica, Pedagógica e Social	Profissional Capacitado (und)	0	0	2.978,00	2.978,00	2.889,32	2.889,32	0,00	0,00

Quadro 14: Ações do macroprocesso Desenvolvimento de Projetos de Assentamento - Execução de Restos a Pagar*

Ação	Plano Orçamentário	Meta Física (Produto/Unidade)	Execução Física**	RAP Inscritos	RAP Cancelados	RAP Pagos	RAP a pagar
210S	Assistência Técnica e Extensão Rural para a Reforma Agrária	Atendimento com ATES (famílias)	0	2.311.330,85	1.320.823,50	505,00	990.507,35
210S	Formação e Capacitação de Agentes de Assistência Técnica e Extensão Rural	Agente formado (und)	0	0,00	0,00	0,00	0,00
0427	Concessão de Crédito Instalação às Famílias Assentadas	Crédito Disponibilizado (famílias)	241	543.000,00	534.000,00	0,00	0,00
211A	Implantação e Recuperação de Infraestrutura Básica em Projetos de Assentamento	Obra Iniciada (famílias)	113	317.680,23	228,00		317.452,23
211A	Fomento à Agroindustrialização e à Comercialização - Terra Sol	Projeto de Fomento à Agroindústria e à Comercialização (famílias)	30	14.400,00	14.400,00	0,00	0,00
211A	Supervisão e Fiscalização da Concessão do Crédito Instalação às Famílias Assentadas da Reforma Agrária	Crédito Supervisionado (famílias)	241	574,66	0,00	481,10	93,56
211A	Supervisão Ocupacional de Projetos de Assentamento	Lote ou Parcela Vistoriada/Supervisionada (und)	107	250,01	0,00	200,01	50,00
211A	Demarcação Topográfica em Projetos de Assentamento	Serviço de Topografia Realizado (famílias)	134	27.756,82	0,00	27.199,68	557,14
211A	Titulação, Concessão e Destinação de Imóveis Rurais em Projetos de Assentamento	Documento expedido (famílias)	122	0,00	0,00	0,00	0,00

210T	Educação de Jovens e Adultos no Campo (EJA)	Trabalhador Rural Escolarizado (und)	0	0,00	0,00	0,00	0,00
210T	Capacitação e Formação Profissional de Nível Médio e Superior para a Reforma Agrária	Profissional de Nível Médio ou Superior Formado (und)	0	0,00	0,00	0,00	0,00
210T	Concessão de Bolsas de Capacitação e Formação Profissional em Assistência Técnica, Pedagógica e Social	Profissional Capacitado (und)	0	0,00	0,00	0,00	0,00

*Incluem RAP processado e não-processado.

**A execução física apresentada corresponde aos instrumentos iniciados em exercícios anteriores, com conclusão no exercício de referência, podendo onerar tanto os recursos de RAP quanto do orçamento do exercício.

Como visto um dos grandes entraves a execução de diversas políticas públicas as famílias assentadas esteve diretamente ligado a questão da Assistência Técnica e Extensão Rural-ATER, pois através destes serviços é possível a implementação da aplicação dos créditos de infraestrutura, como Fomento I e II, Fomento Mulher, Microcréditos Produtivos I e II e também o Pronaf, e existe uma grande dificuldade em contratação destes serviços, pois nas duas chamadas públicas lançadas em 2014 não se obteve êxito.

Para o ano de 2015 a expectativa que a Agência Nacional de Assistência Técnica – ANATER já esteja em plena atividade e possa desta forma criar alternativas para a prestação desses serviços que são de grande importância.

Outras metas como Titulação, Concessão e Destinação de Imóveis Rurais em Projetos de Assentamento, em que a parte de emissão de Títulos estava suspensa pela Sede do Incra, deverá ter nova orientação em 2015, sendo que a SR-20/ES no ano de 2014 emitiu apenas Contratos de Concessão de Uso- CCUs (107 contratos emitidos) e documentos de destinação de área dentro de projetos de assentamento (15 documentos expedidos).

Com relação a Supervisão Ocupacional de Projetos de Assentamento, ação que também estava suspensa pela Sede, os trabalhos forma executados quando demandados pela Procuradoria Federal Especializada, visando atender questões judiciais, ou quando da execução de algum trabalho de servidor do Incra em Projeto de Assentamento, momento em que se vistoriavam alguns lotes que apresentavam irregularidade, também havendo necessidade de maiores definições para o ano de 2015.

Em relação a Implantação e Recuperação de Infraestrutura Básica em Projetos de Assentamento foram executadas obras através das prefeituras municipais, sem o repasse de recursos por parte do Incra, que melhoraram as estradas de acesso a algumas internas dos PAs Cachoeira das Garças e Lírio dos Vales, beneficiando 113 famílias.

3.3.2 Diagnóstico do déficit de infraestrutura

Estradas - A questão de Infraestrutura nos Projetos de Assentamento no ano de 2014, quando tratamos da construção e recuperação de estradas, pontes e demais obras de arte necessárias ao atendimento das famílias assentadas tiveram a lógica de atendimento através de Chamada Pública efetivada diretamente pela Sede do Incra, através do Chamamento Público de Infraestrutura Incra /DD/nº 01/2014, tendo sido esta a única forma disponibilizada para execução de obras com recursos da autarquia nesse ano, ou seja, as prefeituras em que os assentamentos estavam instalados tiveram que formalizar proposta para concorrer a esta chamada, sendo que a SR-20 contribui através de contato com os entes municipais divulgando o chamamento e incentivando a participação.

Na ocasião foi selecionada a proposta da Prefeitura municipal de Ecoporanga, em que se previa a construção e recuperação de estradas no PA Franqueza e Realeza, num total de 37,4 km, beneficiando aproximadamente 100 famílias, e que terão as obras iniciadas no primeiro trimestre de 2015.

Outras duas prefeituras concorreram e tiveram suas propostas inabilitadas nesta chamada, que foram Mimoso do Sul e São Gabriel da Palha.

As maiores demandas de estradas estão voltadas para os assentamentos recentemente criados, como Franqueza e Realeza, Cachoeira das Garças, Lírio dos Vales, Novo Sonho e Irmã Dorothy Mae Stang, Adão Preto, Verino Sossai entre outros, pois exigem um maior grau de investimentos financeiros e as prefeituras locais por si só não conseguem apoiar sem o repasse de recursos por parte do Governo Federal, através do Incra.

Para os assentamentos mais antigos, em que as obras iniciais de abertura de estradas e construções de obras de arte já foram efetivadas anteriormente, a Superintendência do Incra no Espírito Santo tem contado com o constante apoio das prefeituras que efetivam diretamente a manutenção das estradas através dos equipamentos cedidos pelo Programa de Aceleração do Crescimento – PAC.

Outro ponto importante quanto à execução dessas obras através de Chamadas Públicas é em relação ao valor mínimo para participar da concorrência, que são R\$ 250.000,00 reais (Portaria Interministerial MP/MF/CGU Nº 507, de 24/11/2011), isso faz com que grande parte das prefeituras, por terem assentamentos pequenos, não possam participar, pois o valor das obras não atinjam este montante, inviabilizando deste modo sua concorrência, fato já alertado a Sede do Incra. Além disso, existe uma enorme dificuldade das prefeituras em elaborar projetos para concorrerem às chamadas existentes, devido ao pequeno corpo técnico de engenheiros que normalmente possuem.

Para o ano de 2015 a Superintendência Regional fez contato com diversas prefeituras para participarem da 2ª Chamada Pública de Infraestrutura, e também esta sendo organizado um evento em que todas as prefeituras serão convidadas no intuito de reforçar a necessidade de estarem participando com projetos nessa chamada, viabilizando assim, que os assentamentos do estado possam ser contemplados.

Habitação - A Superintendência deu continuidade a construção e reforma de casas que já estavam em andamento em alguns projetos de assentamento quando da publicação da Portaria Incra nº 352/2013 (havia determinado o recolhimento dos recursos de todas as contas), sendo que para os casos que não haviam sido ainda iniciadas as obras os recursos não foram devolvidos e estas famílias foram enquadradas na nova modalidade através do Programa Minha Casa Minha Vida – PMCMV, estando a gerência do programa ficado a cargo das instituições financeiras, Caixa Econômica e Banco do Brasil, sendo de livre escolha por parte das famílias assentadas e Entidades Organizadoras a instituição que iriam protocolar as propostas.

A aplicação dos recursos que faziam parte dos processos que já estavam em andamento antes do ano de 2013 tiveram uma execução para 204 famílias no ano de 2014, tendo a SR-20 acompanhado a supervisão destes trabalhos.

No ano de 2014 foram formalizados um total de 26 processos para acompanhamento do PMCMV (modalidades construção e reforma), e assim, emissão das Relações de Beneficiários – RBs (Grupo I) para que as Entidades Organizadoras pudessem dar entrada nos pedidos junto aos bancos, porém o Programa Minha Casa Minha Vida não teve o desempenho esperado, apesar dos esforços envidados pelas partes, não tendo sido efetivada a assinatura de nenhum contrato entre Instituição financeira e as famílias, conforme informação obtida junto as coordenações do programa dentro dos bancos.

Um dos entraves neste processo é que as Entidades Organizadoras encontram dificuldade em gerir a quantidade de documentos exigidos pelas instituições financeiras e toda a parte de gerenciamento junto às famílias, e também pelo fato das EO só receberem recursos para acompanhamento após a assinatura dos contratos, além do próprio programa ter tido problemas quanto a assinatura de contratos para acesso.

A Superintendência não tem participação sobre a liberação dos contratos, pois todo o procedimento é feito diretamente entre as Entidades Organizadoras e as instituições financeiras que gerem o programa, inclusive a questão de orçamento, o que acaba então fugindo da governança a construção e reforma das moradias.

Energia - A demanda de energia esta atualmente localizada apenas nos novos assentamentos, dependendo para instalação da construção das casas pelo Programa MCMV, pois é exigido que esteja construído alguns cômodos em alvenaria para a ligação do ponto de energia, tendo inclusive já sido encaminhado ofícios para as empresas de distribuição de energia responsáveis aqui no estado, assim, como realizada reunião.

Quanto a este ponto entendemos que não há problemas relacionados diretamente com as empresas de energia, e sim, o fato de ainda não estarem prontas as moradias, sendo que em alguns locais já foram instalados pontos de energia para as famílias que construíram o primeiro cômodo por conta própria.

Abastecimento de Água - A demanda por abastecimento de água nos assentamentos tem se acentuado a partir da falta de chuvas que verificamos no ano de 2014, o que fez com que diversas represas e açudes tivessem seu volume bastante reduzido, assim, como do nível de água dos rios que normalmente atendiam as famílias satisfatoriamente, chegando a níveis preocupantes, conforme tem acontecido em diversos estados do Brasil, principalmente da região Sudeste.

Algumas ações foram feitas para garantir o apoio necessário a construção de barragens, como é o caso do PA Adriano Machado, em que a Prefeitura municipal de Montanha estará executando obras para construção de 08 barragens, e para isto era necessário que o Incra fizesse a Cessão de Uso dessas áreas, num total de 29,3822 hectares (vinte e nove hectares vírgula trinta e oito ares e vinte e dois centiares), tendo então todos os trabalhos necessários sido realizados pela equipe técnica, e o ato publicado no Diário Oficial da União em 30/12/2014.

Para o ano de 2015 a Superintendência esta trabalhando principalmente no convite para que as prefeituras municipais participem do Chamamento Público de Infraestrutura nº 02/2014, que visa à construção e recuperação de estradas em projetos de assentamento. Também estão sendo feitos contatos com prefeituras para auxiliar na construção de barragens.

3.3.3 Demonstração das estratégias e resultados da Supervisão de Projetos de Assentamento

As atividades de Supervisão Ocupacional tiveram suas ações suspensas por força do Memorando Circular 110/2014/DD, de 12/03/2014, e posteriormente também pelo Memorando 158/2014-DD, de 08/04/2014.

Com esta decisão os trabalhos que estavam previstos visando apuração de possíveis irregularidades quanto a ocupação de lotes da Reforma Agrária tiveram seus trabalhos inviabilizados, ocorrendo apenas nos casos demandados pela Procuradoria Federal Especializada, em casos que envolviam respostas para andamento de processos que estavam na justiça para retomada de parcelas, também em casos especiais em que verificava-se conflitos mais graves entre assentados, ou ainda, quando da ida de algum servidor do Incra ao Projeto de Assentamento para execução de outra atividade, utilizando-se assim da presença do servidor para efetivarmos algumas vistorias demandadas.

Neste sentido, a execução dessa ação ficou prejudicada, sendo necessário maiores definições por parte da Sede do Incra para que esta atividade volte a ser executada no ano de 2015, garantindo desta forma um efetivo controle sobre o uso dos lotes destinados a reforma agrária e um planejamento adequado de supervisão ocupacional, principalmente em assentamentos que existem maiores problemas de uso irregular.

Em que pese às restrições de viagens para essa ação impostas pelos memorandos supracitados, a Superintendência Regional vistoriou 107 lotes (considerando as notificações entregues), visando assim, prosseguimento de processos de regularização de lotes formalizados na SR-20, e apuração de denúncias em assentamentos. Também foram retomados 02 lotes de ações que estavam em andamento na justiça, sendo um no PA Piranema, município de Fundão e o outro no PA Valdício Barbosa dos Santos, município de Conceição da Barra.

Fato importante de se registrar está relacionado aos lotes retomados pela via judicial, pois transmite às famílias que ao se praticar ato irregular em terras públicas, estas correm o risco de perderem a posse do imóvel, o que tende a fazer com que diminua casos de compra e venda de lotes.

Neste contexto, atualmente existe uma demanda de se realizar 204 vistorias de processos de pedidos de regularização e apuração de irregularidades, 52 vistorias ambientais e 44 entregas de notificações e editais de convocação, e que devem ser realizados no ano de 2015, caso ocorra mudança nas orientações por parte da Sede do Incra.

Outros trabalhos de levantamento ocupacional também são demandados, como no PA Nova Safra, município de Itapemirim, e PA Miragem, município de Ecoporanga, totalizando 300 lotes que estavam previstos para 2014 e não foram executados, sendo então repassada esta demanda para ano de 2015 e anos seguintes. Para o próximo ano incluiremos como meta a execução de 150 vistorias, número condizente com a atual força de trabalho.

Importante registrarmos que a demanda existente de análises de processos e de vistorias é bem maior que a capacidade de execução, sobrecarregando o setor e não sendo dada a resposta dentro de um prazo razoável aos casos, existindo a necessidade de um maior número de servidores para atender a estes trabalhos, fato que não é possível pela crescente saída de servidores do Incra.

3.3.4 Demonstração das estratégias e resultados voltados para o desenvolvimento dos projetos de assentamento

Temos a seguir as estratégias e resultados voltados para o desenvolvimento dos projetos de assentamento, como que se segue:

a)Crédito Instalação:

- i. reformulação, planejamento e concessão de créditos instalação e a cobrança desses créditos;

A demanda para aplicação dos novos créditos instalação, exceto Apoio Inicial I em que os servidores do Incra podem fazer diretamente, foram os demais incluídos no Edital de Chamada Pública de ATER, no intuito de elaboração dos projetos produtivos e acompanhamento, porém como não houve sucesso na contratação desses serviços as famílias não acessaram essas modalidades (demais explicações no campo específico deste relatório sobre ATER). Este fato é de grande importância pois acaba por inviabilizar a aplicação das modalidades de créditos Fomento I e II, Fomento mulher, microcréditos produtivos I e II e Pronaf.

Quanto à cobrança dos créditos, conforme dispõe a lei 13.001/2014, estes serão remetidos, e a SR-20 após a segunda etapa do treinamento para operacionalizar o Sistema Nacional de Cobrança de Créditos de Infraestrutura –SNCCI, que ocorreu na cidade de Cuiabá, entre os dias 24 a 28 de novembro de 2014, iniciou então estes trabalhos através da remissão do crédito Fomento do PA Sezínio Fernandes de Jesus, que está servindo então para o aprimoramento dos servidores.

- ii. planejamento para cobrança do passivo de crédito instalação no exercício, meta estabelecida para o exercício, análise das intervenções efetuadas na gestão e seus resultados para o atingimento da meta do exercício, bem como a previsão para o final do PPA 2012-2015.

Para o exercício não foi possível estabelecer metas, considerando que o Sistema Nacional de Cobrança de Créditos de Infraestrutura –SNCCI ainda estava sendo implementado e apresentava por diversas vezes necessidade de ajustes, além da capacitação dos servidores que de fato só ocorreu na segunda etapa realizada já em novembro de 2014.

Para o ano de 2015 serão trabalhados os processo de remissão dos PAs Florêncio Tozzo, Verino Sossai, Adão Preto, demais créditos do PA Sezínio Fernandes de Jesus, Valmir Antônio Barbosa, Carlos Lamarca e Franqueza e Realeza.

Outro ponto importante é que esses créditos estão sendo remetidos, conforme dispõe a lei 13.001/2014, não existindo então cobranças desses valores para as famílias nestas modalidades. Os demais créditos aguardam por definição da Sede do Incra, como construção e reforma.

b)Agroindustrialização:

- i. planejamento e implementação de assistência técnica especialista no âmbito da agroindustrialização;

- ii. informar a meta estabelecida para o exercício, descrever as intervenções efetuadas na gestão e seus resultados para o atingimento da meta do exercício, bem como a previsão para o final do PPA 2012-2015.

Para o ano de 2014 não foi estipulada meta para esta ação, porém a Superintendência colaborou com a realização da X Feira da Agricultura Familiar e Reforma Agrária, ocorrida na cidade de Vitória-ES entre os dias 04 – 06/07/2014, momento em que se pode expor produtos de diversos assentamentos do estado, viabilizando que os agricultores além de comercializarem seus produtos, também realizassem contatos para futuras novas vendas.

Para o ano de 2015 a proposta será trazer um maior número de famílias e assentamentos para expor seus produtos nesse espaço que tem uma grande visibilidade para os produtos da agricultura familiar.

c)Assistência Técnica Especialista para agroindustrialização:

i. planejamento e implementação de assistência técnica especialista no âmbito da agroindustrialização:

ii. informar a meta estabelecida para o exercício, descrever as intervenções efetuadas na gestão e seus resultados para o atingimento da meta do exercício, bem como a previsão para o final do PPA 2012-2015.

Não houve meta estipulada para esta ação, assim, como também não houve demanda.

d)Educação no campo:

i. promoção da educação no campo, destacando metas definidas para o exercício, resultados e previsão para o final do PPA 2012-2015.

Não houve meta estipulada para esta ação.

3.3.5 Principais atividades de controle do gestor

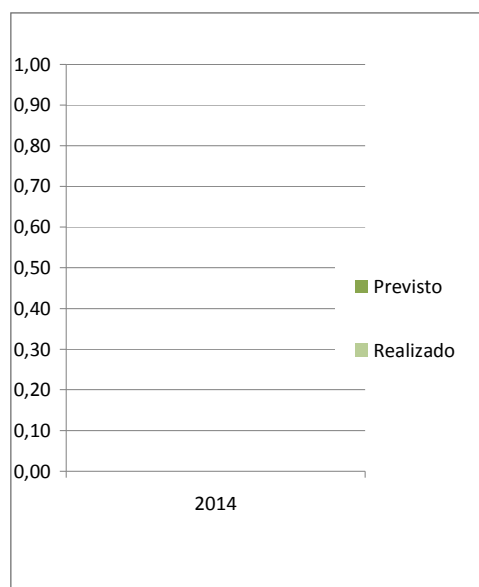
Como forma de controle das atividades que estavam sendo demandadas e executadas pela divisão, foram elaboradas planilhas que eram atualizadas periodicamente demonstrando os avanços e entraves para a execução dos trabalhos, assim, como mensalmente informado ao setor de planejamento da SR o monitoramento das ações realizadas.

A divisão de desenvolvimento conta com servidores lotados dentro de setores conforme organograma e que são responsáveis pela execução e acompanhamento dos trabalhos, além de atendimento ao público sobre os temas que trabalham, o que facilita na busca por informações específicas

3.3.6 Demonstração dos resultados dos indicadores de desempenho

a) índice de acesso à água para consumo doméstico;

Índice de acesso à água para consumo doméstico (%)		
2014		2015
Previsto ¹	Realizado	Meta ²
0,00	0,00	0,00
Memória de cálculo: 2014: número de famílias que tiveram o provimento de água para consumo doméstico – encanado, de poço ou de cisterna concluído no exercício (0 - Fonte: SIR) dividido pelo número de famílias assentadas no exercício, na jurisdição da SR (68 - Fonte: SIR) multiplicado por 100.		



¹ Média dos últimos 3 anos

² Média dos últimos 3 anos. Valor definitivo será definido com a conclusão do Planejamento 2015

Para o ano de 2014, assim como para os anos anteriores, a questão de acesso a água foi tratado na forma de parcerias com algumas prefeituras que apoiavam as famílias na construção de açudes e pequenas barragens, não tendo sido descentralizado recursos específicos para esta ação.

No ano de 2015 a Superintendência tentará apoio das prefeituras e governo no estado no intuito de apresentar propostas de convênio junto a Fundação Nacional de Saúde – Funasa.

b) índice de provimento de PDA/PRA;

Índice de provimento de PDA/PRA (%)		
2014		2015
Previsto ²	Realizado	Meta ³
0,00	0,00	0,00
Memória de cálculo: 2014: Quantidade de Projetos de Assentamento com PDA e PRA aprovados pelo INCRA (0 - Fonte: SIR) dividido pela quantidade total de Assentamentos Jurisdicionados no nível de agregação (72 - Fonte: SIR) multiplicado por 100.		



¹ Média dos últimos 3 anos

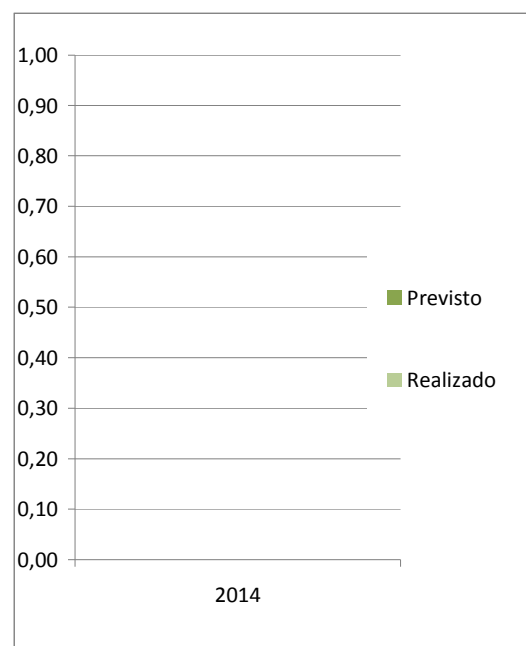
² Média dos últimos 3 anos. Valor definitivo será definido com a conclusão do Planejamento 2015

Não foram elaborados Planos de Desenvolvimento de Assentamento - PDA nem Planos de Recuperação de Assentamentos – PRA, pois estas metas estavam previstas na Chamada Pública de ATER 2014, em que não se conseguiu contratar empresa para execução destes trabalhos, sendo que também não havia contrato no ano de 2013.

Nesta Chamada Pública estavam previstos para serem atendidos com Plano de Desenvolvimento de Assentamento – PDA os seguintes assentamentos: Cachoeira das Garças, São Gabriel, Adão Preto, Valmir Antônio Barbosa, Carlos Lamarca, Novo Sonho e Verino Sossai, totalizando uma capacidade de 211 famílias que seriam atendidas, ficando então estes assentamentos como meta para 2015.

c) índice de acesso à moradia nos assentamentos;

Índice de acesso à moradia nos assentamentos (%)		
2014		2015
Previsto ²	Realizado	Meta ³
0,00	0,00	0,00
Memória de cálculo: Índice: 2014: Número de famílias com obras de moradia concluídas no exercício (204 - Fonte: SIR) dividido pelo número de famílias assentadas no exercício, na jurisdição da SR (0 - Fonte:) multiplicado por 100. Metas: 2014: Meta de conclusão de moradias no exercício (0 - Fonte: SIR) dividido pela Meta de assentamento de famílias (0 - Fonte:) multiplicado por 100. 2015: Meta de conclusão de moradias no exercício (0 - Fonte: SIR) dividido pela Meta de assentamento de famílias (0 - Fonte:) multiplicado por 100.		



¹ meta de conclusão de moradias no exercício dividido pela meta de assentamento no exercício

No ano de 2014 foi dado prosseguimento a aplicação dos recursos de crédito modalidades aquisição de material (Construção e recuperação), através de processos anteriores ao ano de 2013 e que já estavam em execução nos seguintes assentamentos:

Projeto de Assentamento	Modalidade	Famílias atendidas em 2014*
Otaviano R. de Carvalho	Aquisição de material	42
Sezínio F. de Jesus	Aquisição de material	49
São Sebastião	Aquisição de material	70
Santa Clara	Aquisição de material	29
Rancho Alegre	Aquisição de material	10
Nova Safra	Aquisição de material	04
Total:		204

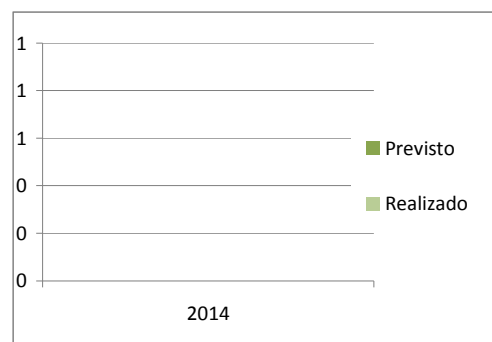
Para as demais famílias, incluindo aí as dos novos Projetos de Assentamentos, toda esta demanda

passou a estar vinculada ao Programa Minha Casa Minha Vida – PMCMV, em que o Incra indica os assentamentos que tem direito a Construção ou Reforma, e emite a Relação de Assentamentos – RB específica do Programa com as rendas existentes para fins de enquadramento no grupo I, sendo todas as demais ações realizadas diretamente pelas Entidades Organizadoras – EO, que são eleitas pelas famílias dos assentamentos, e assim, protocolam os projetos junto as instituições financeiras, Banco do Brasil ou Caixa Econômica Federal.

No ano de 2014 foram formalizados um total de 26 processos para acompanhamento do PMCMV (modalidades construção e reforma), porém o programa não teve o êxito esperado, e apesar dos esforços envidados pelas partes, não foram efetivados contratos entre as famílias, Entidades Organizadoras e Instituições Financeiras, conforme informação obtida junto as coordenações do programa dentro dos bancos.

d) número de contratos firmados pelas famílias com acesso ao Pronaf ou outra linha de crédito voltada à produção;

Número de contratos firmados pelas famílias com acesso ao Pronaf ou outra linha de crédito voltada à produção		
2014		2015
Previsto ¹	Realizado	Meta ²
0	0	0



Memória de cálculo:

Realizado 2014: Número de contratos firmados pelas famílias para acesso ao Pronaf no exercício no nível de agregação (0 - Fonte: SIR) somado ao Número de contratos firmados pelas famílias para acesso ao Fomento (operação I e II) no exercício no nível de agregação (0 - Fonte:) somado ao Número de contratos firmados pelas famílias para acesso ao Fomento Mulher no exercício no nível de agregação (0 - Fonte:). Previsto 2014: Meta do número de contratos a serem firmados pelas famílias para acesso ao Pronaf no exercício no nível de agregação (0 - Fonte: SIR) somado a Meta do número de contratos firmados pelas famílias para acesso ao Fomento (operação I e II) no exercício no nível de agregação (0 - Fonte:) somado a Meta de número de contratos a serem firmados pelas famílias para acesso ao Fomento Mulher no exercício no nível de agregação (0 - Fonte:), 2015: Meta do número de contratos a serem firmados pelas famílias para acesso ao Pronaf no exercício no nível de agregação (0 - Fonte: SIR) somado a Meta do número de contratos firmados pelas famílias para acesso ao Fomento (operação I e II) no exercício no nível de agregação (0 - Fonte:) somado a Meta de número de co

¹ Soma da meta de contratos firmados para acesso ao Pronaf com a meta de contratos Fomento (operação I e II e Fomento Mulher)

² Soma do número de contratos firmados para acesso ao Pronaf com o número de contratos para acesso ao Fomento (operação I e II e Fomento Mulher). Valor definitivo será definido com a conclusão do Planejamento 2015

Com relação a este tipo de informação a Superintendência não teve acesso a relação de famílias que tiveram acesso ao Pronaf, tendo encontrado certa dificuldade no repasse destes dados pela instituição bancária, pois alegou que tratava-se de informações com sigilo bancário, nos termos da lei complementar nº 105/2001.

Também foi feita consulta a Sede do Incra através do Memo Incra SR-20/ES nº 19, de 30/01/2015, o qual estamos aguardando resposta.

Sendo assim, esclarecemos que a SR possui apenas o controle das Declarações de Aptidão ao Pronaf – DAPs emitidas, e que as próximas etapas são todas junto à instituição bancária.

e) índice de provimento de assistência técnica;

Índice de provimento de assistência técnica (%)		
2014		2015
Previsto ¹	Realizado	Meta ²
0,00	0,00	0,00
Memória de cálculo: 2014: Número de famílias com previsão de atendimento nos instrumentos firmados para prestação de Assistência Técnica (0 - Fonte: SIR) dividido pelo número total de famílias assentadas, na jurisdição da SR (0 - Fonte:) multiplicado por 100.		



¹ Meta de famílias com ATES dividido pela Meta de famílias assentadas

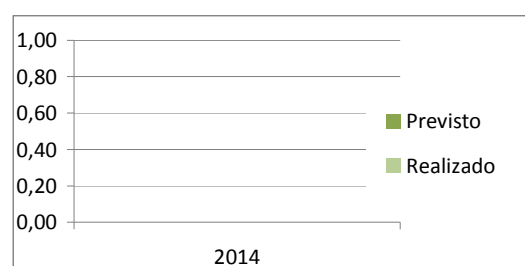
² Meta de famílias com ATES dividido Meta de famílias assentadas com base no número de famílias assentadas em 2014. Planejamento 2015 ainda não concluído

A Superintendência Regional do Incra elaborou Chamada Pública para contratação dos serviços de Assistência Técnica e Extensão Rural – ATER, tendo sido realizadas duas Chamadas Públicas no ano de 2014 e em ambas o resultado foi deserta (maiores esclarecimentos no campo específico deste relatório).

Para o Ano de 2015 até o presente momento está suspenso o lançamento de novas Chamadas Públicas, conforme Mem. Nº 07/2015-DD, de 07/01/2015, porém caso seja autorizado o lançamento de Chamada Pública o número de famílias tende a ser o mesmo da de 2014, que foi de 3672 famílias.

f) renda média das famílias (por amostragem);

Renda média das famílias (por amostragem) - R\$		
2014		2015
Previsto ¹	Realizado	Meta ¹
	0,00	
Fonte/Metodologia de amostragem:		



¹ Não existe indicador definido para o índice Previsto/Meta

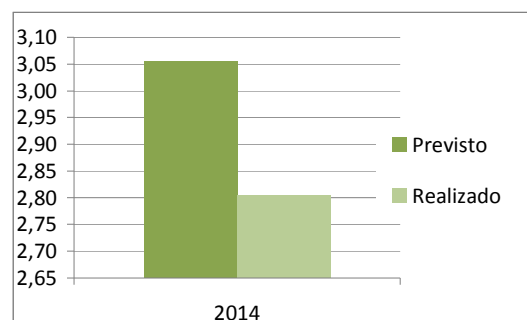
A pesquisa de renda média das famílias seria feita através dos trabalhos de Assistência Técnica e Extensão Rural – ATER, durante o início dos trabalhos através da aplicação do questionário de perfil de entrada, porém a SR-20 realizou duas Chamadas Públicas para contratação desses serviços e em ambas o resultado foi deserta.

Para o Ano de 2015 até o presente momento estão suspensos o lançamento de novas Chamadas Públicas, conforme Mem. Nº 07/2015-DD, de 07/01/2015, porém caso seja autorizado o lançamento de Chamada Pública o número de famílias será o mesmo da de 2014.

Também cabe esclarecer que não houve diretamente esta demanda por parte da Sede do Incra.

g) índice de parcelas supervisionadas;

Índice de parcelas supervisionadas (%)		
2014		2015
Previsto ¹	Realizado	Meta ²
3,05	2,80	0,00



Memória de cálculo:

Realizado 2014: Número de parcelas supervisionadas nos termos do artigo 4º da IN 70/2012 com relatório entregue (107 - Fonte:) dividido pelo Número total de parcelas, na jurisdição da SR (3815 - Fonte:) multiplicado por 100. Previsto 2014: Meta Supervisão (126 - Fonte: SIR) dividido pela Meta de famílias assentadas (4125 - Fonte: SIR,) multiplicado por 100. 2015: Meta Supervisão (0 - Fonte:) dividido pela Meta de famílias assentadas (3815 - Fonte: ,) multiplicado por 100.

¹ Meta de supervisão / Meta de famílias assentadas

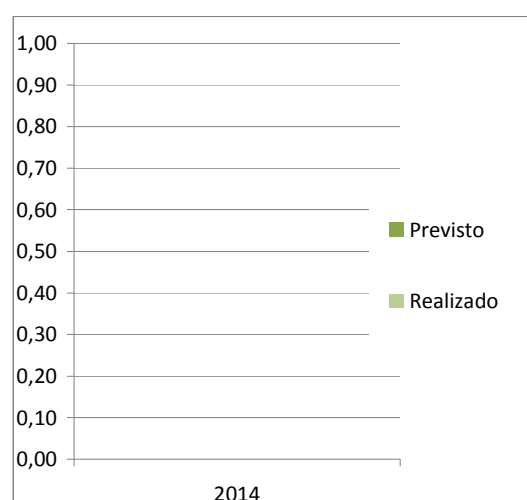
² Meta de supervisão / Meta de famílias assentadas. Valor definitivo será definido com a conclusão do Planejamento 2015

As atividades de Supervisão Ocupacional tiveram suas ações suspensas por força do Memorando Circular 110/2014/DD, de 12/03/2014, e posteriormente também pelo Memorando 158/2014-DD, de 08/04/2014.

Em que pese às restrições de viagens para essa ação impostas pelos memorandos supracitados, a Superintendência Regional vistoriou 107 lotes (considerando as notificações entregues), visando assim, prosseguimento de processos de regularização de lotes formalizados na SR-20, e apuração de denúncias em assentamentos. Também foram retomados 02 lotes de ações que estavam em andamento na justiça, sendo um no PA Piranema, município de Fundão e o outro no PA Valdício Barbosa dos Santos, município de Conceição da Barra.

h) índice de consolidação de assentamentos.

Índice de consolidação de assentamentos (%)		
2014		2015
Previsto ¹	Realizado	Meta ²
0,00	0,00	0,00



Memória de cálculo:

2014: Número de famílias assentadas em PA(s) consolidados (0 - Fonte: SIR) dividido pelo Número total de famílias existentes nos PA(s) criados pelo INCRA, no nível de agregação (0 - Fonte: SIR) multiplicado por 100.

¹ Média dos últimos 3 anos

² Média dos últimos 3 anos. Valor definitivo será definido com a conclusão do Planejamento 2015

O processo de emancipação ocorre através de ato do INCRA, observadas as determinações legais e regulamentares, em especial a norma de execução 09 de 06/04/2001. Ocorre que entre os diversos passos a serem realizados, a questão da Titulação de Projetos de Assentamento não pode ser executado no ano de 2014, considerando o Memo Circular 67/2014-DD, de 13/02/2014, que suspendeu a emissão de títulos de domínio em Projetos de Assentamento, o que não permitiu que fossem realizadas ações de titulação e emancipação de assentamentos.

Também existem outras questões que são de suma importância, como a transferência de matrículas para o nome do Incra (algumas áreas ainda com pendências judiciais), execução de Georreferenciamento, ajustes em plantas de assentamentos, e licenciamento ambiental através do Cadastro Ambiental Rural – CAR e levantamento ocupacional.

A descrição detalhada e fórmula de cálculo de cada indicador se encontra no Anexo VII

Análise:

De maneira geral pode-se observar que diversas ações estavam diretamente relacionadas a contratação de ATER, como PDA/PRA, levantamento da Renda média das famílias, projetos para Créditos Produtivos das famílias, e que não foram executados pela falta de contratação, conforme já esclarecido anteriormente.

Para outras ações, como Supervisão Ocupacional e Consolidação de assentamentos, estas também estavam suspensas pela Sede do Incra, o que inviabilizou o levantamento planejado de irregularidades ocupacionais nos projetos de assentamento, e quanto a Consolidação, uma das etapas é a Titulação das famílias, ação que também estava suspensa.

Esperamos que todas essas ações sejam reformuladas pela Sede do Incra, através de novas orientações, e assim, termos novamente um fluxo operacional no ano de 2015.

3.3.7 Para as Superintendências localizadas na Região Norte e Nordeste

Não se aplica.

3.3.8 Para as Superintendências da Região Sudeste e Sul

Quanto a assistência técnica e extensão rural – ATER, a Superintendência Regional do Espírito Santo (SR20), através de Comissão instituída pela Ordem de Serviço/INCRA/SR(20)/G/Nº028, de 17 de junho de 2013, elaborou Chamada Pública para contratação de serviços de assistência técnica previstos no PPA 2012/2015, Objetivo 0412 do Anexo I da Lei nº 12.593, de 18 de janeiro de 2012, referentes à implementação da Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural para a Agricultura Familiar e Reforma Agrária – PNATER e do Programa Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural na Agricultura Familiar e na Reforma Agrária – PRONATER, instituídos pela Lei nº 12.188/2010 e pelo Decreto nº 7.215/2010. O instrumento de Chamada Pública é uma forma de Dispensa de Licitação em conformidade com o inciso XXX do artigo 24, da Lei Federal nº 8.666 de 21 de junho de 1993, bem como com a Lei nº 12.188/2010, regulamentada pelo Decreto nº 7.215/2010 citada anteriormente.

Os participantes da Chamada Pública poderiam ser instituições públicas ou privadas, com ou sem fins lucrativos; inclusive cooperativas; previamente credenciadas e certificadas como entidades executoras do PRONATER, na forma da Lei nº 12.188, de 11 de janeiro de 2010, do Decreto nº 7.215, de 15 de junho de

2010 e da Portaria MDA nº 35, de 16 de junho de 2010.

O público-alvo da Chamada Pública foi constituído por famílias regularmente assentadas nos Projetos de Reforma Agrária sob a jurisdição do INCRA/SR20(ES), não titulados e não consolidados. Os projetos de assentamentos foram divididos em 5 Lotes, conforme distribuição geográfica

Síntese da área geográfica para prestação dos serviços e público beneficiário da “Chamada Pública”
(Fonte: Sistema de Informações de Projetos de Reforma Agrária SIPRA/INCRA/JUNHO/2014).

LOTE	UF	NÚCLEO OPERACIONAL	MUNICÍPIOS	Nº DE ASSENTAMENTOS	TOTAL DE FAMÍLIAS (95% RB)
1	ES	Mimoso do Sul	Alegre, Apiacá, Bom Jesus do Norte, Cachoeiro de Itapemirim, Guaçuí, Itapemirim, Jerônimo Monteiro, Mimoso do Sul, Muniz Freire, Muqui e São José do Calçado.	17	897
2	ES	Itarana	Fundão, Itaguaçu, Itarana, Linhares, Laranja da Terra e Santa Teresa, Viana.	7	304
3	ES	Nova Venécia	Águia Branca, Jaguaré, Nova Venécia, Pancas, São Gabriel da Palha e São Mateus.	25	864
4	ES	Ecoporanga	Alto Rio Novo, Ataléia (MG), Barra de São Francisco, Carlos Chagas (MG), Ecoporanga, Mantenópolis, Nanuque (MG), Pancas e Vila Pavão.	15	784
5	ES	Montanha	Conceição da Barra, Ecoporanga, Montanha, Mucurici, Pinheiros, Ponto Belo e São Mateus.	19	823
Total				83	3.672

Na elaboração da Chamada Pública Nº01/2014, o Projeto Básico estipulou 5 Metas para realização de 15 Serviços, envolvendo atividades de caráter individual, coletivas e complementares, bem como elaboração de PDA (Plano de Desenvolvimento do Assentamento) conforme demandas. O valor desta Chamada Pública foi de R\$5.736.426,15 (cinco milhões, setecentos e trinta e seis mil, quatrocentos e vinte e seis reais e quinze centavos) para entidades prestadoras, exceto cooperativas, enquanto que, para sociedades cooperativas, o valor da Chamada Pública foi de R\$ 4.252.272,95 (quatro milhões, duzentos e cinquenta e dois mil, duzentos e setenta e dois reais e noventa e cinco centavos). A diferença de valores para sociedades cooperativas é devido ao regime diferenciado no recolhimento de encargos trabalhistas. O Edital foi lançado e dada a publicidade exigida, por meio de divulgação no Diário Oficial da União no dia 28 de julho de 2014, bem como no jornal local, no site institucional: <http://www.incra.gov.br/reforma-agraria/assistencia-tecnica>, e também através da rede de contatos eletrônicos das empresas prestadoras de serviços credenciadas no SIATER, através da Delegacia Federal do MDA no Espírito Santo. A sessão de Chamada Pública ocorreu no dia 28 de agosto de 2014 às 14 horas na Superintendência Regional e não comparecendo entidades interessadas, foi dada como deserta.

Posteriormente efetivamos os demais procedimentos para relançamento da Chamada Pública, inclusive já contando com algumas novas demandas a partir da normatização da aplicação das novas modalidades de crédito.

Este 2º Edital de Chamada Pública foi divulgado, conforme a publicidade exigida, por meio da publicação no Diário Oficial da União, em 17 de outubro de 2014, bem como no jornal local, no site institucional <http://www.incra.gov.br/reforma-agraria/assistencia-tecnica>, e também através da rede de contatos eletrônicos das empresas prestadoras de serviços credenciadas no SIATER, através da Delegacia Federal do MDA no Espírito Santo

A sessão para abertura desta Chamada foi realizada na Superintendência Regional, na data de 14 de novembro de 2014, às 14 horas. Não houve comparecimento de entidades interessadas, restando deserta a mesma.

Ou seja, este é um sério problema a ser resolvido, pois em que pese os esforços para contratação de ATER não foi possível efetivar a prestação de serviços para as famílias. Vemos que não existe no mercado local entidades com capacidade operacional e interesse em trabalhar com este tipo de serviço nos moldes previstos nos normativos internos atuais, ou seja, sem previsão de lucro por parte das contratadas, o que torna desmotivante a participação das mesmas no certame.

Para 2015 será reavaliada a possibilidade de relançamento de novo Edital, tão logo seja autorizado pela Sede do Incra novas Chamadas Públicas, pois ainda estão suspensas Chamadas Públicas para o ano de 2015.

3.3.9 Para as superintendências com Jurisdição na Amazônia Legal (Exceto Superintendência Nacional de Regularização Fundiária na Amazônia Legal)

Não se aplica.

4. PRESTAÇÃO DIRETA DE SERVIÇOS AO PÚBLICO

4.1 Demonstração dos registros feitos por intermédio da Ouvidoria do INCRA Sede que se referem à atuação da Superintendência

No exercício de 2014 a Ouvidoria Agrária Regional registrou cinco conflitos no ES, ambos qualificados como ocupação de terra.

Entre as atividades desenvolvidas por esta Ouvidoria, destaca-se mediação dos referidos conflitos por meio de reunião com lideranças, com representantes do poder judiciário e da polícia civil e militar. Esse trabalho resultou na desocupação pacífica em quatro desses casos registrados. O outro episódio não foi encerrado em 2014, pois a área continua ocupada após acordo firmado com o proprietário.

A prevenção de conflitos no campo depende, especialmente, da viabilização de áreas para o assentamento de famílias, bem como na celeridade de processos judiciais relacionados ao tema.

 Ministério do Desenvolvimento Agrário Ouvidoria Agrária Regional - ES							
	IMÓVEL	MUNICÍPIO	MOVIMENTO	FAMÍLIAS	OCUPAÇÃO	DESOCUPAÇÃO	OBSERVAÇÕES
1	Fazenda Santa Maria	Presidente Kennedy	MST	75	28/04/2014	08/05/2014	
2	Fazenda Volta Grande	Linhares	MST	110	01/06/2014	16/07/2014	
3	Fazenda Agropastoril	Ecoporanga	MST	150	08/06/2014	10/06/2014	
4	Área da Subestação de Fumas	Linhares	MST	110*	17/07/2014	-----	* São as mesmas famílias que estavam na fazenda Volta Grande
5	Terreno da Câmara Municipal (área urbana)	São Mateus	MST	50	28/07/2014	20/08/2014	Esse terreno fica localizado entre os fóruns da Justiça Federal e Eleitoral

Não houve demanda encaminhada pela ouvidoria do Incra Sede a esta Superintendência Regional.

4.2 Demonstração dos resultados obtidos no atendimento ao público externo

Demonstração dos resultados obtidos no atendimento ao público externo, incluindo, no mínimo, para cada serviço:

a) a descrição do serviço oferecido, o prazo máximo para prestação do serviço, número de solicitações do público externo protocoladas;

- Emissão de Certidão/Espelho Assentado: é realizado o acesso através do Portal Sala da Cidadania e emitida a certidão de assentado e espelho da unidade familiar. Cabe resaltar que, havendo algum problema, nos reportamos à Coordenação Nacional da Sala da Cidadania que localiza-se no INCRA Sede em Brasília.

- Atualização de Cadastro de Imóvel Rural: Orientamos e ajudamos no preenchimento de formulários, bem como protocolizamos seu recebimento e encaminhamos a Divisão De Ordenamento da Estrutura Fundiária para análise.

- Inclusão de Cadastro de Imóvel Rural: Orientamos e ajudamos no preenchimento de formulários, bem como protocolizamos seu recebimento e encaminhamos a Divisão De Ordenamento da Estrutura Fundiária para análise.

- Certificação de Cadastro de Imóvel Rural: Orientamos e ajudamos no preenchimento de formulários, bem como protocolizamos seu recebimento e encaminhamos a Divisão De Ordenamento da Estrutura Fundiária para análise.

- Requerimento de Certidão de Tempo Rural e Envio ao interessado: Recepcionamos, formalizamos processos, enviamos a F para análise e, quando emitida a certidão enviamos ao interessado.

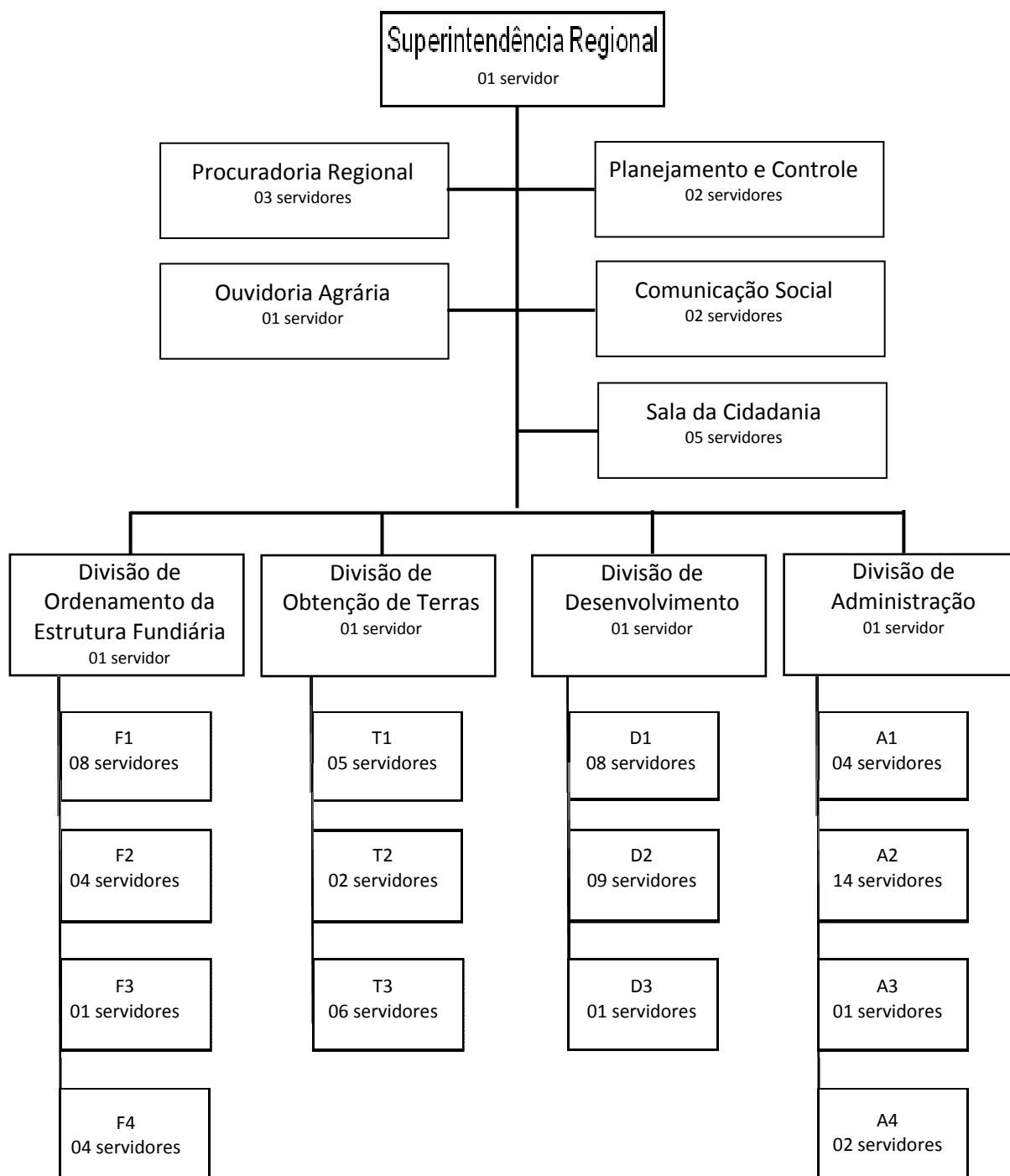
- Emissão de Boleto de CCIR: realizamos a emissão do boleto do CCIR, para o interessado ou representante legal, para pagamento.

- Entrada de Processo de Descaracterização/Desmembramento de Imóvel Rural: recepcionamos a documentação, formalizamos processo e encaminhamos a F para análise.

- Pesquisa de Código de Imóvel Rural por Telefone: é realizado diariamente, a pesquisa de código de imóvel rural através de ligação telefônica. O interessado liga e através do seu CPF consultamos o código do imóvel rural.

5. GESTÃO DE PESSOAS

5.1 Quantitativo de servidores



5.2 Análise da distribuição

A SR(20)ES conta com 86 servidores, sendo 78 ocupantes de cargos efetivos, 1 (um) servidor em exercício descentralizado carreira e 7 (sete) funcionários anistiados CLT, cedidos ao INCRA/ES pelo Departamento Nacional de Produção Mineral – DNPM, oriundos da Companhia Vale do Rio Doce. O demonstrativo sobre a distribuição da força de trabalho entre as unidades da Superintendência Regional, demonstra que 57,65% estão alocados nas áreas finalísticas (Divisão de Ordenamento da Estrutura Fundiária, Divisão de Obtenção de Terras e Desenvolvimento de Projetos de Assentamento). Já 42,35% estão vinculados à área meio (Gabinete, Procuradoria Jurídica e Divisão de Administração). Houve egressos de 3 (dois) servidores, sendo 2 (dois) por motivo de aprovação em outro cargo não acumulável e 1 (um) exonerado a pedido. Além disso, 12,82% da força de trabalho já reúne as condições plenas para a aposentadoria. Tais números definem um quadro de pessoal deficitário indicando uma urgente necessidade de recomposição da força de trabalho para atender satisfatoriamente às demandas Institucionais.

5.3 Análise da estratégia das ações de disseminação de conhecimento e aprendizagem

Os critérios e parâmetros de participação de servidores estão previstos na Instrução Normativa Nº 78, de 13 de maio de 2014, publicada no DOU do dia 26 de maio de 2014. O Desenvolvimento profissional permanente dos servidores da SR(20)ES é um dos pilares de apoio às ações finalísticas da Autarquia. Busca-se através das ações de capacitação a melhoria contínua dos processos de trabalho internos e externos como forma de alcançar efetividade e qualidade dos serviços prestados ao público beneficiário das ações da Autarquia.

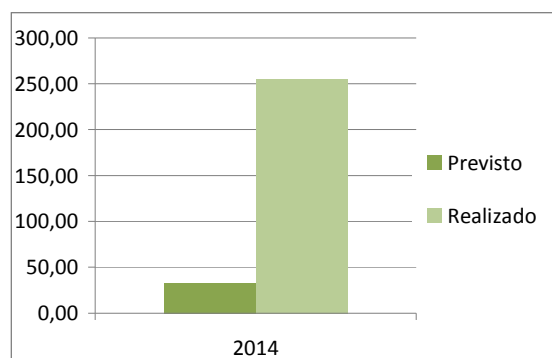
5.4 Indicadores relacionados

a) Índice de Abrangência de Capacitação

Índice de abrangência de capacitação (%)		
2014		2015
Previsto ¹	Realizado	Meta ²
33,33	255,56	0,00
Memória de cálculo: 2014: Número de servidores que participaram das atividades de capacitação (230 - Fonte: SIR) dividido pelo Número total de servidores, na jurisdição da SR (90 - Fonte: SIAPE) multiplicado por 100.		

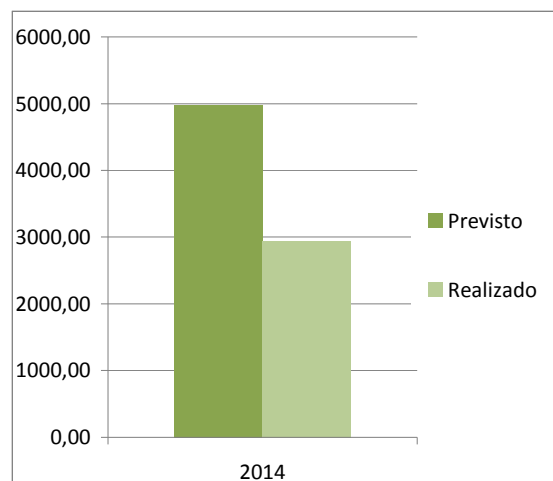
¹ Meta capacitação / quantidade de servidores

² Meta capacitação / quantidade de servidores (com base em 2014). Valor definitivo será definido com a conclusão do Planejamento 2015



b) Índice de Horas de Capacitação

Índice de horas de capacitação (%)		
2014		2015
Previsto ¹	Realizado	Meta ²
4975,56	2941,00	4548,48
Memória de cálculo: 2014: número total de horas de treinamentos recebidos pelos servidores (2941 Fonte: SIR) dividido pelo número total de servidores, na jurisdição da SR (100 - Fonte: SIR)		



¹ Média dos últimos 3 anos

² Média dos últimos 3 anos. Valor definitivo será definido com a conclusão do Planejamento 2015

A descrição detalhada e fórmula de cálculo de cada indicador se encontra no Anexo VII.

Análise:

Em 2014 foram ofertados 40 (quarenta) oportunidades de capacitação na forma de cursos, palestras, seminários, congressos, simpósios e oficinas, dando ênfase a diversas áreas do conhecimento, as quais abrangeram assuntos tanto da área meio como da fim, bem como temas relacionados com ética e qualidade de vida e saúde, possibilitando o desenvolvimento das competências de suporte, técnicas, gerenciais, habilidades e atitudes. A capacitação teve o público-alvo de 230 servidores, totalizando a 2.941 hora/aula.

A previsão inicial de carga horaria a ser ofertada ocorreu em virtude da média dos exercícios anteriores.

Cursos de curta duração possibilitam maior número de servidores capacitados. No entanto, a carga horaria total é menor.

6. TÓPICOS ESPECIAIS DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA

6.1 Informações sobre as transferências

Caracterização

Quantidade de convênios vigentes	1
Total de valores repassados	-

Prestação de Contas de convênios vigentes

Prestadas	Dentro do prazo	-
	Fora do prazo	-
Não Prestadas	Dentro do prazo	-
	Fora do prazo	-

Providências e cronograma para cumprimento dos prazos

Em 31/12/2014 foi publicado no D.O.U convênio (SICONV n.º 38183/2014) com o Município de Ecoporanga tendo como objeto a recuperação de 37,40 Km de estradas vicinais internas, incluindo o revestimento primário das vias, a execução das obras de arte correntes e as obras de drenagem no Projeto de Assentamento Franqueza e Realeza. Valor do Convênio – Parte concedente (INCRA): R\$ 625.000,00 (seiscentos e vinte e cinco mil reais). Empenho 2014NE800253. Não houve repasse de valores no exercício de 2014.

6.2 Demonstração da situação do registro dos imóveis desapropriados.

A demonstração da situação do registro dos imóveis desapropriados no âmbito da SR 20/ES nas contas contábeis pertinentes, evidencia a totalidade desses imóveis no Balanço Patrimonial desta Regional (Anexo III), levando-se em consideração o que determina os subitens 9.2.6; 9.2.6.1; 9.2.6.2 e 9.2.6.3 do Acórdão nº 557/2004 – TCU/Plenário, a seguir discriminados:

a) os imóveis desapropriados e que ainda pertencem à autarquia devem ser registrados em contas específicas do ativo real, discriminando a natureza desses imóveis (gleba, galpão, etc.):

142110200 - GLEBAS E FAZENDAS - R\$ 16.529.081,30D

142112104 – ARMAZENS/GALPOES - R\$ 62.164,41 D

142112264 - IMOVEIS A REGISTRAR DESTINADOS À REFOR.AGRAR - R\$ 15.659.729,81 D

142118000 - ESTUDOS E PROJETOS - R\$ 98.888,00 D

142119100 - OBRAS EM ANDAMENTO - R\$ 42.522,85 D

b) os imóveis já transferidos aos assentados mas que podem ser revertidos ao domínio da autarquia em decorrência de cláusulas contratuais de reversão devem ser registrados em contas específicas do ativo compensado, com controle, em conta-corrente, dos beneficiários:

Em 2014 iniciou-se o levantamento dos imóveis adquiridos pelo INCRA e destinados à Reforma Agrária para posterior registro no ativo real da autarquia. Ocorreu que os trabalhos não foram concluídos pela área finalística dentro do exercício de 2014 impossibilitando o registro contábil.

c) os investimentos e inversões financeiras nos imóveis destinados à reforma agrária devem ser registrados nas contas dos respectivos imóveis:

No exercício de 2014 não houve registro. Pelas mesmas razões do item anterior.

6.3 Demonstração da gestão dos créditos a receber registrados nas contas contábeis

1.2.2.4.9.10.00 – Créditos a Receber de Parceiros e 1.1.2.3.1.00.00 – Empréstimos Concedidos

A seguir, temos a demonstração da gestão dos créditos a receber registrados nas contas contábeis 1.2.2.4.9.10.00 – Créditos a Receber de Parceiros e 1.1.2.3.1.00.00 – Empréstimos Concedidos:

a) Plano de providências para o efetivo recebimento dos créditos registrados na referida conta contábil, indicando:

i. Cronograma com datas limite em cada fase;

Com a promulgação da Lei 13.001/2014 que dispõe sobre a liquidação dos créditos concedidos aos assentados da reforma agrária; concede reemissão nos casos em que especifica, foi possibilitado a emissão de orientações para realização do controle e fiscalização desses créditos melhorando a sua gestão.

Os servidores foram capacitados no final do ano de 2014 para conhecimento das ferramentas a serem utilizadas como forma de controle, dentre elas o Sistema Nacional de Cobrança de Crédito de Infraestrutura de Reforma Agrária e atualmente estão em fase de treinamento/ aperfeiçoamento para o pleno funcionamento do controle dos créditos continuados e dos novos créditos.

ii. Atividades previstas e executadas em cada fase;

Com a promulgação da Lei 13.001/2014 que dispõe sobre a liquidação dos créditos concedidos aos assentados da reforma agrária; concede reemissão nos casos em que especifica, foi possibilitado a emissão de orientações para realização do controle e fiscalização desses créditos melhorando a sua gestão.

Os servidores foram capacitados no final do ano de 2014 para conhecimento das ferramentas a serem utilizadas como forma de controle, dentre elas o Sistema Nacional de Cobrança de Crédito de Infraestrutura de Reforma Agrária e atualmente estão em fase de treinamento/ aperfeiçoamento para o pleno funcionamento do controle dos créditos continuados e dos novos créditos.

iii. identificação dos coordenadores responsável.

A divisão responsável é a Divisão de Desenvolvimento com a delegação dos respectivos membros da equipe com apoio da Contabilidade.

b) Sobre os saldos:

Saldo da conta contábil em 31/12;

122491000 - CREDITOS A RECEBER DE PARCELEIROS	TOTAL ==>	53.324.306,25 D
122310000 - EMPRESTIMOS CONCEDIDOS	TOTAL ==>	34.655.683,59 D

Saldo vencido até o exercício de referência do relatório;

121219808 -CRED A REC EM PARCELAS/LOTES POR DESAPROPRIA -TOTAL	CONTA	53.324.306,25 D
121110301 - EMPRESTIMOS CONCEDIDOS A RECEBER TOTAL DA CONTA		34.655.683,59 D

Valor total das parcelas cujo vencimento se deu no exercício de referência;

121219808 -CRED A REC EM PARCELAS/LOTES POR DESAPROPRIA -TOTAL CONTA 53.324.306,25 D
121110301 - EMPRESTIMOS CONCEDIDOS A RECEBER TOTAL DA CONTA 34.655.683,59 D

Valor total dos créditos recebidos no exercício.

Não houve recebimento de créditos em 2014.

c) Sobre o tratamento da inadimplência:

quantidade de inscrições e valor total inscrito na Dívida Ativa da Fazenda Nacional, nos termos do § do art. 2º da Lei nº 6.830/1980;

nenhum

quantidade de inscrições e valor total inscrito no Cadastro Informativo de Créditos não Quitados do Setor Público Federal, nos termos do art. 1º da Portaria STN nº 685/2006.

nenhum

d) Sobre a evidenciação contábil:

critérios para a qualificação do crédito quanto às perspectivas de efetivo recebimento;

Em 2014 a Divisão de Desenvolvimento desta SR iniciou o trabalho de identificação dos beneficiários que foram remetidos pela MP n.º 636/2013 e os que poderão requerer renegociação e liquidação da dívida. Os relatórios para baixa contábil não foram entregues ao setor de contabilidade no exercício de 2014 impossibilitando o registro.

montante registrado em conta contábil retificadora específica relativo à provisão para créditos de liquidação duvidosa, em decorrência da qualificação de que trata o item anterior.

Não houve registro em 2014.

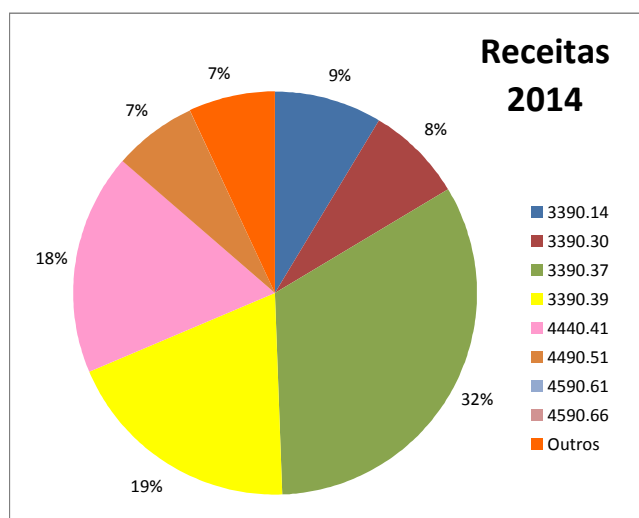
6.4 Principais atividades de controle instituídas pela área contábil e financeira da SR para assegurar fidedignidade.

O controle se dá pelo registro contábil dos atos e fatos, pela consulta prévia ao CADIN e SICAF, pela conferência de dados constantes dos autos e pela análise da legislação em vigor.

6.5 Principais Receitas e Despesas

RECEITAS

Finanças do INCRA-SR-20 em milhares Principais Receitas



Receitas	2013	2014
3390.14	321.691,61	303.559,41
3390.30	222.733,27	264.028,69
3390.37	1.152.666,86	1.149.561,09
3390.39	455.543,15	666.590,89
4440.41	0,00	625.000,00
4490.51	0,00	230.454,64
4590.61	2.047.455,17	55,31
4590.66	153.000,00	0,00
Outros	290.063,92	238.460,50
Total	8.098.725,12	8.040.123,51

Fonte: Siafi

Legenda

Tipode Despesa	Elemento de Despesa	Calssificação de Despesa
Despesa Corrente	3390.14	Diarias - pessoal civil
	3390.30	Material de consumo
	3390.37	Locacao de mao-de-obra
	3390.39	Outros servicos de terceiros-pessoa juridica
Investimento / Inversões inanceiras	4440.41	Contribuicoes
	4590.51	Obras e instalacoes
	4590.61	Aquisicao de imoveis
	4590.66	Concessao de emprestimos e financiamentos

Em um comparativo entre os exercícios de 2013 e 2014 é possível observar uma evolução no valor das receitas de despesas correntes. Ao contrário, as receitas e investimento / inversão financeiras são reduzidas.

Entre as receitas de despesa corrente o maior aporte está na locação de mão de obra relativa à contratação de serviços de apoio administrativo, segurança, manutenção predial e limpeza da Unidade.

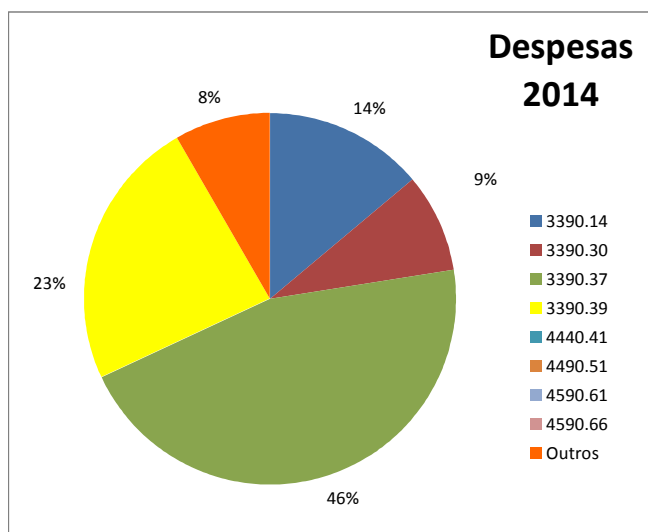
Outros serviços de pessoa jurídica dizem respeito à serviços realizadas tanta na Unidade Quando em Projetos de Assentamento.

Com relação às receitas de investimento e inversões financeiras destacam-se os valores descentralizados no exercício de 2013, sendo que o valor mais expressivo foi o referente à aquisição de imóveis (rurais).

Já no ano de 2014 o maior aporte de recursos de investimento diz respeito ao repasse para a prefeituras por meio de convênio.

DESPESAS

Finanças do INCRA-SR-20 em milhares Principais Despesas



Fonte: Siafi

Despesas	2013	2014
3390.14	321.691,61	303.559,41
3390.30	172.074,20	191.948,78
3390.37	1.111.176,75	1.003.825,44
3390.39	398.238,71	516.737,55
4440.41	0,00	0,00
4490.51	0,00	0,00
4590.61	0,00	55,31
4590.66	153.000,00	0,00
Outros	143.131,38	183.815,47
Total	2.805.246,34	2.708.422,77

Legenda

Tipo de Despesa	Elemento de Despesa	Classificação de Despesa
Despesa Corrente	3390.14	Diárias - pessoal civil
	3390.30	Material de consumo
	3390.37	Locação de mão-de-obra
	3390.39	Outros serviços de terceiros-pessoa jurídica
Investimento / Inversões financeiras	4440.41	Contribuições
	4490.51	Obras e instalações
	4590.61	Aquisição de imóveis
	4590.66	Concessão de empréstimos e financiamentos

Com relação às despesas realizadas durante os exercícios de 2013 e 2014 percebe-se que houve uma redução dos custos de despesa corrente com terceirização de mão de obra e pagamentos de diárias civis. Essa redução também ocorre com relação às despesas de investimento / inversões financeiras são reduzidas.

Entre as despesas correntes o custo mais significativo está na locação de mão de obra relativa à contratação de serviços de apoio administrativo, segurança, manutenção predial e limpeza da Unidade.

A evolução das despesas com serviços de pessoa jurídica deve-se à contratação de serviços ambientais em assentamentos de reforma agrária.

Com relação às receitas de investimento e inversões financeiras destacam-se os valores descentralizados no exercício de 2013, sendo que o valor mais expressivo foi o referente à aquisição de imóveis (rurais).

Outras despesas englobam aquisição de material permanente, passagens aéreas, auxílio funeral/natalidade e despesas com taxas e tributos, pagos ao longo do ano.

7. CONTROLES INTERNOS

7.1 Principais controles instituídos para garantir o cumprimento dos objetivos.

Os objetivos definidos para as Superintendências Regionais foram estabelecidos através do Plano de Metas e Créditos 2014-2015, que ao longo do ano teve 3 versões, a última delas divulgada em 18 de novembro de 2014. Este Plano estabelece as metas físicas e limites orçamentários das Superintendências Regionais e Sede, para cada Programa e Ação previstos no PPA para o Incra.

O Plano Estratégico MDA/Incra 2014 possui doze Objetivos Estratégicos, dos quais seis possuem Ações com execução direta por parte das Superintendências Regionais, conforme demonstrado no item 2 deste relatório, que também fazem parte do Plano de Metas e Créditos 2014-2015.

Uma vez estabelecidas as diretrizes, metas físicas e limites orçamentários, cada gestor regional tem autonomia para realizar o planejamento a nível operacional em sua Superintendência, estabelecendo atividades, definindo prazos e responsáveis, mapeando e gerindo riscos, a fim de garantir razoável segurança na consecução dos objetivos estratégicos previstos no Plano Estratégico do Incra, e metas institucionais previstas no Plano de Metas e Créditos 2014-2015. Para isso, o gestor deve levar em conta sua capacidade operacional.

Esta primeira etapa do ciclo de gestão, que é o planejamento, fica bastante comprometida nas Superintendências Regionais, uma vez que não está formalmente institucionalizada. Não existe norma, previsão, ou mesmo orientação de metodologia por parte da Sede para o planejamento a nível regional. Não existe também capacitação institucionalizada para planejamento e/ou gestão de riscos. Algumas regionais realizam por conta própria um planejamento a nível regional, mas não há padronização, integração, nem mesmo divulgação entre os poucos trabalhos realizados neste sentido. Esta regional não realizou planejamento a nível operacional em 2014.

A segunda etapa do ciclo de gestão é a execução. Em que pese críticas quanto à eficiência, eficácia e efetividade das normas operacionais do Incra, elas existem, estão devidamente institucionalizadas, formalizadas, disseminadas e são percebidas pelos servidores da autarquia. O princípio da Legalidade da Administração Pública, que restringe a atuação somente naquilo que é permitido em lei, de acordo com os meios e formas por ela estabelecidos e segundo os interesses públicos, está devidamente incorporado às ações de seus servidores e gestores. Qualquer ato cometido fora deste princípio, será objeto de sindicância ou processo administrativo disciplinar.

A terceira etapa do ciclo de gestão, que é o Monitoramento, é realizada mensalmente por meio do Módulo de Monitoramento e Avaliação do Sistema de Informações Rurais – SIR (<http://sir.incra.gov.br/incra>), e contempla a execução do ponto de vista físico e orçamentário de 27 (vinte e sete) Ações contidas em 10 (dez) Programas inseridos no Plano Plurianual - PPA 2012-2015, o que permite o acompanhamento do grau de execução destas ações ao longo do ano, fornecendo subsídios a seus gestores para a tomada de decisões com base nas informações disponibilizadas.

De acordo com a Instrução Normativa nº 55, de 3 de agosto de 2009, os dados relativos à execução física são inseridos no Módulo de Monitoramento e Avaliação e validados pelo Superintendente Regional. Cabe às Diretorias, por meio dos relatórios do sistema, acompanhar e analisar a evolução da execução de cada regional. Este sistema de monitoramento não contempla o detalhamento da execução, que ainda é feito em planilhas eletrônicas. O processo de monitoramento, embora institucionalizado e formalizado, ainda é bastante deficiente e internamente tem sido alvo de muitas críticas. Os dados de execução do Incra ainda apresentam baixa confiabilidade, o que compromete de sobremaneira as obrigações de accountability, e

informações à sociedade.

A quarta e última etapa do ciclo de gestão, é a avaliação dos resultados alcançados, para subsidiar o planejamento do próximo ciclo. Ao longo de todo exercício, frequentemente são realizadas reuniões entre os gestores da regional, para acompanhamento da execução física e orçamentária, discussão das dificuldades e adoção de medidas, para que se atinjam os resultados pretendidos. Ao final do exercício, o próprio Relatório de Gestão, que compõe o processo de Prestação de Contas Anual, tem se mostrado uma boa ferramenta de avaliação e subsídio para planejamento. Entretanto, destacamos que também não está institucionalizada e formalizada na autarquia, uma metodologia de avaliação como base para o planejamento do próximo ciclo, ou seja, do próximo exercício.

As constantes mudanças de gestores e a cultura de um planejamento, quando há, sempre a partir do zero, sem levar em consideração um diagnóstico prévio, com base na avaliação da gestão anterior, compromete de sobremaneira o desempenho da autarquia e o sucesso do PNRA.

7.2 Principais controles instituídos pela superintendência para assegurar a fidedignidade das informações sobre sua atuação nos registros informatizados do INCRA e sistemas corporativos da administração pública federal.

Os principais controles instituídos pela Superintendência Regional no Espírito Santo visando assegurar a fidedignidade das informações dos registros informatizados do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária – INCRA e corporativos da administração pública federal são as revisões e conferências das informações.

7.3 Principais trabalhos realizados pela auditoria interna da autarquia na superintendência, com a síntese dos resultados, das recomendações e das providências adotadas.

Os trabalhos são realizados pela auditoria interna da sede do INCRA.

7.4 Avaliação, pelos próprios dirigentes da superintendência, dos controles internos administrativos instituídos da superintendência, de acordo com critérios descritos no Anexo IV.

Como pontuado no item 7.1 deste relatório, o Incra possui algumas falhas estruturais no seu modelo de gestão, que refletem diretamente no alcance dos resultados. Vamos avaliar aqui o status de cada componente solicitado, para fim de avaliação das atividades, planos, métodos e procedimentos utilizados pela Superintendência Regional do Incra na Bahia para assegurar a conformidade dos seus atos de gestão, visando o alcance das metas estabelecidas.

Ambiente de Controle – O Regimento Interno do Incra prevê uma assessoria de planejamento para as superintendências regionais, que entre diversas atribuições, compete assessorar o gestor no diagnóstico de sua capacidade operacional, proposição de metas à Sede e monitoramento da execução física e orçamentária. Entendemos que esta assessoria, quando bem estruturada, pode também capacitar outros servidores e disseminar boas práticas administrativas e de gestão pública. Nesta regional, a assessoria de planejamento conta apenas com um servidor e sem caráter exclusivo. Em 2014 houve a tentativa de melhor estruturação desta assessoria, mas sem sucesso.

Muito embora a gestão perceba os controles internos como essenciais, não possui a estrutura

necessária e o amparo normativo institucionalizado adequado para sua plena adequação. As Normas de Execução e Instruções Normativas mostram-se eficazes em alguns casos, mas pouco eficientes para o controle interno, e pouco efetivas para o público beneficiário. Os servidores das áreas finalísticas, em geral, não enxergam o controle interno como um processo plenamente válido. Há grande desmotivação por parte dos servidores, e mesmo quando demandados, não têm interesse em participar de processos de gestão, monitoramento ou aprimoramento de processos.

As delegações de autoridade e competência de cada cargo e função possuem definições claras das responsabilidades e são entendidas por todos. A estrutura é bem departamentalizada e as funções são bem segregadas dentro dos processos de competências da regional, com todos os prós e contras que essa estrutura administrativa acarreta.

Avaliação de Risco – Não é prática desta regional a avaliação de riscos, entretanto, no último ano, tem havido uma demanda à Sede por parte de todas as regionais, na institucionalização deste elemento de controle interno na gestão. Em novembro de 2014 foi realizada uma palestra sobre gestão de riscos, em parceria com a CGU, para diversos servidores do Incra, dando início ao processo de inclusão deste elemento na rotina de gestão do órgão.

Procedimentos de Controle – Nesta regional, os mecanismos de controle estão mais ligados a atividades e procedimentos. Não estão formalizados planos regionais, métodos ou indicadores para o cumprimento das metas estabelecidas. Em cada etapa do processo, as atividades foram sendo incorporadas à rotina de serviço ao longo do tempo, de forma empírica, repassadas aos novos pelos mais antigos. Já os procedimentos, estão personificados nas Normas de Execução, Instruções Normativas e Portarias existentes.

Uma crítica muito comum aos procedimentos existentes, como mecanismo de controle interno, é que não são integrados, o que os tornam muitas vezes ineficientes. Outra questão que merece destaque é que a falta de um planejamento regional a nível operacional, estabelecendo ações, regiões, áreas, projetos de assentamento, etc., impactam no cumprimento das metas estabelecidas; assim como a dependência legal de manifestação de outros órgãos, como cartórios, órgãos ambientais, trabalhistas, etc. Cabem também críticas pontuais e específicas a diversos procedimentos internos.

Informação e Comunicação – para tratar deste elemento de controle, vamos subdividi-lo em dois grupos: Informações Técnicas, que são compostas por perícias, laudos, notas técnicas, despachos, dentre outros; e Informações de Gestão, que são o Plano Estratégico MDA/Incra, o Plano de Metas e Créditos, os relatórios de execução física e orçamentária, dentre outros.

No que tange às informações técnicas, podemos afirmar que pelo seu caráter eminentemente legal e devidamente normatizado, são devidamente identificados, documentados, armazenados e tempestivamente informados a quem de direito. Possuem qualidade técnica suficiente, com conteúdo apropriado, preciso e disponível para subsidiar o gestor na tomada de decisão.

No que tange às informações de gestão, afirmamos que são documentados, mas de conhecimento apenas dos gestores e de forma intempestiva. O corpo de servidores não utiliza estas informações como ferramenta de trabalho. Possuem conteúdo e grau de confiabilidade limitado e existem lacunas a serem preenchidas, tais como planejamento detalhado a nível regional, sistema de monitoramento adequado e procedimento de avaliação de resultados institucionalizado.

Monitoramento – não existe monitoramento do controle interno como um todo formalizado e documentado, de forma que fica prejudicada uma avaliação de todo processo de gestão. O monitoramento existente limita-se ao acompanhamento mensal da execução física e orçamentária, que além de subsidiar o gestor na tomada de decisão, serve para avaliação institucional da autarquia. Os riscos, internos ou externos, não são monitorados, assim como a real efetividade das atividades e procedimentos internos.

7.5 Principais controles instituídos pela superintendência para assegurar a boa e regular gestão dos créditos a receber de parceiros e dos empréstimos concedidos, registrados nas contas contábeis 1.2.2.4.9.10.00 e 1.1.2.3.1.00.00, respectivamente.

No final do exercício de 2014 foi realizada capacitação dos servidores responsáveis pelo acompanhamento e fiscalização dos créditos concedidos com o objetivo de assegurar a boa e regular gestão desses créditos. Cabe destacar a implantação do Sistema Nacional de Cobrança de Crédito de Infraestrutura da Reforma Agrária, no qual os servidores estão em fase de treinamento para efetivo controle dos créditos, realização de cobranças e reemissões.

7.6 Consolidação das informações sobre as Tomadas de Contas Especiais (TCE) instauradas pela superintendência.

Não foram instauradas Tomadas de Contas Especiais (TCE) pela Superintendência do Espírito Santo no exercício de 2014.

7.7 Demonstração de adoção de medidas administrativas para apurar responsabilidade por ocorrência de dano ao Erário.

Demonstração de adoção de medidas administrativas para apurar responsabilidade por ocorrência de dano ao Erário, especificando os esforços da SR para sanar o débito no âmbito interno, e também:

- a) demonstração da estrutura tecnológica e de pessoal para a gestão da fase interna das TCE's;

A SR20/ES não possui estrutura específica para a gestão da fase interna das TCE's.

- b) quantidade de fatos que foram objeto de medidas administrativas internas no exercício de referência;

Não houve fatos que foram objeto de medidas administrativas internas durante o exercício de 2014.

- c) quantidade de fatos em apuração que, pela avaliação da unidade, tenham elevado potencial de se converterem em tomada de contas especial a ser remetida ao órgão de controle interno e ao TCU;

Não houve em apuração que tenham potencial de se converterem em TCE durante o ano de 2014.

- d) quantidade de fatos cuja instauração de tomada de contas especial foi dispensada nos termos do art. 6º da IN TCU 71/2012;

Não houve cuja instauração de TCE tenha sido dispensada durante o exercício de 2014.

- e) quantidade de tomadas de contas especial instauradas no exercício, remetidas e não remetidas ao Tribunal de Contas da União.

Não houve TCE instaurada durante o exercício de 2014.

8. CONFORMIDADES E TRATAMENTO DE DISPOSIÇÕES LEGAIS E NORMATIVAS

8.1 De acordo com Anexo V, síntese geral das determinações/recomendações do TCU.

Houve apenas uma determinação do TCU no exercício de 2014, conforme quadro no Anexo V.

8.2 De acordo com Anexo VI, síntese geral das recomendações do CGU.

Não houve recomendações da CGU no exercício de 2014.

O imóvel no qual se encontra instalada a Superintendência Regional do INCRA/ES é composto por três blocos que necessitam de reforma devido ao estado de conservação. No ano de 2014 o órgão estava com alguns setores interditado por 24 dias por apresentar condições de segurança insuficientes para continuidade da atividade operacional pelos servidores.

A Superintendência não mediu esforços para obter recursos e executar serviços de conservação e melhoria nesses departamentos adequando às normas vigentes para desinterdição e normalização das atividades executadas pelo órgão.

8.3 Em relação à desoneração da folha de pagamento propiciada pelo art. 7º da lei 12.546/2011 e pelo art.2º do decreto 7.828/2012.

- a) Demonstração das medidas adotadas para revisão dos contratos vigentes firmados com empresas beneficiadas pela referida desoneração, atentando para os efeitos retroativos às datas da desoneração. Mencionadas na legislação.

A SR(20) ES possui somente o contrato com a CEP SERVIÇOS E PROJETOS LTDA com objeto contratual que se enquadra na desoneração de da folha de pagamento. Dessa forma, conforme lei nº 12.546/11, art. 7º, § 6º, o INCRA retém 3,5% do valor bruto da NF-e.

Essa empresa apresentou nota fiscal desonerada a partir de maio/2014. Portanto, tendo como data-base de repactuação o mês de maio, ao calculá-la consideramos a desoneração.

- b) Demonstração das iniciativas e dos resultados para a obtenção administrativa do ressarcimento dos valores pagos a maior (elisão do dano) em relação aos contratos já encerrados que foram firmados com empresas beneficiadas pela desoneração.

Não aplicável nessa Superintendência

- c) Demonstrativo dos contratos (vigentes e encerrados) afetados pela desoneração, contendo, no mínimo, nome da unidade contratante, número identificador do contrato, nome da empresa contratada, CNPJ da empresa contratada, objeto e vigência do contrato, economia obtida (redução do valor contratual) com revisão de cada contrato.

A Empresa CEP iniciou a desoneração do Contrato 35/2011 em maio/2014. Segue quadro demonstrativo da redução obtida de maio a dezembro de 2014.

DEMONSTRATIVO DA ECONOMIA OBTIDA COM A DESONERAÇÃO						
CONTRATANTE	CONTRATO	CONTRATADA	CNPJ	OBJETO	VIGÊNCIA	ECONOMIA OBTIDA
INCRA – ES 373057	ES/35/2011	CEP SERVIÇOS E PROJETOS LTDA	30.964.795/0001-19	Prestação de serviços continuados de manutenção predial, preventiva e corretiva, nos sistemas de instalações hidráulicas, sanitárias, elétricas, de cabeamento estruturado e lógico e manutenção física, com fornecimento de equipamentos, ferramentas e materiais especificados necessários ao serviço.	26/12/2011 a 25/12/2015	R\$ 3.297,68

8.4 Medidas adotadas pelos órgãos ou entidades com vistas ao cumprimento das normas relativas à acessibilidade, em especial a Lei 10.098/2000, o decreto 5.296/2004 e as normas técnicas da ABNT aplicáveis.

- a) Prestar informações sobre as medidas que foram adotadas pela SR no tocante ao cumprimento das normas relativas à acessibilidade , em especial a Lei 10.098/2000, o decreto 5.296/2004 e as normas técnicas da ABNT aplicáveis.

No tocante a acessibilidade, informamos que com a interdição total do Bloco B desta Superintendência no final de 2013, foi disponibilizado pelo INCRA Sede, recursos necessários para reforma do referido Bloco, que está em fase de entrega da obra, contemplando as condições necessárias de acessibilidade regulamentadas em lei.

Com relação ao Blocos A e C, a regional contratou empresa para elaboração de Projeto Executivo de reforma geral e adequações para atendimento da lei, sendo que o trabalho final foi entregue no início do ano de 2011. Nos anos seguintes foi demandado ao INCRA Sede a descentralização dos recursos necessários para reforma dos Blocos, no entanto, ainda não fomos contemplados até o momento. Como se trata de instalações antigas, é entendimento desta Superintendência que somente com a execução de todo o projeto, estaríamos atendendo as condições determinadas em lei.

Quanto ao atendimento especial, informamos que no momento, dispomos de um servidor capacitado para atendimento em Linguagem Brasileira de Libras, que quando necessário, presta o atendimento ao cliente do INCRA. A prioridade no atendimento é identificada por funcionária logo no pré -atendimento na Sala da Cidadania e encaminhado para o primeiro servidor que estiver desocupado, já que não dispomos de sistema de senha na Superintendência.

ANEXOS

Anexo I: **complementa informações do item 4.2** – resultados obtidos no atendimento ao público externo.

Serviço	Demanda	Qtd atendida	Em análise	Prazo médio de atendimento	Custo
256	256	-	-	-	-
564/ano	564/ano	-	-	-	-
275	275	-	-	-	-
21/ano	21/ano	-	-	-	-
573/ano	573/ano	-	-	-	-
?	?	-	-	-	-
151/ano	151/ano	-	-	-	-
7680 pesquisas/ano	7680 pesquisas/ano	-	-	-	-

Anexo II – complementa informações do item 6.2 – Balanço com demonstração da situação do registro dos imóveis desapropriados.



MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

TITULO	BALANCO PATRIMONIAL - TODOS OS ORCAMENTOS		EXERCICIO	MES	
SUBTITULO	373057/37201 - SUPERINTEND.ESTADUAL DO E.SANTO-INOCRA/SR-20		2014	DEZ(FECHADO)	
ORGAO SUPERIOR	49000 - MINISTERIO DO DESENVOLVIMENTO AGRARIO		EMISSAO	PAGINA	
			03/02/2015	1	
ATIVO			PASSIVO		
TITULOS	2014	2013	TITULOS	2014	2013
ATIVO FINANCEIRO	3.374.146,77	5.914.757,90	PASSIVO FINANCEIRO	3.396.207,13	5.933.905,42
CREDITOS EM CIRCULACAO	3.374.146,77	5.914.757,90	DEPOSITOS	0,00	10.540,71
LIMITE DE SAQUE C/VINC.DE PAGAMENTO	26.315,59	91.628,95	CONSIGNACOES	0,00	7.054,33
RECURSOS A RECEBER PARA PAGAMENTO DE RP	3.347.831,18	5.823.128,95	DEPOSITOS DE DIVERSAS ORIGENS	0,00	3.486,38
ATIVO NAO FINANCEIRO	161.670.846,37	162.092.874,36	OBRIGACOES EM CIRCULACAO	3.395.036,89	5.922.194,47
REALIZAVEL A CURTO PRAZO	36.350.332,31	31.257.864,87	ENCARGOS SOCIAIS A RECOLHER	0,00	0,00
CREDITOS EM CIRCULACAO	-246.995,08	-5.338.997,81	RESTOS A PAGAR NAO PROCESSADOS	3.391.506,94	5.760.503,68
RECURSOS A RECEBER P/PAGTO DE RP-RETIFIC	-3.347.831,18	-5.823.128,95	A LIQUIDAR	3.391.506,94	5.760.503,68
DIVERSOS RESPONSAVEIS	476.353,31	476.353,31	CREDORES DIVERSOS	0,00	153.000,00
ADIANTEMENTOS CONCEDIDOS	2.624.482,79	7.777,83	VALORES EM TRANSITO EXIGIVEIS	3.529,95	8.690,79
BENS E VALORES EM CIRCULACAO	36.597.327,39	36.596.862,68	VALORES PENDENTES A CURTO PRAZO	1.170,24	1.170,24
ESTOQUES	32.015,43	31.550,72	VALORES DIFERIDOS	1.170,24	1.170,24
TITULOS E VALORES	36.565.311,96	36.565.311,96	PASSIVO NAO FINANCEIRO	-3.391.506,94	-5.760.503,68
REALIZAVEL A LONGO PRAZO	87.979.989,84	94.873.434,52	OBRIGACOES EM CIRCULACAO	-3.391.506,94	-5.760.503,68
CREDITOS REALIZAVEIS A LONGO PRAZO	87.979.989,84	94.873.434,52	ENCARGOS SOCIAIS A RECOLHER	0,00	0,00
EMPRESTIMOS E FINANCIAMENTOS	34.655.683,59	41.549.128,27	RETIFICACAO DE RP NAO PROCESSADOS A LIQUID	-3.391.506,94	-5.760.503,68
CREDITOS A RECEBER	53.324.306,25	53.324.306,25	PASSIVO REAL	4.700,19	173.401,74
PERMANENTE	37.340.524,22	35.961.574,97	PATRIMONIO LIQUIDO	165.040.292,95	167.834.230,52
IMOBILIZADO	37.340.524,22	35.961.574,97	PATRIMONIO/CAPITAL	167.834.125,52	168.824.720,87
BENS MOVEIS E IMOVEIS	37.737.896,24	36.237.692,76	PATRIMONIO	167.834.125,52	168.824.720,87
DEPRECIACOES, AMORTIZACOES E EXAUSTOES	-397.372,02	-276.117,79	AJUSTE DE EXERCICIOS ANTERIORES	-4.277.169,85	-117.436,06
ATIVO REAL	165.044.993,14	168.007.632,26	RESERVAS	105,00	105,00
			AJUSTES DO PATRIMONIO/CAPITAL	0,00	0,00
			RESULTADO DO PERIODO	1.483.232,28	-873.159,29
			SITUACAO PATRIMONIAL ATIVA	165.044.993,14	168.007.632,26
			SITUACAO PATRIMONIAL PASSIVA	-163.561.760,86	-168.880.791,55
ATIVO COMPENSADO	35.901.648,58	34.529.977,98	PASSIVO COMPENSADO	35.901.648,58	34.529.977,98
COMPENSACOES ATIVAS DIVERSAS	35.901.648,58	34.529.977,98	COMPENSACOES PASSIVAS DIVERSAS	35.901.648,58	34.529.977,98
RESPONSABILIDADES POR VALORES, TITULOS E B	8.163,31	7.777,83	VALORES, TITULOS E BENS SOB RESPONSABILIDA	8.163,31	7.777,83
GARANTIAS DE VALORES	62.905,00	64.269,70	VALORES EM GARANTIA	62.905,00	64.269,70
DIREITOS E OBRIGACOES CONVENIADOS	8.893.386,83	8.893.386,83	DIREITOS E OBRIGACOES CONVENIADOS	8.893.386,83	8.893.386,83
DIREITOS E OBRIGACOES CONTRATUAIS	4.266.025,44	3.793.949,42	DIREITOS E OBRIGACOES CONTRATADAS	4.266.025,44	3.793.949,42
OUTRAS COMPENSACOES	22.671.168,00	21.770.594,20	COMPENSACOES DIVERSAS	22.671.168,00	21.770.594,20
ATIVO	200.946.641,72	202.537.610,24	PASSIVO	200.946.641,72	202.537.610,24

Anexo III – complementa informações do item 6.3 – Balanço com Demonstração da gestão dos créditos a receber registrados nas contas contábeis 1.2.2.4.9.10.00 – Créditos a Receber de Parceiros e 1.1.2.3.1.00.00 – Empréstimos Concedidos.



MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

TITULO	BALANÇO PATRIMONIAL - TODOS OS ORÇAMENTOS			EXERCÍCIO	MES
SUBTÍTULO	373057/37201 - SUPERINTEND. ESTADUAL DO E.SANTO-INCRAS/RS-20			2014	DEZ(FECHADO)
ÓRGÃO SUPERIOR	49000 - MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO			EMISSION	PÁGINA
				03/02/2015	1
ATIVO			PASSIVO		
TÍTULOS	2014	2013	TÍTULOS	2014	2013
ATIVO FINANCEIRO	3.374.146,77	5.914.757,90	PASSIVO FINANCEIRO	3.396.207,13	5.933.905,42
CREDITOS EM CIRCULACAO	3.374.146,77	5.914.757,90	DEPOSITOS	0,00	10.540,71
LIMITE DE SAQUE C/VINC.DE PAGAMENTO	26.315,59	91.628,95	CONSIGNACOES	0,00	7.054,33
RECURSOS A RECEBER PARA PAGAMENTO DE RP	3.347.831,18	5.823.128,95	DEPOSITOS DE DIVERSAS ORIGENS	0,00	3.486,38
ATIVO NAO FINANCEIRO	161.670.846,37	162.092.874,36	OBRIGACOES EM CIRCULACAO	3.395.036,89	5.922.194,47
REALIZAVEL A CURTO PRAZO	36.350.332,31	31.257.864,87	ENCARGOS SOCIAIS A RECOLHER	0,00	0,00
CREDITOS EM CIRCULACAO	-246.995,08	-5.338.997,81	RESTOS A PAGAR NAO PROCESSADOS	3.391.506,94	5.760.503,68
RECURSOS A RECEBER P/PAGTO DE RP-RETIFIC	-3.347.831,18	-5.823.128,95	A LIQUIDAR	3.391.506,94	5.760.503,68
DIVERSOS RESPONSAVEIS	476.353,31	476.353,31	CREDORES DIVERSOS	0,00	153.000,00
ADANTAMENTOS CONCEDIDOS	2.624.482,79	7.777,83	VALORES EM TRANSITO EXIGIVEIS	3.529,95	8.690,79
BENS E VALORES EM CIRCULACAO	36.597.327,39	36.596.862,68	VALORES PENDENTES A CURTO PRAZO	1.170,24	1.170,24
ESTOQUES	32.015,43	31.550,72	VALORES DIFERIDOS	1.170,24	1.170,24
TITULOS E VALORES	36.565.311,96	36.565.311,96	PASSIVO NAO FINANCEIRO	-3.391.506,94	-5.760.503,68
REALIZAVEL A LONGO PRAZO	87.979.989,84	94.873.434,52	OBRIGACOES EM CIRCULACAO	-3.391.506,94	-5.760.503,68
CREDITOS REALIZAVEIS A LONGO PRAZO	87.979.989,84	94.873.434,52	ENCARGOS SOCIAIS A RECOLHER	0,00	0,00
EMPRESTIMOS E FINANCIAMENTOS	34.655.683,59	41.549.128,27	RETIFICACAO DE RP NAO PROCESSADOS A LIQUID	-3.391.506,94	-5.760.503,68
CREDITOS A RECEBER	53.324.306,25	53.324.306,25	PASSIVO REAL	4.700,19	173.401,74
PERMANENTE	37.340.524,22	35.961.574,97	PATRIMONIO LIQUIDO	165.040.292,95	167.834.230,52
IMOBILIZADO	37.340.524,22	35.961.574,97	PATRIMONIO/CAPITAL	167.834.125,52	168.824.720,87
BENS MOVEIS E IMOVEIS	37.737.896,24	36.237.692,76	PATRIMONIO	167.834.125,52	168.824.720,87
DEPRECIACOES, AMORTIZACOES E EXAUSTOES	-397.372,02	-276.117,79	AJUSTE DE EXERCICIOS ANTERIORES	-4.277.169,85	-117.436,06
ATIVO REAL	165.044.993,14	168.007.632,26	RESERVAS	105,00	105,00
			AJUSTES DO PATRIMONIO/CAPITAL	0,00	0,00
			RESULTADO DO PERIODO	1.483.232,28	-873.159,29
			SITUACAO PATRIMONIAL ATIVA	165.044.993,14	168.007.632,26
			SITUACAO PATRIMONIAL PASSIVA	-163.561.760,86	-168.880.791,55
ATIVO COMPENSADO	35.901.648,58	34.529.977,98	PASSIVO COMPENSADO	35.901.648,58	34.529.977,98
COMPENSAÇOES ATIVAS DIVERSAS	35.901.648,58	34.529.977,98	COMPENSAÇOES PASSIVAS DIVERSAS	35.901.648,58	34.529.977,98
RESPONSABILIDADES POR VALORES, TITULOS E B	8.163,31	7.777,83	VALORES, TITULOS E BENS SOB RESPONSABILIDA	8.163,31	7.777,83
GARANTIAS DE VALORES	62.905,00	64.269,70	VALORES EM GARANTIA	62.905,00	64.269,70
DIREITOS E OBRIGACOES CONVENIADOS	8.893.386,83	8.893.386,83	DIREITOS E OBRIGACOES CONVENIADOS	8.893.386,83	8.893.386,83
DIREITOS E OBRIGACOES CONTRATUAIS	4.266.025,44	3.793.949,42	DIREITOS E OBRIGACOES CONTRATADAS	4.266.025,44	3.793.949,42
OUTRAS COMPENSAÇOES	22.671.168,00	21.770.594,20	COMPENSAÇOES DIVERSAS	22.671.168,00	21.770.594,20
ATIVO	200.946.641,72	202.537.610,24	PASSIVO	200.946.641,72	202.537.610,24

Anexo IV **complementa informações do item 7.4** – Avaliação do sistema de controles internos da UJ.

Quadro 15: Avaliação do Sistema de Controles Internos da UJ – SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL.

ELEMENTOS DO SISTEMA DE CONTROLES INTERNOS A SEREM AVALIADOS		VALORES				
Ambiente de Controle		1	2	3	4	5
1. A alta administração percebe os controles internos como essenciais à consecução dos objetivos da unidade e dão suporte adequado ao seu funcionamento.					X	
2. Os mecanismos gerais de controle instituídos pela UJ são percebidos por todos os servidores e funcionários nos diversos níveis da estrutura da unidade.				X		
3. A comunicação dentro da UJ é adequada e eficiente.					X	
4. Existe código formalizado de ética ou de conduta.	X					
5. Os procedimentos e as instruções operacionais são padronizados e estão postos em documentos formais.	X					
6. Há mecanismos que garantem ou incentivam a participação dos funcionários e servidores dos diversos níveis da estrutura da UJ na elaboração dos procedimentos, das instruções operacionais ou código de ética ou conduta.					X	
7. As delegações de autoridade e competência são acompanhadas de definições claras das responsabilidades.				X		
8. Existe adequada segregação de funções nos processos e atividades da competência da UJ.				X		
9. Os controles internos adotados contribuem para a consecução dos resultados planejados pela UJ.					X	
Avaliação de Risco		1	2	3	4	5
10. Os objetivos e metas da unidade jurisdicionada estão formalizados.						X
11. Há clara identificação dos processos críticos para a consecução dos objetivos e metas da unidade.					X	
12. É prática da unidade o diagnóstico dos riscos (de origem interna ou externa) envolvidos nos seus processos estratégicos, bem como a identificação da probabilidade de ocorrência desses riscos e a consequente adoção de medidas para mitigá-los.			X			
13. É prática da unidade a definição de níveis de riscos operacionais, de informações e de conformidade que podem ser assumidos pelos diversos níveis da gestão.			X			
14. A avaliação de riscos é feita de forma contínua, de modo a identificar mudanças no perfil de risco da UJ ocasionadas por transformações nos ambientes interno e externo.			X			
15. Os riscos identificados são mensurados e classificados de modo a serem tratados em uma escala de prioridades e a gerar informações úteis à tomada de decisão.	X					
16. Não há ocorrência de fraudes e perdas que sejam decorrentes de fragilidades nos processos internos da unidade.				X		
17. Na ocorrência de fraudes e desvios, é prática da unidade instaurar sindicância para apurar responsabilidades e exigir eventuais ressarcimentos.					X	
18. Há norma ou regulamento para as atividades de guarda, estoque e inventário de bens e valores de responsabilidade da unidade.				X		
Procedimentos de Controle		1	2	3	4	5
19. Existem políticas e ações, de natureza preventiva ou de detecção, para diminuir os riscos e alcançar os objetivos da UJ, claramente estabelecidas.				X		
20. As atividades de controle adotadas pela UJ são apropriadas e funcionam consistentemente de acordo com um plano de longo prazo.			X			
21. As atividades de controle adotadas pela UJ possuem custo apropriado ao nível de benefícios que possam derivar de sua aplicação.				X		
22. As atividades de controle adotadas pela UJ são abrangentes e razoáveis e estão diretamente relacionadas com os objetivos de controle.					X	
Informação e Comunicação		1	2	3	4	5
23. A informação relevante para UJ é devidamente identificada, documentada, armazenada e comunicada tempestivamente às pessoas adequadas.					X	
24. As informações consideradas relevantes pela UJ são dotadas de qualidade suficiente para permitir ao gestor tomar as decisões apropriadas.					X	

25. A informação disponível para as unidades internas e pessoas da UJ é apropriada, tempestiva, atual, precisa e acessível.			X		
26. A Informação divulgada internamente atende às expectativas dos diversos grupos e indivíduos da UJ, contribuindo para a execução das responsabilidades de forma eficaz.			X		
27. A comunicação das informações perpassa todos os níveis hierárquicos da UJ, em todas as direções, por todos os seus componentes e por toda a sua estrutura.		X			
Monitoramento	1	2	3	4	5
28. O sistema de controle interno da UJ é constantemente monitorado para avaliar sua validade e qualidade ao longo do tempo.			X		
29. O sistema de controle interno da UJ tem sido considerado adequado e efetivo pelas avaliações sofridas.			X		
30. O sistema de controle interno da UJ tem contribuído para a melhoria de seu desempenho.			X		
Análise Crítica:					
Escala de valores da Avaliação: (1) Totalmente inválida: Significa que o conteúdo da afirmativa é integralmente não observado no contexto da UJ. (2) Parcialmente inválida: Significa que o conteúdo da afirmativa é parcialmente observado no contexto da UJ, porém, em sua minoria. (3) Neutra: Significa que não há como avaliar se o conteúdo da afirmativa é ou não observado no contexto da UJ. (4) Parcialmente válida: Significa que o conteúdo da afirmativa é parcialmente observado no contexto da UJ, porém, em sua maioria. (5) Totalmente válido: Significa que o conteúdo da afirmativa é integralmente observado no contexto da UJ.					

Anexo V – complementa informações do item 8.1 – Para cada deliberação do TCU

Processo	TC 028.161/212-2	Acórdão 5177/2014-TCU	
Responsável	José Gerônimo Brumatti; José Cândido Cosa Rezende; Maria das Graças Moreira Beltrão	Item do Acórdão	9
Descrição sucinta do item da deliberação	Ação implementada	Ação a ser implementada	Prazo
Prestação de contas Ordinária exercício de 2011	Foram atendidos os itens 9.2.1; 9.2.2; 9.2.3 e parte do item 9.2.4	Reposição ao erário	O cumprimento integral do item 9.2.4 aguarda a apreciação dos recursos impetrados pelos servidores, os quais já foram apreciados pelo setor jurídico do INCRA/ES, que sugeriu o sobrestamento da cobrança até que os recursos sejam apreciados pela Coordenação-Geral de Gestão de Pessoas, à nível de INCRA/Sede.

Anexo VI – complementa informações do item 8.2 – Para cada deliberação da CGU

Não houve recomendações da CGU no exercício de 2014.

Relatório de Auditoria		Item do RA	
Responsável			
Descrição sucinta do item da deliberação	Ação implementada	Ação a ser implementada	Prazo
--	--	--	--

Anexo VII – Descrição dos Indicadores dos itens 3.1.5, 3.2.9, 3.3.6 e 5.4

Indicador de Desempenho	
Nome	<i>Índice de Cadastramento de Imóveis Rurais</i>
Descrição e forma de análise	Percentual de área ocupada por imóveis cadastrados em relação à superfície total da área abrangida pela Jurisdição do INCRA, na jurisdição da SR ou Sede.
Fórmula de Cálculo	superfície ocupada por imóveis cadastrados (ha), dividido pela superfície total da área (ha) abrangida pela Jurisdição do INCRA, na jurisdição da SR ou Sede x 100.
Unidade de Medida	percentual de área (ha) ocupada por imóveis cadastrados.
Observação	
Fonte	SNCR

Indicador de Desempenho	
Nome	<i>Índice de análise de processos de Certificação de imóveis</i>
Descrição e forma de análise	percentual de processos de Certificação finalizada no exercício em relação aos processos protocolados no exercício, conforme descrito na IN-INCRA 25/2005 e NE 80/2008, permitindo assim avaliar a redução ou aumento do passivo existente.
Fórmula de Cálculo	Número de processos com análise de certificação finalizada no exercício dividido pelo número de processos de certificação protocolados no exercício no nível de agregação x 100.
Unidade de Medida	percentual de processos analisados
Observação	

Indicador de Desempenho	
Nome	<i>Índice de Regularização Fundiária</i>
Descrição e forma de análise	Percentual de imóveis regularizados e titulados no exercício em relação ao número total de imóveis com processos de regularização fundiária iniciados no exercício.
Fórmula de Cálculo	número de imóveis regularizados e titulados no exercício, dividido pelo número de imóveis com processos de regularização fundiária iniciados no exercício, na jurisdição da SR ou Sede x 100.
Unidade de Medida	percentual de imóveis regularizados
Observação	
Fonte	SIR - Módulo de Monitoramento e Avaliação

Indicador de Desempenho	
Nome	<i>Índice de gastos com Obtenção de Terras</i>

Descrição e forma de análise	Valor total de indenizações (desapropriação) ou pagamento (aquisição) em R\$ no exercício em relação pela respectiva área total dos imóveis indenizados ou pagos, em hectares, no exercício.
Fórmula de Cálculo	valor total de indenizações (desapropriação) ou pagamento (aquisição) em R\$ no exercício, dividida pela respectiva área total dos imóveis indenizados ou pagos em hectares no exercício, na jurisdição da SR ou Sede.
Unidade de Medida	R\$/ha
Observação	Neste indicador não serão contabilizados os pagamentos de complementação judicial das áreas, sendo assim, pode haver uma subestimação do valor total pago. Também é importante frisar que apenas o pagamento de TDA já leva a área para o cálculo do indicador, não necessariamente tendo efetuado o pagamento das benfeitorias e das sobras de TDA no exercício. No cálculo do Indicador se soma o custo total da terra nua e benfeitoria, vinculada ao PO 02.
Fonte	SIR - Módulo de Monitoramento e Avaliação

Indicador de Desempenho	
Nome	<i>Índice de Protocolos de licença ambiental para os Projetos de Assentamento</i>
Descrição e forma de análise	Percentual de PA(s) com processo de Licenciamento Ambiental protocolado no exercício, em relação ao número de PA(s) com licenças ambientais expedidas, em conformidade com a Resolução CONAMA 387/2002, permitindo assim avaliar a redução ou aumento do passivo existente.
Fórmula de Cálculo	número de Licenças Ambientais Protocoladas no exercício, dividido pelo número de Licenças Ambientais Expedidas no exercício, no nível de agregação, multiplicado por 100.
Unidade de Medida	Percentual de Licenças protocoladas
Observação	

Indicador de Desempenho	
Nome	<i>Índice de Projetos de Assentamentos com licença ambientais em vigor</i>
Descrição e forma de análise	Percentual de PA(s) com licença ambiental em vigor, em relação ao total de assentamentos federais existentes, em conformidade com a Resolução CONAMA 387/2002.
Fórmula de Cálculo	número de assentamentos com Licença ambiental em vigor, dividido pelo total de assentamentos Federais, no nível de agregação, multiplicado por 100.
Unidade de Medida	Percentual de Licenças em vigor
Observação	

Indicador de Desempenho	
Nome	<i>Índice de Acesso à água para consumo doméstico</i>
Descrição e forma de análise	Percentual do número de famílias que tiveram o provimento de água para consumo doméstico – encanado, de poço ou de cisterna concluído no exercício – em relação ao número de famílias assentadas no exercício.
Fórmula de Cálculo	número de famílias que tiveram o provimento de água para consumo doméstico – encanado, de poço ou de cisterna concluído no exercício – dividido pelo número de famílias assentadas no exercício, na jurisdição da SR ou Sede x 100.
Unidade de Medida	Percentual de famílias atendidas.
Observação	
Fonte	Módulo de Monitoramento – SIR e SIPRA

Indicador de Desempenho	
Nome	<i>Índice de provimento de PDA/PRA</i>
Descrição e forma de análise	Expressa a quantidade Projetos de assentamento com PDA/PRA aprovados pelo INCRA
Fórmula de Cálculo	Quantidade de Projetos de Assentamento com PDA e PRA aprovados pelo INCRA, dividido pela quantidade total de Assentamentos Jurisdicionados no nível de agregação, multiplicado por 100.
Unidade de Medida	Percentual de projetos com PDA/PRA.
Observação	

Indicador de Desempenho	
Nome	<i>Índice de acesso à moradia nos assentamentos</i>
Descrição e forma de análise	Percentual do número de famílias com obras de moradia concluídas no exercício, em relação ao número de famílias assentadas no exercício.
Fórmula de Cálculo	Número de famílias com obras de moradia concluídas no exercício, dividido pelo número de famílias assentadas no exercício, na jurisdição da SR ou Sede x 100.
Unidade de Medida	Percentual de famílias atendidas
Observação	
Fonte	SIR - Módulo de Monitoramento e Avaliação, MCid e SIPRA
Indicador de Desempenho	
Nome	<i>Número de contratos firmados pelas famílias com acesso ao PRONAF ou outra linha de crédito voltada à produção.</i>
Descrição e forma de análise	Quantidade de contratos firmados pelas famílias que acessaram as linhas de crédito voltadas à agricultura familiar.

Fórmula de Cálculo	Número de contratos firmados pelas famílias com acesso a linha de crédito voltada aos PA(s) no exercício, no nível de agregação.
Unidade de Medida	Número de Contratos
Observação	
Fonte	MDA e SIPRA

Indicador de Desempenho	
Nome	<i>Índice de provimento de Assistência Técnica</i>
Descrição e forma de análise	Percentual do número de famílias com previsão de atendimento nos instrumentos firmados para prestação de Assistência Técnica, em relação ao número total de famílias assentadas (exceto em assentamentos consolidados).
Fórmula de Cálculo	número de famílias com previsão de atendimento nos instrumentos firmados para prestação de Assistência Técnica, dividido pelo número total de famílias assentadas, na jurisdição da SR ou Sede x 100.
Unidade de Medida	Percentual de famílias atendidas.
Observação	Nos casos de reconstrução do serviço para um mesmo projeto de assentamento, ou aditivo de prazo, será necessária a apuração junto à SR para verificar eventual duplicação da família contabilizada.
Fontes	- Contratos: SIATER; - Convênios e contratos anteriores à Lei de ATER: Planilha de Detalhamento – DEA. - Contratos RS: SAMA

Indicador de Desempenho	
Nome	<i>Renda média das famílias (por amostragem)</i>
Descrição e forma de análise	
Fórmula de Cálculo	
Unidade de Medida	
Observação	Indicador ainda sem fonte definida.

Indicador de Desempenho	
Nome	<i>Índice de Parcelas Supervisionadas</i>
Descrição e forma de análise	Percentual de parcelas supervisionadas nos termos do artigo 4º da IN 70/2012, em relação ao número total de parcelas.
Fórmula de Cálculo	número de parcelas supervisionadas nos termos do artigo 4º da IN 70/2012, dividido pelo número total de parcelas, na jurisdição da SR ou Sede x 100.
Unidade de Medida	Percentual do número de parcelas supervisionadas
Observação	
Fonte	SIR - Módulo de Monitoramento e Avaliação e SIPRA

Indicador de Desempenho	
Nome	<i>Índice de Consolidação de Assentamentos</i>
Descrição e forma de análise	Expressa a taxa de consolidação dos assentamentos.
Fórmula de Cálculo	Número de famílias assentadas em PA(s) consolidados, dividido pelo número total de famílias existentes nos PA(s) criados pelo INCRA, no nível de agregação, multiplicado por 100.
Unidade de Medida	Percentual de famílias em PA (s) consolidados
Observação	

Indicador de Desempenho	
Nome	<i>Índice de Abrangência de Capacitação</i>
Descrição e forma de análise	Percentual de servidores capacitados em relação ao número total de servidores
Fórmula de Cálculo	número de funcionários que participaram das atividades de capacitação, dividido pelo número total de funcionários, na jurisdição da SR ou Sede x 100.
Unidade de Medida	Percentual de servidores capacitados.
Observação	Pode haver duplicidade na contabilização do número de servidores, isto é, um mesmo servidor pode usufruir de mais de uma oportunidade de capacitação.
Fonte	SIR – Módulo de Monitoramento, DAH3 e SIAPE

Indicador de Desempenho	
Nome	<i>Índice de Horas de Capacitação</i>
Descrição e forma de análise	Quantidade de horas de capacitação de servidores (oportunidades de capacitação usufruídas) em relação ao número total de servidores.
Fórmula de Cálculo	número total de horas de treinamentos recebidos pelos servidores, dividido pelo número total de servidores, na jurisdição da SR ou Sede.
Unidade de Medida	Percentual de horas de capacitação por servidor.
Observação	Pode haver duplicidade na contabilização do número de servidores, isto é, um mesmo servidor pode usufruir mais de uma oportunidade.
Fonte	SIR – Módulo de Monitoramento, DAH3 e SIAPE